

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Aldo Ambrózio

***Empresariamento da vida:  
discurso gerencialista e processos de subjetivação***

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO  
2011

ALDO AMBRÓZIO

*Empresariamento da vida:  
discurso gerencialista e processos de subjetivação*

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de **Doutor em Psicologia Clínica, na área de concentração Estudos da Subjetividade** sob a orientação do Prof. Dr. **Luiz Benedicto Lacerda Orlandi**.

SÃO PAULO  
2011

**ALDO AMBRÓZIO**

***Empresariamento da vida:  
discurso gerencialista e processos de subjetivação***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia Clínica.

Aprovada em 13 de maio de 2011

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

À memória de Tia Maria que sempre me ensinou a buscar forças onde elas pareciam não existir e cuja dolorosa morte irrompeu-se no desenrolar deste trabalho e nos desestabilizou ao ponto de quase não levá-lo ao fim.

A Izolina e Pedro cujo amor gerou o corpo e a forma subjetiva que expressa as palavras que compõem este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Uma vida, uma obra, uma pesquisa ou um trabalho qualquer são constituídos, tanto por suas miríades de pequenos corpos que lhe dão a consistência devida e o gradiente de abertura aos afetos que os prendem ao mundo, quanto pelos encontros com os quais se povoa das intensidades necessárias para que subsista aos obstáculos que a matéria e este mesmo mundo explodido aos pedaços lhe apresenta.

Personalizar estes encontros, às vezes, se torna difícil, porque retemos em nossas consciências somente as alegrias e tristezas que deles resultam e também porque as outras pessoas e ideias com as quais nos encontramos já são, elas mesmas, uma miríade de outros corpos e outros afetos e intensidades. Assim, a tentativa de agradecimento, elencada nas linhas que seguem, mover-se-á na perspectiva de nomear aqueles encontros que antes e durante a elaboração do relato desta pesquisa permitiram que o corpo e a forma subjetiva, por meio dos quais as forças que nele falam vieram a se expressar em corpos linguísticos, fossem habitados por alegrias das quais necessitaram para suportar o desassossego trazido pelos problemas ao qual o trabalho fez referência. Portanto, o uso do pronome pessoal em primeira pessoa que se seguirá, é muito mais uma questão de conveniência e muito menos o fato de acreditarmos-nos como um sujeito portador de uma identidade e que fala a partir dela.

Um primeiro encontro ocorreu em uma data bem anterior às condições que permitiram a existência deste trabalho. Foi em uma manhã de sexta feira do mês de Agosto de 2002, em uma pequena cidade do norte do Estado do Espírito Santo, denominada Nova Venécia, durante um evento de formação de professores municipais. Nessa época, o sujeito que aqui escreve, lecionava Matemática aos alunos de ensino fundamental em uma das escolas do referido município. Terminava a Especialização em Finanças Corporativas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e fora aprovado em um concurso público da Petrobrás como Administrador Júnior. Estava até contente em adentrar para uma carreira burocrática que, certamente, corroeria por completo as possibilidades de variação que posteriormente se apresentariam. Conheci, então, o Professor Romualdo Dias a quem agradeço o desvio da rota rumo à burocracia e também o acordar no dia seguinte sentindo-me como o personagem Gregor Samsa de Kafka: cheio de

pequenas perninhas que não conseguia controlar ou saber para que serviriam e que me trouxeram a estranheza necessária às desterritorializações que daí seguiram.

Um segundo encontro ocorreu durante o Mestrado em Administração, também realizado na UFES, no transcorrer dos anos 2003 e 2005 que tinha por área de concentração a relação entre as tecnologias de gestão e os processos de subjetivação. Conheci, desta feita, a Professora e agora amiga, Vânia Maria Manfroi, a quem agradeço o panorama sobre as leituras iniciais sobre os processos de subjetivação e também o encontro com um texto do Professor Peter Pál Pelbart que sinalizou, de súbito, a atmosfera que embebedaria todo o prosseguimento das inquietações e leituras das quais me ocupei a partir de então.

Um terceiro encontro, talvez o mais forte e significativo, ocorreu em uma noite de quarta feira do mês de março de 2005, em uma Van que fazia o traslado de professores embaixados em Vitória e que lecionavam em uma Faculdade do município de Linhares, na véspera do dia da defesa de minha dissertação, ao comentarmos a temática da mesma, quando então nos deparamos com aquilo que, a partir de então, acompanhou e intensificou todos os demais encontros que a partir daí se deram. Referimos-nos ao amigo Davis Moreira Alvim. Desde o primeiro dia que conversamos já pressentíamos que uma parceria imediata aconteceria: foi como dois rios que ao cruzarem suas águas intensificam mutuamente seus fluxos! A ele gostaria de agradecer por todas as manhãs que nadávamos juntos e conversávamos horas a fio na ilha da praia de Camburi, às noites que passamos lado a lado compartilhando as mesmas alegrias ou tristezas que às vezes nos visitavam, as mesmas inquietações, os mesmos movimentos de estranhamento do mundo que nos cercava, as mesmas risadas em situações irrespiráveis para nossas composições e, acima de tudo, o mesmo deslocamento que nos trouxe à PUC-SP e que, podemos afirmar, em quatro mãos tornou possível a composição de nossos trabalhos.

Na cidade de São Paulo gostaria de agradecer os encontros com o Professor Peter Pál Pelbart que em suas aulas conseguiu ser ainda mais instigante que em seus textos e livros que eu já conhecia. Ao Professor Luiz Orlandi, pelo silêncio que me ajudou a traçar um rumo singular neste trabalho. Ao Professor Edson Passetti por muitas aulas por meio das quais ficou visível o riso de Michel Foucault. Ao Professor Márcio pelos cursos que facilitaram muitas páginas do segundo capítulo desta tese.

Gostaria de agradecer, também, o encontro com o Professor e amigo Paulo Vasconcelos que me acolheu em uma cidade que desconhece um pouco este verbo e que teve a paciência de acompanhar todos os desvios de humor que seguiram a escrita do relato desta pesquisa. A ele agradeço também uma leitura atenciosa deste trabalho apontando alguns erros de escrita e de metodologia.

Aos amigos Henrique Schuler, Anselmo Dantas e Henrique Marcusso gostaria de agradecer pelos momentos felizes e descontraídos que sempre marcaram as vezes que estivemos juntos. E, a Henrique Marcusso, em especial, gostaria de agradecer pelo cuidado e presteza com o qual desenvolveu o Abstract desta tese.

À minha irmã Rosa Ambrózio, gostaria de agradecer pela doçura que marca nossa convivência e que assegurou grande parte dos tons poéticos que correm as linhas deste trabalho.

Por fim, agradeço ao Professor Giuseppe Cocco pela aceitação em participar de minha banca de defesa e contribuir com o desenrolar de um processo de investigação de si e do mundo que somente dá seus passos iniciais.

Escrever como um cão que faz um buraco, um rato que faz a toca. E, por isso, encontrar o seu próprio ponto de subdesenvolvimento, o seu patoá, o seu próprio terceiro mundo, o seu próprio deserto [...] e **com isso** (grifo nosso) agarrar o mundo para o fazer fugir, em vez de fugir dele, ou de o acarinhar. Gilles Deleuze e Félix Guattari

## RESUMO

Aldo Ambrózio. **EMPRESARIAMENTO DA VIDA**: discurso gerencialista e processos de subjetivação. (Tese de Doutorado). Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia Clínica. São Paulo: PUC-SP 2011.

A pesquisa aqui relatada buscou realizar uma arqueologia do discurso gerencialista e uma cartografia dos dispositivos de poder que sustentaram a implicação do mesmo no campo social. Tratou-se de examinar um processo de empresariamento intensificado entre as décadas de 1980 e 1990, e que tem como materialidade a constituição da organização do mando a partir de uma arquitetura imperial, que se conjuga com um tipo de acumulação do capital na qual se observa o primado do capital financeiro sobre as suas demais formas de manifestação (capital produtivo, capital mercantil, capital a juros) que culminam no aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital dinheiro, a diminuição do tempo de vida útil das mercadorias e o primado do trabalho imaterial sobre as demais formas de trabalho, trabalho este que se constitui como a fonte intensiva a partir da qual se ergue a estrutura imperial. A pesquisa esteve atenta ao que ocorreu simultaneamente a isso, ou seja, tanto a captura bem mais profunda da vida pelos dispositivos de poder, quanto sua própria liberação numa multiplicidade de sentidos. O vínculo então encontrado entre esta governamentalidade de tipo neoliberal, que expressa o mando da arquitetura imperial, e a diluição do discurso gerencialista no corpo social foi o de este discurso servir como modulador das subjetividades capturadas pela moldura intervencionista do Estado neoliberal, convertendo assim, a dinâmica errante e diferenciante de uma vida em uma jaula denominada capital humano, que exprime modulações de vidas individuais constituindo-se como capitalistas de si mesmas. Portanto, denominamos, nesta pesquisa, este processo de captura e conversão dos inúmeros descaminhos por que podem passar uma vida em uma estratégia de capitalização pessoal como um processo de empresariamento da vida.

Palavras Chave: Empresariamento da vida; Discurso gerencialista; acumulação contemporânea; produção de subjetividades; capital humano; arqueologia e cartografia.

## ABSTRACT

Aldo Ambrózio. **ENTREPRENEURIALIZEMENT OF LIFE**: managerialist discourse and subjectivation process. (Doctoral Thesis). Post-Graduation *Stricto Sensu* in Clinical Psychology. São Paulo: PUC-SP 2011.

This study seeks to undertake an archeology of the managerialist discourse as well as a cartography of the dispositifs which sustained the implications of power in the social field. The intensification of an entrepreneurialization (*empresariamento*) process during the 1980s and 1990s is examined. The materiality of such process is the organizing constitution of the imperial architecture command conjugated with a type of capital accumulation in which the primacy of financial capital prevails over its other manifestations (productive capital, merchant capital, interest capital). This culminates in the deepening internationalization of money flows, the shortening of the useful life of goods and the primacy of immaterial labor over other types of work which is the intensive source of the imperial structure. The study also analyzes a simultaneous process to the one mentioned above. On one hand, there was a deeper capture of life by power dispositifs. On the other, the liberation of life into multiple directions and senses. The link between the neoliberal governmentality which expresses the imperial architecture command and the managerialist discourse expansion into the social body is one in which this discourse serves as a modulator of the subjectivities captured by the interventionist framework of the neoliberal State. That converts the wandering and differentiating dynamics of a life into a cage called human capital. In other words, modulations of individual lives become capitalisms of the self. Therefore, this study denominates the process of capturing and converting the innumerable erratic paths of a life into strategies of personal capitalization as the entrepreneurialization of life.

Keywords: Entrepreneurialization of life; Managerialist discourse; Contemporary capital accumulation; Production of subjectivity; Human capital; Archeology and Cartography.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 DESCAMINHOS, ENFRENTAMENTOS E NUANCES DA VIDA: VIDA NUA OU UMA VIDA?</b> .....	23
1.1 DIFERENÇA E ERRO: LINHAS DE ATUALIZAÇÃO DA VIDA .....	30
1.2 VONTADE E FORÇA: COMPOSIÇÃO AGONÍSTICA DA VIDA .....	41
1.3 DESEJO E CAMPO DE IMANÊNCIA: AFINAL, O QUE PODE UM CORPO? .....	46
1.4 VIDA NUA OU UMA VIDA, UM PONTO CEGO? .....	60
<b>2 PODER SOBRE A VIDA</b> .....	73
2.1 BIOPODER E GOVERNAMENTALIDADE .....	82
2.1.1 <b>Primeira modalidade: as Disciplinas</b> .....	83
2.1.2 <b>Segunda modalidade: Biopolíticas da População</b> .....	97
<b>3 INTERMEZZO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	119
<b>4 GENEALOGIA DE UMA JAULA</b> .....	126
4.1 O DISCURSO GERENCIALISTA EM SUA MODALIDADE ACADÊMICA .....	129
4.2 O DISCURSO GERENCIALISTA EM SUA MODALIDADE POPULAR .....	138
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa complementa e amplia uma inquietação que já nos perseguia há alguns anos: trata-se mais especificamente da relação cambiante e complementar entre poder e vida.

Embora tal agulhão estivesse em nós desde a infância, quando já percebíamos o jogo familiar, o teatro dos professores e até mesmo as jogadas mais tímidas dos colegas infantis, sua elaboração, contudo, tornou-se possível somente com a entrada no mundo acadêmico. Neste período, o espírito pôde ser estimulado e aquilo que funcionava como uma espécie de murmúrio interno ganhou expressão em especulações acadêmicas escritas.

Assim, um primeiro esforço, guiado em parte pela formação em administração, em parte pela natureza das discussões acadêmicas no decorrer da graduação, ganhou expressão em uma monografia<sup>1</sup> em que se interrogava a validade de uma intervenção neoliberal no governo do Estado brasileiro, quando nem mesmo o ensaio keynesiano anterior havia se concluído ou logrado êxito. Esforço um pouco inocente, porque ainda acreditávamos em um modelo de governo do Estado que funcionasse de uma maneira menos perversa que o neoliberal; daí compará-lo com a tentativa precedente que no Brasil, por razões que agora compreendemos históricas e globais – e não por questão de tempo de implementação – não pôde contemplar a contrapartida de um Estado de Bem Estar Social no sentido de garantir o crescimento econômico com base no aumento do poder de consumo de sua população.

Um segundo esforço, já um pouco mais consistente, expressou-se em uma dissertação<sup>2</sup> na qual se investigava os investimentos políticos sobre o corpo dos funcionários de uma transnacional, no momento em que uma reestruturação produtiva era afirmada pelas suas gerências e pela literatura gerencial, como meramente produto do aperfeiçoamento técnico dos instrumentos manipulados em seu processo produtivo conjugado com uma reformulação de sua burocracia administrativa.

---

<sup>1</sup> AMBRÓZIO, Aldo. **Brasil: do modelo de desenvolvimento por substituição de importações à globalização financeira**. 2004. Monografia (Pós graduação em Finanças Corporativas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

<sup>2</sup> AMBRÓZIO, Aldo. **Análítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S.A. na década de 1990**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

Assim, cotejando tais investigações, principalmente a segunda, foi possível perceber de início que a investida neoliberal não era somente um equívoco na escolha de um modelo de governo para o Estado brasileiro em um período de histeria inflacionária, mas que tal modelo resultava de um longo ensaio de governo das populações dos países de economia central e também que os investimentos políticos sobre o corpo não eram um fardo exclusivo dos que laboravam em um aparelho de produção industrial, já que, tais diagramas de poder estavam imersos em círculos bem mais abrangentes daqueles que encerravam os muros da fábrica de celulose que embasou a pesquisa e, mais ainda, esses investimentos políticos sobre o corpo dos funcionários da fábrica e dos demais que os rodeavam pareciam complementar aquela organização política em nível mais global que circunscrevia as ações do Estado brasileiro em um momento<sup>3</sup> no qual a denominada globalização parecia aos estudantes universitários uma daquelas orações às quais crianças filhas de pais religiosos são obrigadas a recitar antes de adormecer, mesmo que desconheçam por completo o conteúdo, o significado e a propriedade em fazê-lo.

Destarte, esse entrelaçamento entre poder e vida, que já nos parecia certo como constituintes do modo como nós próprios tornávamos sujeitos, nos permitiu vincular mais explicitamente o interesse desta pesquisa na relação poder/vida, todavia, tornou-se necessário a tomada de um primeiro cuidado, oriundo da especificidade desta pesquisa, em não tomar a vida no sentido de uma classificação em seus aspectos físicos, biológicos ou psicossociais. Tratou-se aqui, mais precisamente, de apreender de perto e em profundidade os diagramas que dela se apoderam, que a aprisionam e, simultaneamente, complicam as vias de liberação de sua potência<sup>4</sup>.

Contudo, para que essa cautela fique mais clara, caberia, já de início, apresentar uma questão: por que falar de tais diagramas? Porque Foucault<sup>5</sup> talvez tenha razão em dizer que a vida, desde fins do século XVII, tenha sido o elemento sobre o qual exercícios variados de poder tentavam impor uma dupla direção: por um lado, torná-la algo dócil e útil, e para isso, por meio de estratégias denominadas<sup>6</sup> disciplinas, vincularem-na a processos individualizantes aprisionando-a, de certo modo, no que chamaremos aqui corpo disciplinar e, por outro lado, aglutinando-a em processos totalizantes cujo objeto de exercício deslocava-se para algo que tomou o nome de população

<sup>3</sup> Trata-se de meados da década de 1990 e início da década seguinte.

<sup>4</sup> DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002b.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

<sup>6</sup> Id. **Vigiar e punir**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.

(conjunto de corpos disciplinares) por meio do que ela devia ser gerida de forma a garantir certa sobrevivência de conjunto, estratégias que Foucault<sup>7</sup> denominou biopolíticas. Com Foucault, podemos afirmar que a partir daquele século a vida tornou-se o elemento sobre o qual se desenvolveu um verdadeiro campo de batalha!

Com isso, não queremos dizer que anteriormente a vida estivesse livre de qualquer tipo de ingerências ou investidas organizacionais. Reafirmamos apenas, com Foucault<sup>8</sup>, que a partir deste período outro tipo de condução iniciou seu percurso: em vez de um poder que tinha como dilema *fazer morrer e deixar viver*, e ao longo do qual o corpo do soberano primava como sua metáfora emblemática<sup>9</sup>, passamos a nos confrontar com um tipo de organização diferente, cujo dilema, parece inverter o anterior e definir-se assim: *fazer viver e deixar morrer*. Ou seja, a partir de então, a vida é submetida a uma gerência contínua e ininterrupta, firmando-se o sentido de oferecê-la a uma organização das relações de produção que passamos a conhecer como capitalista.

Biopoder, com efeito, seria o diagrama desses exercícios de poder, os quais, por um lado, trabalhavam os corpos individualmente, dando-lhes uma estrutura e uma subjetividade próprias ao regime de produção ascendente nessa época no mesmo passo em que os aglutinavam em uma população tentando, com isso, controlar os fenômenos biológicos emergentes através de técnicas totalizantes que os integrava em seus cálculos infinitesimais.

Mas, ainda com Foucault<sup>10</sup>, vemos que os diagramas de força – que caracterizavam os dispositivos de poder – não atuaram somente no nível corpóreo em seu objetivo de aprisionar a vida e colocá-la para trabalhar. Paralelamente a essa tomada da vida pelo poder, Foucault também identificou o surgimento de discursos: as ciências humanas contribuíram para as investidas cada vez mais profundas do poder sobre a vida!

Através de cada um dos processos de vigilância e controle exercitados pelo diagrama de forças nasceria uma disciplina de saber que se fundava sobre tais exercícios e posteriormente os justificava e aprimorava,

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, 2001a.

<sup>8</sup> Ibid., p. 128.

<sup>9</sup> Momento relacionado por Foucault ao Absolutismo Monárquico.

<sup>10</sup> FOUCAULT, 2002a.

Um saber sobre os indivíduos que nasce da observação dos indivíduos, da sua classificação, do registro e da análise dos seus comportamentos, da sua comparação, etc. Vemos assim nascer, ao lado desse saber tecnológico, próprio a todas as instituições de sequestro, um saber de observação, um saber de certa forma clínico, do tipo da psiquiatria, da psicologia, da psico-sociologia, da criminologia, etc. É assim que os indivíduos sobre os quais se exerce o poder ou são aquilo a partir de que se vai extrair o saber que eles próprios formaram e que será retransmitido e acumulado segundo novas normas, ou são objetos de um saber que permitirá também novas formas de controle <sup>11</sup>.

Um arquivo de saberes e um diagrama de forças se comunicariam no sentido de manter a vida aprisionada e gerida no interior do corpo disciplinar: de um lado, por meio de afetos relacionais reativos (concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo e compor no espaço-tempo)<sup>12</sup>, o diagrama dispunha as forças atuantes no corpo (imaginar, recordar, conceber, querer, sentir, agir, etc)<sup>13</sup> em uma relação politicamente dócil e economicamente útil; por outro lado, através do recurso ao exame, os arquivos compunham saberes vários sobre as multiplicidades postas sob vigília nas instituições de sequestro<sup>14</sup>, estruturando-se, assim no conjunto, uma relação na qual quanto mais se aprendia sobre os corpos, mais se reforçava os dispositivos de controle ativos sobre os mesmos.

Em resumo, com Foucault, podemos afirmar que durante todo o período compreendido entre os séculos XVIII e meados do século XX, essa organização dos exercícios de poder teria abarcado a vida dos corpos no interior de instituições de reclusão as mais diversas (escolas, fábricas, hospitais, prisões, etc.) e das populações no interior dos Estados-nação que em seu conjunto compõem o mundo por nós conhecido como ocidental.

Porém, com o término da segunda Grande Guerra, novas forças que já se insinuavam antes de forma lenta, começaram a se precipitar no interior dessa organização do exercício do poder no sentido de modificar sua dinâmica e sua eficácia<sup>15</sup>. Lutas, as mais diversas, que irromperam entre as décadas de 1940 e 1970, levaram a organização do diagrama a perder relativamente sua

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002, p. 121-122.

<sup>12</sup> DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a, p. 219.

<sup>13</sup> Id. Sobre a morte do homem e o super-homem. In: \_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 132.

<sup>14</sup> Foucault utiliza esta expressão na 5ª conferência ministrada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no dia 25 de maio de 1973 quando analisa a emergência surpreendente da prisão como meio punitivo e seu vínculo estreito com as demais instituições sociais a ela correlatas em um período de sua pesquisa em que caracterizava a sociedade ocidental contemporânea como disciplinar; problema que em 1975 foi mais amplamente elaborado no livro *Vigiar e Punir*. Estas conferências posteriormente foram traduzidas e publicadas pela editora Nau da PUC/Rio com o título “A verdade e as formas jurídicas” conforme nota 11.

<sup>15</sup> DELEUZE, 2000a, p. 220.

eficácia no aprisionar a vida no interior do corpo disciplinar<sup>16</sup>. Os muros das instituições de reclusão começaram a ruir nesse período e uma série de crises – políticas, econômicas, sociais – pareciam indicar que uma nova organização do exercício do poder deveria engendrar-se para que a vida novamente pudesse ser gerida no interior das relações de poder e continuasse alimentando sua dinâmica<sup>17</sup>, acontecimento que não passou despercebido pelo próprio Foucault que em uma entrevista no Japão, assim o narra,

Examinei como a disciplina foi desenvolvida, como ela mudou com o desenvolvimento da sociedade industrial e o aumento da população. A disciplina, que era eficaz para manter o poder, perdeu uma parte de sua eficácia. Nos países industrializados, as disciplinas entram em crise. [...] Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina<sup>18</sup>.

Sabemos que há muitas lentes conceituais disponíveis para cartografarmos essa nova forma de organizar as relações de poder e denominar o tipo de sociedade que as integra e põem em funcionamento suas máquinas de captura: sociedade do espetáculo<sup>19</sup>; capitalismo tardio<sup>20</sup>; sociedade de controle<sup>21</sup>; o império<sup>22</sup>; lentes que embora se aproximem em alguns pontos, também se distanciam em outros, dependendo da aliança que os teóricos que as formularam realizam com os arquivos de saber por eles acessado. Todavia, num esforço de síntese, podemos apreender das mesmas, duas orientações gerais que parecem ser observáveis nesse período que se iniciou no pós-guerra e se aprofundou entre as décadas de 1980 e 1990:

- a primeira diz respeito a uma fase da acumulação capitalista que parece se orientar cada vez mais pela esfera financeira “Capital Fictício”, trazendo a necessidade de uma internacionalização crescente dos fluxos de capital, uma redução extrema da temporalidade das mercadorias e uma espécie de imaterialização do labor social;

<sup>16</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 97-135 passim.

<sup>17</sup> DELEUZE, 2000a, p. 220 e FOUCAULT, Michel. A sociedade disciplinar em crise. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003, p.268.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. A sociedade disciplinar em crise. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos IV: estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003, p.268.

<sup>19</sup> DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

<sup>20</sup> MANDEL, Ernst. **Late capitalism**. London: Verso Books, 1978.

<sup>21</sup> DELEUZE, 2000a.

<sup>22</sup> HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- a segunda diz respeito a uma tomada bem mais profunda da vida pelos diagramas de poder, que agora não se limitam a exercitar os corpos disciplinares e organizar as populações – investida que tratava a vida apenas como fenômeno biológico – mas, investem a vida em uma escala acentuadamente profunda, atingindo e colonizando um enclave que até então parecia inatingível: o inconsciente<sup>23</sup> e, mais ainda, parece, em uma injunção agora interna e não mais perceptivelmente externa, mobilizá-la e pô-la a trabalhar, como nos dizem Hardt e Negri: “[...] Na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida. É uma grande colmeia na qual a abelha rainha supervisiona continuamente produção e reprodução<sup>24</sup>”.

Deste modo, levando em conta a complementaridade estabelecida por Foucault entre um diagrama de forças e um arquivo de saberes, e considerando que nos encontramos em outra configuração histórica, ou melhor, em outra reorganização do diagrama, parece-nos que se justifica uma pergunta inevitável: como conceituar o campo discursivo que hoje procura atualizar e aprimorar as investidas reativas do poder sobre a vida; sobre a criação, portanto? Ao menos provisoriamente, daremos a esse campo discursivo a ser pesquisado e conceituado a denominação de discurso gerencialista.

Sabemos que esse discurso recebeu formulações desde o século XIX, entretanto, somente no alvorecer do século XX que ele passou a predominar no interior das fábricas. Aplicado inicialmente na otimização dos dispositivos organizacionais da relação entre força de trabalho e meios de produção, esse gerenciamento desenvolvia-se em prol de uma extração temporal e espacialmente mais eficaz dos fluxos da energia humana de trabalho regulando de maneira precisa os gestos que os trabalhadores deveriam executar com os tempos ótimos de cada execução, tudo isso controlado por uma supervisão funcional cerrada.<sup>25</sup>

Sabe-se que, já então, esse tipo de investida gerencial não se restringia ao chão das empresas: ali onde se concentrava o trabalho estritamente operário de auxiliar do maquinismo. Quase que de imediato, essa investida interessou-se pela dita racionalização do trabalho no nível superior das

---

<sup>23</sup> JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 61.

<sup>24</sup> HARDT; NEGRI, 2002, p. 51.

<sup>25</sup> TAYLOR, Frederic Winslow. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990, p. 85-88.

empresas, ali onde o pessoal dos escritórios cumpria suas funções, já que desde o início, estava implícita nessa fase de teorização do discurso gerencialista a cisão entre a concepção do trabalho, atribuída aos planejadores e a execução do trabalho, atribuída aos operários, em todos os níveis do desenho que as organizações assumiam nessa época<sup>26</sup>.

E mais: a mesma investida ocorreu em empresas estatais de países ditos socialistas, como foi muitas vezes denunciado e que fez a tese das sociedades disciplinares levantada por Foucault funcionar como um escândalo para os ditos marxistas, já que, tanto o lado do muro em que funcionava o conclamado ocidente capitalista quanto o lado que se conclamava socialista se utilizavam dos mesmos recursos disciplinares impulsionados pelo discurso gerencialista para mobilizarem suas respectivas forças de trabalho. E mais ainda: já em 1975, Lévi-Léblond e Jaubert<sup>27</sup> denunciavam essa investida num campo de aparente pureza criativa, ou seja, denunciavam a taylorização da própria pesquisa científica.

Portanto, seja como imperativo de produtividade, seja como imperativo de um jogo verticalizante de poderes, o discurso gerencialista não se limitou à série das fábricas e nem às séries do terciário. Invadiu campos educacionais e de pesquisa científica, podendo-se dizer até mesmo que ele passou, com sua diluição e alastramento nas décadas que seguiram a segunda Grande Guerra, a contaminar a sociedade como um todo, no sentido de uma internalização nos corpos das regras do mando no objetivo de um controle contínuo e a céu aberto por meio de redes flexíveis e flutuantes<sup>28</sup>.

Sinais ou sintomas, como se preferir denominar, desta contaminação podem ser identificados em diversos espaços e áreas de uma variedade de saberes. Começemos pelos livros de “auto ajuda gerencial” que despontaram como um dos ramos de “literatura” mais consumidos no período posterior à década de 1980<sup>29</sup>. Continuemos com a educação que importa cada vez mais signos e enunciados do discurso gerencialista tais como: produtividade na educação; eficiência; eficácia; planejamento; organização; projeto; corte de custos; currículo organizado por meio de

---

<sup>26</sup> TAYLOR, 1990, p. 34-35.

<sup>27</sup> LÉVI-LÉBLOND, J. M.; JAUBERT, A. **(Auto)critique de la science**, Paris: Seuil, 1975.

<sup>28</sup> HARDT; NEGRI, 2002, p. 43.

<sup>29</sup> Exemplo disso é que livros como “Quem mexeu no meu queijo”, “Pai rico e pai pobre” e mais recentemente “O monge e o executivo” e o “Segredo de Luiza” ao serem lançados logo ocuparam as listas dos mais vendidos tornando-se rapidamente *best sellers* para aqueles leitores que antes consumiam romances policialescos.

habilidades, capacidades e competências; pedagogia da qualidade total; pedagogia corporativa<sup>30</sup>; etc. Seguimos com o espaço público que se privatiza a olhos vistos e a cada dia é convidado a se organizar como uma empresa privada.

É certo que esta pesquisa estará às voltas com inúmeras perguntas que hoje se impõem. Por exemplo: que tem a ver o discurso gerencialista com a crescente importância do mercado dito globalizado, capaz de impor sua própria estratégia ao funcionamento dos Estados Modernos? Parece-nos, pelo menos provisoriamente, que essa prática discursiva estaria mais adequada a uma organização política contemporânea que prima pelo modelo imperial, como nos dizem Hardt e Negri. Mas devemos salientar, simultaneamente, para não perdermos o fio da discussão, que nossa pesquisa se justifica em função daquilo que constitui nossa preocupação principal: que se passa com a vida nos processos de subjetivação duplamente invadidos pela complementaridade desse novo jogo de forças e investidas do discurso gerencialista?

Para ganhar consistência, essa pergunta depende do encaminhamento de outras: primeiramente, se é sustentável a tese de Hardt e Negri, a saber: a organização do mando na sociedade contemporânea, ou seja, a soberania contemporânea, assume um formato imperial exibindo, com efeito, uma forma piramidal. Que camadas conteria esta pirâmide, como deveriam ser salientadas, e que níveis de abrangência as caracterizariam?

Se levarmos em conta, para fins de pesquisa, o que os próprios autores nos dizem, por exemplo, teríamos, na primeira camada e no primeiro nível, os Estados Unidos atuando como poder de polícia mundial no sentido de usar a força quando necessário na defesa do modelo de subjetivação capitalista: “No cume estreito da pirâmide está a única superpotência, os Estados Unidos, que detêm a hegemonia sobre o uso global da força<sup>31</sup>.” E, ainda nessa primeira camada, mas, em um nível abaixo, encontrar-se-ia uma rede de Estados-nação encarregados do controle dos instrumentos monetários primários no objetivo de com isso controlarem as trocas internacionais. Conforme Hardt e Negri tais Estados-nação estreitariam suas relações por meio de uma série de acordos e organismos como o G7, os Clubes de Londres e Paris e os fóruns mundiais anuais realizados em Davos.

---

<sup>30</sup> SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

<sup>31</sup>HARDT; NEGRI, 2002, p 331.

Concluindo, por fim, a composição desta primeira camada, em seu terceiro nível, encontrar-se-iam alguns organismos de caráter militar, político e principalmente econômico, encarregados de demonstrar poder cultural e biopolítico; organismos tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BM); Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outros: “Finalmente, num terceiro nível da primeira camada, um conjunto heterogêneo de associações (incluindo, mais ou menos, os mesmos poderes que exercem hegemonia nos níveis militar e monetário) demonstra poder cultural e biopolítico em nível global<sup>32</sup>”.

Sendo assim, dadas: a restrição dos organismos que compõem essa camada e sua relativa autonomia nas deliberações que emergem de forma centralizada, mas que, todavia, influem pesadamente na condução dos demais países do globo terrestre, Hardt e Negri permitem-se comparar a soberania que emana da mesma com o funcionamento de uma monarquia.

A organização do Império implicaria também uma segunda camada piramidal. Ela seria composta pelas redes de trocas dos agentes que dinamizariam o pináculo central do mando imperial; dinamizariam no sentido de que a estrutura centralizada da primeira camada deliberaria para manter certa estabilidade dos fluxos do grupo de agentes que compõem o primeiro nível desta segunda camada que, mais precisamente, compor-se-ia pelas redes que as empresas transnacionais construíram em seu funcionamento interessado em promover os fluxos monetários, de mercadorias e de populações que caracterizam suas atividades de criar e atender necessidades das populações do globo dentro de uma lógica de acumulação,

Essa camada [referindo-se à segunda camada] é estruturada basicamente pelas redes que empresas capitalistas transnacionais estenderam no mercado mundial – redes de fluxo de capital, de fluxo de tecnologias, de fluxo de populações e coisas do gênero. Essas organizações produtivas que formam e abastecem os mercados estendem-se transversalmente sob o guarda-chuva e a garantia do poder central que constitui a primeira camada de poder global<sup>33</sup>.

No segundo nível desta camada, e com ação subordinada às grandes corporações transnacionais, encontrar-se-iam os principais Estados-nação da economia global, que, na visão dos autores teriam funções específicas tais como: “[...] mediação política no que respeita aos poderes

---

<sup>32</sup> HARDT; NEGRI, 2002, p. 331.

<sup>33</sup> Ibid., p. 331.

hegemônicos globais; regateio no que respeita às empresas transnacionais, e redistribuição de renda, de acordo com necessidades biopolíticas em seus próprios e limitados territórios<sup>34</sup>”.

Considerados individualmente, estes Estados funcionariam como filtros do fluxo de circulação global e também atuariam como reguladores na articulação do comando imperial garantindo à segunda camada em seu conjunto a semelhança de uma soberania de tipo aristocrático consoante à ação de condutor intensivo das outras duas, ou seja, se existe um comando central e uma mediação democrática das multidões é para que sejam garantidos os fluxos necessários às transações entre o conjunto das empresas transnacionais.

Finalmente, numa terceira camada, encontrar-se-ia uma série de grupos que representariam os interesses do povo no arranjo global do mando. De forma geral, aglutinar-se-iam nesta camada, além dos Estados-nação da periferia, uma série de organismos não relativamente governamentais, como as instituições religiosas, a mídia e principalmente as organizações não governamentais (ONGs) – as quais, na visão dos autores, constituiriam o exército moral do Império.

O objetivo buscado por tais organismos seria a representação do “povo” no território imperial. Em sua dinâmica, essa representação alteraria a heterogeneidade da “multidão”, convertendo-a em uma massa mais ou menos homogênea, que é o “povo”, como dizem Hardt e Negri: “A multidão não pode ser incorporada diretamente às estruturas de poder global, mas precisa ser filtrada através de mecanismos de representação<sup>35</sup>” o que dá a esta camada o aspecto democrático necessário a todo o arranjo do poder imperial.

O Império, em sua constituição piramidal garantiria, desse modo, o cotejamento das três maneiras de governo presentes nas formações históricas dos Estados: um governo monárquico no topo da pirâmide; um governo aristocrático em seu meio e um governo democrático em sua base.

Portanto, retomando a articulação de nossas inquietações, nos perguntamos se essa discriminação de camadas piramidais e seus níveis de efetuação, assim como essa posição homogeneizadora da forma “povo”; tudo isso não estaria se espelhando no discurso gerencialista que opera, ao mesmo

---

<sup>34</sup> HARDT; NEGRI, 2002, p. 332.

<sup>35</sup> Ibid., p. 332.

tempo, como sintoma e como vetor de infiltração dos imperativos globais na cotidianidade da própria vida em nossa contemporaneidade?

Partindo assim dessa inquietação-síntese seguiremos na formulação de detalhes do nosso problema de pesquisa e a posterior definição dos objetivos que a nortearam.

Diante de tal situação nos perguntamos, neste trabalho, sobre quais seriam os eventos políticos que possibilitariam tal contaminação das demais áreas do saber pelo discurso gerencialista e que agenciamentos subjetivos tal discurso teria mobilizado?

Com tal questionamento pretendíamos:

- Esclarecer a materialidade do discurso gerencialista;
- Cartografar os agenciamentos políticos que mobilizaram sua propagação e;
- Perceber simultaneamente: as formações subjetivas que nasceram desses investimentos e as linhas de fuga criadas pela sociedade ao buscar modos de vida diversos aos propalados por este agenciamento.

A relação entre o problema e os objetivos perseguidos na pesquisa levou-nos, com efeito, a uma determinada organização na exposição de seus capítulos.

Dessa forma, como era urgente uma exposição do tratamento que faríamos do conceito de vida, relatamos, no primeiro capítulo, as diferentes formulações recebidas pela mesma nos pensamentos de Deleuze, Foucault e Agamben.

O segundo capítulo tratou, por conseguinte, do investimento do poder sobre a vida em suas diversas fases. Desse modo, fizemos uma exposição do biopoder a partir de cinco trabalhos de Foucault, notadamente: *Vigiar e Punir; A vontade de saber e os cursos ministrados no Collège de France: Em defesa da sociedade, Segurança, território, população e Nascimento da Biopolítica*.

Com esse tratamento teórico estabelecemos os possíveis pontos de intersecção entre a dinâmica da vida em seu percurso de errância ou diferença e, por outro lado, os diagramas de poder em sua tentativa de abarcar tal dinâmica vital a partir do que é retirada a força que os alimenta e, também, o movimento a que eles respondem.

Dedicou-se, então, um terceiro capítulo às questões de método, que antecederam o quarto capítulo que tratou o discurso gerencialista em si mesmo, tomado em duas abordagens: uma mais acadêmica acompanhando os desdobramentos históricos que esse discurso recebeu de seus principais sujeitos de enunciação e, outra, mais popular, que funciona como disseminadora dos enunciados que colam os corpos na megamáquina de poder global.

Outra peculiaridade digna de nota em nossa exposição da pesquisa é o fato de cada capítulo, exceto o que considera uma tentativa de método, ser ambientado com a atmosfera de uma obra literária da qual apreendemos os direcionamentos que sinalizam as reflexões filosóficas que fundamentam e dão consistência aos seus argumentos constituintes. Deste modo, para iniciar a discussão sobre a vida, no primeiro capítulo, acompanhamos a metamorfose do personagem Gregor Samsa na novela de mesmo nome escrita por Kafka. Para iniciar o segundo capítulo, que se concentrou em uma genealogia do biopoder, acompanhamos o personagem anônimo do conto de Kafka sobre a construção da muralha chinesa e, por fim, para tratarmos no quarto capítulo de uma apreensão do discurso gerencialista, seguimos os tormentos de Raskólnikov em sua tentativa de exterminar os afetos usurários com o assassinato da velha Aliena Ivánovna no romance Crime e Castigo de Dostoiévski.

## CAPÍTULO 1

### DESCAMINHOS, ENFRENTAMENTOS E NUANCES DA VIDA: VIDA NUA OU UMA VIDA?

Esse capítulo é, em princípio, inspirado nos últimos textos que Deleuze<sup>36</sup> e Foucault<sup>37</sup> escreveram, nos quais ambos procuraram destacar algumas características desse indefinido que é a vida: em primeiro lugar, Deleuze ao elucidar um fluxo impessoal que passa inconscientemente<sup>38</sup> por todos nós, composto de virtualidades, singularidades e acontecimentos impossíveis de serem apreendidos em um eu e, em seguida, Foucault, que ao prefaciar seu antigo orientador, Georges Canguilhem<sup>39</sup>, nos fala do aspecto normativo da vida, tomada em seu nível mais fundamental de apreensão, que normalmente está próximo de um percurso de errância infinita, ou seja, vivo é o capaz de criar novas normas que o desviem das normas outrora necessárias!

Tais aspectos, caros a Deleuze e Foucault, nos levaram ao segundo motivo de apresentação desse primeiro capítulo, que foi o incômodo que nos causou o conceito de vida nua, formulado por Giorgio Agamben<sup>40</sup>, por no mesmo a vida ser explicitada em uma relação subordinada e fundamental com o poder soberano, destituída, assim, de todo o acaso que a acompanha nas leituras feitas por Foucault e Deleuze. Em Agamben a vida é tratada como vida nua, trapo vital que promove uma continuidade entre os seres vivos e que desde o princípio das comunidades humanas encontrar-se-ia em uma relação fundante com a exceção própria ao poder soberano.

Destacados, os motivos principais de escrita, passaremos por alguns escritos de Deleuze sobre o conceito de vida, especialmente naqueles momentos em que o filósofo fazia sua peculiar história da filosofia, para, posteriormente, compararmos essas contribuições de Deleuze com o esforço de

---

<sup>36</sup> DELEUZE, Gilles. Imanência: uma vida... . **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, ano 8, v. 1, n. 11, p. 160-164, 2004.

<sup>37</sup> FOUCAULT, Michel. A vida: a experiência e a ciência. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.

<sup>38</sup> É bom frisar aqui que o conceito de inconsciente talhado por Deleuze em seus vários trabalhos tem uma distância absoluta com aquele com o qual trabalham os psicanalistas. Em Deleuze o inconsciente é impessoal, maquínico, composto de vários níveis de memória cósmica além de atravessado por forças ativas também inconscientes.

<sup>39</sup> O artigo de Foucault foi uma reapresentação do prefácio da tradução americana do livro de Canguilhem “O normal e o patológico”.

<sup>40</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Foucault em seu artigo testamentário e, finalmente, enfrentarmos o conceito de vida nua de Giorgio Agamben.

Mas antes, dada nossa escolha de cada capítulo iniciar-se com a descrição de uma obra literária, destacaremos alguns aspectos tomados de empréstimo da *Metamorfose* de Kafka<sup>41</sup>, por encontramos nela um bom exemplo do que percebemos como vida. Contudo, uma pergunta se insinua nesta escolha literária: por que escolhemos esta novela kafkiana e não um romance mais central de sua obra como o representante de nossa narrativa? Ora, como nos sugerem Deleuze e Guattari, sendo a obra de Kafka um rizoma, uma toca, é possível adentrá-la,

[...] por qualquer lado, nenhum vale mais que o outro, nenhuma entrada tem qualquer privilégio, mesmo se é quase um beco, uma ruela ou uma curva e contracurva, etc.. Poder-se-á apenas procurar com que pontos se liga aquele por onde se entrar, por que cruzamentos e galerias se passa para ligar dois pontos, qual é o mapa do rizoma e como é que este, de repente, se modifica se se entrar por qualquer outro ponto<sup>42</sup>.

E ainda, para experimentarmos uma possível resposta, gostaríamos de testar, comentando aspectos da *Metamorfose*, do *Processo*<sup>43</sup>, e do *Castelo*<sup>44</sup>, a hipótese de que, embora todos esses escritos iniciem-se com a entrada de algo inesperado que desestabiliza a relação entre os personagens; nos romances, tal iniciar é marcado pela entrada do poder em cena, porém, na *Metamorfose*, o iniciar é marcado pela entrada de um devir animal que expressa os descaminhos da vida. Começaremos, por conseguinte, assinalando estas semelhanças entre os escritos kafkianos para, posteriormente, assinalarmos as diferenças em função das quais optamos pela *Metamorfose* ao introduzirmos o capítulo relacionado à vida.

Como expresso na hipótese, o que nos parece semelhante nos dois romances e na novela é o iniciar marcado pela entrada abrupta de algo na narrativa que desestabiliza por completo a relação entre os personagens: na *Metamorfose* trata-se da transformação de Gregor Samsa em barata; no *Processo*, o início é assinalado pela chegada de dois guardas, Franz e Willem, seguidos do inspetor, anunciando um processo desconhecido que interrompe o café da manhã de Joseph K no dia de seu trigésimo aniversário e, no *Castelo*, é a chegada do agrimensor K., tarde da noite, em um dos dois albergues da aldeia vizinha ao Castelo do conde Westwest, no caso o albergue da ponte.

<sup>41</sup> KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

<sup>42</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003, p. 19.

<sup>43</sup> KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

<sup>44</sup> Id. **O Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Podemos desse modo, perceber nos três casos a irrupção de algo desconhecido e, pelo transcorrer das histórias, impensado nas condições do ambiente que assegurava a relação dos personagens adentrando as narrativas, desestabilizando-as e fazendo-as circular ao redor de tal iniciar desviante.

Contudo, o que difere de um início a outro é a maneira singular dessa irrupção. No Processo, o anúncio de um processo desconhecido mudará por completo a vida pacata e previsível que Joseph K. despedia como primeiro inspetor de um banco que provavelmente redundaria na busca de cargos superiores, dando margem a esta especulação, sua competência e habilidade em fechar negócios proveitosos aos clientes.

A irrupção, desse modo, introduz Joseph K em um julgamento infundável por parte de um tribunal cuja hierarquia, salas e escritórios criavam laços que interceptavam Joseph K em qualquer lugar do cenário no qual ele se deslocava dando a impressão de uma contiguidade entre o tribunal e as demais instituições por onde Joseph K circulava no decorrer do romance<sup>45</sup> e, mais ainda, demonstrava a ele que, apesar de todos os esforços por ele infligidos, não havia a mínima possibilidade de intervenção ou interferência nos procedimentos e na decisão final da sentença por parte deste tribunal onipresente, como confirma Goldinho,

Pouco a pouco, deparamos com um espaço serializado. O tribunal autodesigna-se como o auge dessa serialização. O espaço e o tribunal confundem-se numa só entidade espacial. O tribunal exprime o devir carceral do espaço, um Tribunal onnipresente e inacessível. Aliás, o processo emana do espaço como um todo, é o argumento subjacente a toda a narrativa.<sup>46</sup>

Tal impossibilidade de interferência na decisão final do processo fica descaradamente evidenciada, como entre tantas outras passagens do romance, tanto na justificativa infundável e na demora do advogado Huld em apresentar uma petição inicial ao tribunal, quanto na ajuda oferecida pelo pintor Titorelli segundo o qual haveria apenas duas possibilidades de lidar com o processo: a absolvição aparente e o processo arrastado; na primeira usando-se da influência do

<sup>45</sup> Joseph K encontra rituais que presentificam o tribunal em toda parte: no banco ao de repente deparar-se com os guardas que o haviam detido sendo chicoteados por um carrasco atrás de uma das portas de acesso aos serviços gerais de limpeza; no encontro com o pintor Titorelli ao perceber que a porta sobre a cama do pintor convertia-se em uma entrada para as salas do tribunal mesmo que o cortiço onde Titorelli morava localizasse-se na direção oposta do tribunal onde tivera a primeira audiência, entre outros casos que comprovam a onipresença e contiguidade do tribunal em todo o cenário no meio do qual desenrola-se o romance.

<sup>46</sup> GOLDINHO, Rafael. A escrita (do) impossível. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003, p. 12.

pintor entre os juízes inferiores absolver-se-ia o réu nestes tribunais, sem, contudo, extinguir por completo o desenrolar do processo que poderia ser reiniciado a qualquer momento, já que o julgamento final caberia apenas aos tribunais superiores aos quais ninguém teria acesso ou influência e na segunda impedir-se-ia o processo de ascender nas hierarquias superiores aonde se chegaria a uma sentença final. Cada uma dessas semiabsoluções teria uma relação com o esforço despendido e com a continuidade das intervenções conforme o pintor Titorelli esclarece a Joseph K: “[...] a diferença é que a absolvição aparente exige um esforço concentrado e temporário, e o processo arrastado um esforço muito menor, mas duradouro<sup>47</sup>”.

Também no Castelo a chegada de K na aldeia desestabiliza por completo as relações entre a aldeia e o Castelo, espaços estes que pareciam, como no processo, indiferenciados e contíguos, dada, entre outros sintomas, a múltipla e tenaz participação dos senhores do Castelo no cotidiano dos moradores da aldeia, sendo K e Frieda os personagens que funcionam como desestabilizadores: K ao não se ajustar às ordenações da burocracia do Castelo e Frieda ao abandonar seu posto de trabalho e sua relação com Klamm<sup>48</sup> para acompanhar o percurso ziguezagueante de K na tentativa de estabelecer uma conexão qualquer com o Castelo.

Conexão esta que também no desenrolar do romance fica parecendo cada vez mais precária e impossível e, isso, por vários motivos: primeiramente por a comunicação não ser direta, acontecendo por meio de cartas e não com uma conversa com o senhor, no caso Klamm, responsável pela sua possível contratação; em segundo lugar por as cartas serem entregues em períodos descontínuos por um mensageiro não oficial e, por último, pela existência de um agrimensor ser completamente desnecessária em um espaço liso, sem fronteiras bem estabelecidas.

Sendo assim, em ambos os romances, é sobre o poder que se trata a entrada em cena da irrupção: o poder na forma do tribunal tomando a vida de Joseph K de assalto, no caso do Processo, e K explicitando e complicando o desenrolar tranquilo e tedioso de uma máquina burocrática, no caso do Castelo.

---

<sup>47</sup> KAFKA, 1997b, p. 190.

<sup>48</sup> Klamm é um senhor do Castelo, no caso, alguém dotado de poderes de intervenção na vida dos moradores da aldeia que vive em uma relação de submissão aos ditames burocráticos das ações dos senhores do Castelo.

Não obstante, quando observamos o desenrolar da Metamorfose, não nos parece tratar-se do poder e sim da vida o elemento da irrupção, dado o fato de Gregor Samsa, ao acordar após uma noite atormentada por sonhos intranquilos metamorfoseado em barata, passar a analisar minuciosamente o cotidiano insalubre com o qual sua família lidava, cotidiano este que ele em sua forma humana não percebia, seja pela profissão de caixeiro viajante que ele assumira a princípio para pagar as dívidas do Pai e que posteriormente tornou-se a única fonte de renda com a qual era garantida a sobrevivência de seus familiares, seja pela postura de chefe de família que lhe sobreveio em função do fracasso financeiro paterno.

Só por meio de um devir barata, ou devir inseto, como se preferir chamar, Gregor Samsa pôde, no período em que sobreviveu sob esta forma, observar todos os detalhes desse duplo aprisionamento a uma relação mortificante: a profissão que lhe exigia todos os momentos de sua vida e a relação familiar que lhe exigia a solução para o fracasso do Pai gerando-lhe preocupações que o impediam de pensar em outras coisas ou em si mesmo. O devir barata funcionou como o revelador das forças diabólicas<sup>49</sup> que adentravam por meio da família, da função e da empresa!

Convertendo-se, portanto, na maneira específica criada pela vida para desviar o personagem Gregor Samsa de uma morte em vida, ou seja, só devindo barata ele pôde apreender de perto e em profundidade a escravidão que sua função e sua família o delegavam tornando-o uma espécie de zumbi cumpridor dos ditames burocráticos de uma empresa de vendas que controlava com rigor e severidade até mesmo o horário em que acordava ou tomava o trem<sup>50</sup>. Devir barata, se também levamos em consideração o que dizem Deleuze e Guattari, tornou-se uma linha de fuga contendo em seu bojo uma desterritorialização absoluta e liberadora do gerente, da família, da burocracia e da forma emprego caixeiro viajante,

Gregor não só se transforma em inseto para fugir do pai, mas, sobretudo, para encontrar uma saída, precisamente onde o pai não conseguiu encontrar, para escapar ao gerente, ao comércio e às burocracias, para alcançar essa região em que a voz parece apenas um zumbido – “Ouviste-o falar? Era uma voz de animal, disse o gerente.”<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Deleuze e Guattari sugerem que as forças diabólicas seriam o Americanismo, a Burocracia Russa e o Nazismo que batiam às portas dos judeus residentes em Praga.

<sup>50</sup> Após cinco anos de trabalho sem nunca ter se atrasado uma única vez, Gregor teve a presença do próprio gerente em sua casa quando se atrasou pela primeira vez em função da metamorfose. E o Gerente chegou exatamente no horário de abertura da firma.

<sup>51</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 34.

Devido barata e conservando inalterada a consciência humana, Gregor pôde analisar minuciosamente também o quanto sua família tentava instalar nele sentimentos de culpa e ressentimento, já que, uma vez percebendo que seu estado não se alteraria, cada familiar, outrora completamente dependentes da renda auferida de seu trabalho, criou aos poucos atividades laborativas e, por si próprios, auferiram possibilidades de sobrevivência deixando entrar paulatinamente no interior da casa as forças diabólicas que Gregor enfrentava sozinho em sua função-prisão caixeiro viajante.

Exemplo disso foi o susto levado por Gregor Samsa ao deparar-se com a postura do pai ao vê-lo chegar a casa num dia que escapara de seu quarto, quando a mãe e a irmã retiravam a mobília para lhe dar mais espaço para rastejar. Se antes de sua metamorfose o pai andava arqueado e com fisionomia de constante cansaço,

Agora porém ele estava muito ereto, vestido com um uniforme azul justo, de botões dourados, como usam os contínuos de instituições bancárias; sobre o colarinho alto e duro do casaco se desdobrava o forte queixo duplo; sob as sobranceiras cerradas os olhos escuros emitiam olhares vívidos e atentos; o cabelo branco, outrora desgrenhado, estava penteado com uma risca escrupulosamente exata e luzidia<sup>52</sup>.

Ou seja, se antes o Pai se portava como inválido, agora novamente assumira a vitalidade e virilidade típicas que precediam seu fracasso financeiro e, conjugando bengaladas e arremessos de maçãs, enxotava a barata Gregor Samsa de volta para o quarto, para a escuridão, para sua nova vida como inseto que devia, além de ser ocultada dos atuais moradores da casa e dos inquilinos que adentraram na mesma posteriormente, ainda, não deveria contaminar a todos e desviá-los na mesma direção que seguiu Gregor: o devir deveria ser contido como se contêm uma peste!

Em suma, podemos dizer que o devir barata proporcionado pela vida retirou Gregor Samsa tanto do aprisionamento da máquina burocrática representada pela firma de comércio na qual ele exercia a função de caixeiro viajante quanto da máquina moral edipiana familiar que lhe atribuía a responsabilidade do fracasso paterno para daí auferir o seu confortável sustento a custo de impedir-lhe de desviar-se com outros pensamentos, preocupações ou até mesmos outros agenciamentos que não os promovidos pela empresa de vendas.

Não obstante, a metamorfose de Gregor Samsa não lhe trouxe somente os acontecimentos positivos da liberação. Se por um lado, dada sua característica de linha de fuga, liberou-o de seu

---

<sup>52</sup> KAFKA, 1997a, p. 56.

duplo aprisionamento na forma emprego caixeiro viajante, por outro lhe sobreveio também, como corolário, o isolamento familiar, o abandono e por fim a morte, visto que, à medida que sua família retomou para si a capacidade e a responsabilidade de sobrevivência, Gregor Samsa, de antigo arrimo passou a ser tratado como o estorvo que só servia para atrapalhar as atividades cotidianas da casa.

A partir de então, deixaram de cuidar de seu quarto, interromperam o cuidado diário com sua alimentação, que era exercido por sua irmã, e nas conversas trocadas durante o jantar sua presença começou a ser vista até mesmo como uma ameaça à estabilidade da família, ou seja, quando o pai novamente assumiu a função de chefe da casa, começou-se a se pretender que Gregor Samsa se reterritorializasse na modulação anterior ao arrastar do devir inseto.

Gregor, percebendo isso, e, já prevendo a impossibilidade de tal retorno, passou a descuidar-se de tudo, inclusive da alimentação e da aparência, e, seja por falta de comida, seja pela ferida que o pai lhe deferiu nas costas ao arremessar uma maçã para que voltasse ao quarto no dia que fugiu, acabou por morrer em uma manhã após ficar insone por toda a noite pensando com pesar na sua expulsão da sala de estar quando quis contemplar a irmã tocar violino para os inquilinos que os pais arranjaram no intuito de contribuir com o pagamento das despesas domésticas.

Em resumo, podemos afirmar que nesta novela kafkiana percebemos, os principais elementos do como pensamos mover-se a vida: criação constante de novas normas e novos modos de existência quando se sente comprimida e diminuída por algum diagrama de poder que reage à sua forma atual criando maneiras de controlá-la mesmo que essas normas e modos outros a levem a um risco absoluto; podendo até mesmo levá-la ao extermínio. Não obstante, esta hipótese ficará mais clara no decorrer deste capítulo, quando chegarmos à descrição das forças e das vontades de potência que indicam a qualidade da afirmação como ato de criação que leva as forças às últimas consequências de sua potencialidade, ou se preferirmos a terminologia deleuzeana, desterritorializam a vida de maneira absoluta, como o deve ser a filosofia que a acompanha.

Portanto, nessa perspectiva do diferir, do arriscar-se, e do desterritorializar-se, que escoltam esse texto kafkiano, iniciaremos nossas considerações sobre como Deleuze e Foucault cuidam da menção à vida tratando-a primeiramente como processo de diferenciação e processo normativo capaz de erro.

## 1.1 DIFERENÇA E ERRO: LINHAS DE ATUALIZAÇÃO DA VIDA

Antes de tratarmos a vida nesse primeiro vetor que a percebe como processo de diferenciação, faz-se necessária a apreciação do conceito da diferença conforme a pensa Deleuze em sua leitura de Bergson e, dentre alguns cuidados necessários a essa exposição, o diferenciaremos de dois usos comuns da palavra diferença praticados no vocabulário contemporâneo:

- O primeiro deles, e o mais perigoso, é a diferença como é concebida pelas estratégias de Marketing<sup>53</sup> no momento da promoção dos produtos ou serviços, no qual ela é tratada como posse de um bem que distingue certo segmento de consumo no mercado e que sinaliza certa hierarquia entre as classes sociais em seus respectivos poderes aquisitivos. Diferença, nesse sentido, remeteria às diferenças de posse entre os membros da sociedade hodierna que, necessitaria, com efeito, de diferentes apelos promocionais para incentivar seus processos de compra. Embora este tratamento da palavra diferença seja intensamente celebrado pelos principais meios de comunicação desta sociedade, se assim a entendermos, estaremos a uma distância absoluta da diferença conforme a pensa Deleuze pela evidência principal da diferença ficar subordinada a coordenadas de propriedade material e servir como imperativo de discriminação entre as classes mais pobres e as classes mais ricas;
- Outro uso que devemos nos distanciar – apesar de que este esteja um pouco mais próximo de Deleuze que o primeiro – é aquele que trata a diferença como certa posição que os chamados novos movimentos sociais tomam diante do Estado em busca de seus respectivos direitos. Aqui falamos da diferença dos negros em relação aos brancos, das mulheres em relação aos homens, dos homossexuais em relação aos heterossexuais, dos sem propriedade em relação aos proprietários, entre outras diferenças possíveis. Diferença, neste sentido, remeteria às diferentes maneiras conforme as quais o Estado trata da governamentalidade de seus membros e de como também estes membros resistem a esta governamentalidade. Neste caso, a distância da diferença conforme a pensa Deleuze

---

<sup>53</sup> Tradicionalmente o Marketing, conforme é praticado entre os países capitalistas, comporta uma estratégia geral composta de quatro procedimentos que são conhecidos como os seus quatro P's: **Produto**, quando da definição do desenho e da especificação de uma mercadoria ou serviço conforme o tipo de consumidor que a empresa pretende alcançar; **Preço**, quando do estabelecimento do valor pelo qual tal produto será trocado no mercado; **Praça**, quando da especificação do canal que levará o produto ou serviço da área de fabricação à casa do consumidor e **Promoção**, quando da especificação do tipo de apelo promocional que será utilizado para estimular o desejo de compra no consumidor pretendido pela empresa. Essa definição pode ser encontrada em LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

se dá pelo fato do conceito de diferença subordinar-se ao conceito de identidade nestes posicionamentos políticos dos movimentos sociais. Tais grupos, para afirmarem suas diferenças, primeiro requerem uma identidade perante o Estado.

Pois bem, em Deleuze, em sua leitura de Bergson<sup>54</sup>, não se trataria nem de um, nem de outro desses sentidos do conceito da diferença, já que, antecipando um pouco nossa exposição, a diferença deixa de ser apenas um conceito para ser tratada em seu ser. No Bergson de Deleuze, passamos da epistemologia à ontologia ao tratarmos da diferença, ora de forma metodológica, ao indicar o caminho da intuição como método, ora de forma ontológica, ao apresentar o ser da diferença:

[...] é somente assim que se poderá ‘retornar’ às próprias coisas, dar conta delas sem reduzi-las a outra coisa, apreendê-las em seu ser. Mas, por outro lado, se o ser das coisas está de um certo modo em suas diferenças de natureza, podemos esperar que a própria diferença seja alguma coisa, que ela tenha uma natureza, que ela nos confiará enfim o Ser<sup>55</sup>.

Deste modo, primeiramente a diferença é pensada em termos metodológicos no sentido de estabelecerem-se por meio da intuição as diferenças de natureza das representações das quais nos utilizamos para apreender o real, retirando do pensamento uma tendência intelectual própria de nossa condição: pensar em termos de mais e de menos, percebendo assim, somente diferenças de grau onde reinam destacadas diferenças de natureza.

Tal distinção serviria à elaboração de problemas coerentes ao distinguir, nos mistos dados pela experiência, as linhas que divergiriam por natureza, implicando, segundo Deleuze, uma saída da experiência para as condições da experiência ou articulações do real no momento da formulação dos problemas; lembrando-se, contudo, que nunca se trataria das condições de toda e qualquer experiência possível e sim da experiência levantada para cada tipo específico de problema, talhada, desta maneira, para cada acontecimento singular.

E, neste sentido, saindo da experiência para as condições da experiência, ao formularmos os problemas verdadeiros, traçaríamos duas linhas que difeririam por natureza:

- A linha da objetividade, na qual teríamos a série percepção – objeto – matéria;

<sup>54</sup> DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999a.

<sup>55</sup> Id. A concepção da diferença em Bergson. In: \_\_\_\_\_. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999b, p. 95.

- A linha da subjetividade, na qual teríamos a série afetividade – memória/lembrança – memória/contração.

A primeira linha, se utilizando de nossa percepção, nos colocaria em relação direta com a matéria apreendendo dela somente os aspectos que despertassem nosso interesse e a segunda linha, nos levaria diretamente à memória ou duração se utilizando de nossa afetividade permitindo que as imagens tempo atualizassem-se em ações no momento atual,

Em resumo, a representação em geral se divide em duas direções que diferem por natureza, em duas puras presenças que não se deixam representar: a da percepção, que nos coloca de súbito na matéria; a da memória, que nos coloca de súbito no espírito. Que as duas linhas se encontrem e se misturem ainda uma vez não é a questão. Essa mistura é nossa própria experiência, nossa representação. Mas todos os nossos falsos problemas vêm de não sabermos ultrapassar a experiência em direção às condições da experiência, em direção às articulações do real, e reencontrarmos o que difere por natureza nos mistos que nos são dados e dos quais vivemos<sup>56</sup>.

Em suma, direcionando-nos no sentido das articulações do real é que encontraríamos o primeiro uso da diferença tratada no interior do método da intuição que num primeiro esforço dividiria os mistos apreendidos na experiência em matéria e duração. E por meio dessa divisão garantiria a criação de problemas verdadeiros distintos dos falsos.

Todavia, o uso da intuição como método não se encerra nesse movimento de buscar as diferenças de natureza nas articulações do real, outro movimento, dessa vez convergente levaria a apreensão do real de volta a um ponto virtual convergente para além das condições da experiência quando da solução dos problemas, seguindo, com efeito, as linhas de fatos até um ponto virtual no qual as linhas da objetividade e da subjetividade novamente encontrar-se-iam e talhariam um conceito conforme a coisa observada.

Neste segundo movimento a diferença deixa de apenas fazer parte de uma metodologia e começa a ser tratada em seu próprio ser. É que ao dividir os mistos em matéria e duração na confecção dos problemas, o Bergson de Deleuze, perceberia que as diferenças de natureza encontrar-se-iam tão somente do lado da duração nos permitindo formular a seguinte sentença: a matéria seria aquilo que difere por graus enquanto que a duração é que diferiria por natureza, ou seja, haveria uma experiência de multiplicidades numéricas quantitativas objetivas representadas pela matéria e uma experiência de multiplicidades virtuais qualitativas subjetivas representadas pela duração,

---

<sup>56</sup> DELEUZE, 1999a, p. 18.

A divisão se faz entre a duração, que “tende”, por sua vez, a assumir ou a ser portadora de todas as diferenças de natureza (pois ela é dotada do poder de variar qualitativamente em relação a si mesma), e o espaço, que só apresenta diferenças de grau (pois ele é homogeneidade quantitativa. Portanto, não há diferença de natureza entre as duas metades da divisão; a diferença de natureza está inteiramente de um lado. Quando dividimos alguma coisa conforme suas articulações naturais, temos, em proporções e figuras muito variáveis segundo o caso: de uma parte, o lado espaço, pelo qual a coisa só pode diferir em grau de outras coisas e de si mesma (aumento, diminuição); de outra parte, o lado duração, pelo qual a coisa difere por natureza de todas as outras e de si mesma (alteração)<sup>57</sup>.

Cada ser seria assim pensado, nesse segundo momento do método bergsoniano da diferença, como um processo em suas diferentes durações. A diferença apareceria, com efeito, como da coisa consigo mesma conforme os instantes de sua duração,

Essa alteração se confunde com a essência ou a substância de uma coisa; é ela que nós apreendemos, quando a pensamos em termos de Duração. [...] Ela significa que minha própria duração, tal como eu a vivo, por exemplo, na impaciência das minhas esperas, serve de revelador para outras durações que pulsam em outros ritmos, que diferem por natureza da minha. E a duração é sempre o lugar e o meio das diferenças de natureza, sendo inclusive o conjunto e a multiplicidade delas, de modo que só há diferenças de natureza na duração – ao passo que o espaço é tão somente o lugar, o meio, o conjunto das diferenças de grau<sup>58</sup>.

Entre essas duas fases a diferença sofreria, ela própria, uma diferença de tratamento: no primeiro momento diferença significaria a diferença de natureza entre as linhas da objetividade e da subjetividade permitindo ao observador separar, ao criar problemas verdadeiros, os mistos apreendidos pela experiência em matéria e duração e no segundo momento, quando da solução dos problemas, diferença significaria uma maneira própria de a duração atualizar-se em formas diferentes contanto que a diferença ficasse tão somente do seu lado, percebido como o lado bom da mistura.

A apreensão do real seria sentida, deste modo, exclusivamente em termos duais: sendo a duração, percebida pela afetividade, em uma experiência psicológica e interna por meio da qual atingiríamos de imediato o ser das coisas em suas diferenças de natureza e a matéria, apreendida pela percepção, em uma experiência extensa e externa por meio da qual chegaríamos apenas a diferenças de grau entre as coisas.

Uma evolução e saída do dualismo serão sentidas por Deleuze quando, em um terceiro momento do método bergsoniano da diferença, incorporar-se-á à separação dualista uma inexprimível e

---

<sup>57</sup> DELEUZE, 1999a, p. 22.

<sup>58</sup> Ibid., p. 23.

incompreensível razão que trará para a parte, antes impura do misto, também uma participação no processo da diferença,

Se há qualidades nas coisas, não menos que na consciência, se há um movimento de qualidades fora de mim, é preciso que as coisas durem à sua maneira. É preciso que a duração psicológica seja tão-somente um caso bem determinado, uma abertura a uma duração ontológica. É preciso que a ontologia seja possível, pois a duração, desde o início, era definida como uma multiplicidade<sup>59</sup>.

Este terceiro momento é destacado pela saída do dualismo observado nas duas fases anteriores e a chegada a um monismo com a introdução dos conceitos de atual e virtual no vocabulário bergsoniano. Haveria, por conseguinte, um único ser formado por duas partes constituintes: uma atual representada pela objetividade-matéria, e outra virtual representada pela subjetividade-memória.

Esta constituição monista do ser em si implicaria em colocarem-se os problemas e resolvê-los mais em função do tempo do que do espaço o que aludiria, com efeito, também a pensar-se mais em função do tempo do que do espaço donde, a introdução de um dos paradoxos do tempo<sup>60</sup> proposto por Bergson e detectados por Deleuze que afirma a coexistência e não a sucessão entre presente e passado,

O passado jamais se constituiria se ele não coexistisse com o presente do qual ele é o passado. O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não para de passar; o outro, que é o passado e que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam. É neste sentido que há um passado puro, uma espécie de “passado em geral”: o passado não segue o presente, mas, ao contrário, é suposto por este como a condição pura sem a qual este não passaria. Em outros termos, cada presente remete a si mesmo como passado<sup>61</sup>.

O ser em si seria o próprio passado pensado em termos de uma superposição de níveis de memória virtual; memória equivalendo aqui à duração em si mesma, circunscrevendo a totalidade do passado em cada nível, só que, mais ou menos contraída ou dilatada conforme a proximidade do momento de atualizar-se no presente,

Trata-se de níveis distintos, cada um deles contendo todo nosso passado, mas em um estado mais ou menos contraído. É nesse sentido que há regiões do próprio Ser, regiões ontológicas do passado “em geral”, todas coexistentes, todas “repetindo-se” umas as outras<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> DELEUZE, 1999a, p. 37.

<sup>60</sup> Peter Pál Pelbart, em o Tempo não-reconciliado, realiza um estudo minucioso da concepção do tempo na filosofia de Deleuze, não obstante, como o tempo não é nosso objeto nesta pesquisa não nos aprofundaremos nas indicações do belo estudo do tempo em Deleuze proposto por Pelbart.

<sup>61</sup> DELEUZE, 1999a, p. 46.

<sup>62</sup> Ibid., p. 47.

A figura geométrica de um cone invertido, concebido como uma figura virtual, no qual coexistiriam níveis mais ou menos contraídos ou distendidos da memória consoante sua proximidade do momento presente, é tomada por Deleuze para representar o processo de atualização das memórias que seriam buscadas aos saltos pelos sujeitos conforme as exigências ou necessidades levantadas pela própria situação presente,

A célebre metáfora do cone representa esse estado completo de coexistência. Mas um tal estado implica, enfim, que figure no próprio passado toda a sorte de níveis em profundidade, marcando todos os intervalos nessa coexistência. O passado AB coexiste com o presente S, mas comportando em si todos os pares A'B', A''B'' etc., que medem os graus de uma aproximação ou de um distanciamento puramente ideais em relação a S. Cada um desses pares é, ele próprio, virtual, pertencente ao ser em si do passado<sup>63</sup>.

Passado e presente difeririam, com efeito, por natureza, já que, o passado seria o próprio ser, mas que, contudo, não possuiria por característica a ação ou utilidade, ao contrário do presente que se esgotaria a cada instante, nada sendo, portanto, mas que, todavia, caracterizar-se-ia por meio da ação, da utilidade,

Confundimos, então, o Ser com o ser-presente. Todavia, o presente não é; ele seria sobretudo puro devir, sempre fora de si. Ele não é, mas age. Seu elemento próprio não é o ser, mas o ativo ou o útil. Do passado, ao contrário, é preciso dizer que ele deixou de agir ou de ser-útil. Mas ele não deixou de ser. Inútil e inativo, impassível, ele É, no sentido pleno da palavra: ele se confunde com o ser em si. Não se trata de dizer que ele “era”, pois ele é o em-si do ser e a forma sob a qual o ser se conserva em si (por oposição ao presente, que é a forma sob a qual o ser se consome e se põe fora de si). No limite, as determinações ordinárias se intercambiam: é do presente que é preciso dizer, a cada instante, que ele “era” e, do passado, é preciso dizer que ele “é”, que ele é eternamente, o tempo todo<sup>64</sup>.

Matéria e memória coexistiriam desse modo, esta sendo o grau mais distendido da matéria e aquela o grau mais contraído da memória. O elo entre ambas se daria pelo processo de atualização em função do qual uma lembrança pura no nível virtual e inconsciente se atualizaria contraindo-se até alcançar o nível atual e materializar-se em uma ação presente por meio de todas as trocas entre um passado ontológico e virtual relacionado a um presente psicológico e atual, apesar de toda a sorte de níveis, passagens e movimentos observados no transcorrer deste processo de atualização que permitem ao ser em si do passado sustentar a sucessão dos momentos evanescentes dos presentes que por ele passam.

---

<sup>63</sup> DELEUZE, 1999a, p. 46.

<sup>64</sup> Ibid., p. 42.

Neste terceiro momento do método bergsoniano da diferença, a própria ganharia um também terceiro sentido, já que, nele diferença significa a diferença de natureza entre um passado ontológico virtual composto por diversos níveis de memória e um presente psicológico atual que se esgotaria a cada instante nas ações dos sujeitos e coisas que necessitam daqueles níveis de memória para sustentarem a passagem efêmera dos instantes de sua composição.

Ainda um quarto momento será observado por Deleuze no método bergsoniano da diferença quando então a forma atual do ser em si é relacionada com a vida. Nesta última composição do método que é a que mais nos interessa em nossa pesquisa, o ser em si do passado continuaria composto pelos níveis virtuais de memória em seus estados mais ou menos dilatados ou contraídos conforme a proximidade com o momento presente, só que, ao atualizar-se esse ser em si o faria por meio de linhas divergentes em natureza as quais comporiam a percepção dos mistos captados pela intuição.

O *Ellan Vital*, que aqui poderíamos aproximar do que queremos chamar de vida, seria a atualização do ser em si do passado virtual, ou da Memória-Duração em linhas divergentes em natureza: a Matéria, caracterizada pela distensão e a vida, caracterizada pela contração.

Vida e diferença, nesta aproximação, se equivaleriam, já que, na leitura deleuziana deste último momento do método de Bergson, o ser em si do passado virtual só se atualizaria engendrando novos presentes que se difeririam em natureza dos presentes anteriores e esta distinção em natureza dos presentes seria suportada pelas linhas divergentes de atualização da Memória-Duração em Matéria e Vida, sendo que, cada uma das linhas estenderia tal processo de diferenciação.

O desenho abaixo, no qual Deleuze esquematiza os conceitos retirados do livro *a Evolução Criadora*<sup>65</sup> de Bergson, nos permite visualizar bem essa caracterização da vida como resultante do processo da diferença ao demonstrar os níveis de Memória-Duração virtuais do ser em-si do passado atualizando-se em duas linhas atuais e divergentes em natureza compostas pela matéria, que teria por princípio a distensão e que inscreveria os inúmeros obstáculos externos ou internos que a vida teria que contornar, e a vida caracterizada pela contração e que, conforme o problema

---

<sup>65</sup> BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ou obstáculo apresentado pela matéria, em atos criativos bifurcar-se-ia em planta, com suas funções de acumular carbono e nitrogênio, e animal. O animal apresentaria ainda uma nova bifurcação que seria o sistema nervoso descentralizado, caracterizado pelo instinto, e o sistema nervoso centralizado caracterizado por duas funções: exteriorização e dominação da matéria, função para Bergson própria da ciência, e conversão e compreensão da vida, função própria da filosofia ao se apropriar da intuição como um método rigoroso e preciso.

Esta distinção das funções do sistema nervoso centralizado garantiriam à filosofia o primado no processo de compreensão da vida como o desenrolar do acontecimento da diferença nos atos criativos por ela desenvolvidos na necessidade de superação dos obstáculos apresentados pela matéria, inventando, deste modo, novas modulações de estar no mundo que responderiam aos obstáculos apresentados pela matéria no momento atual do presente. O incessante jorrar do ser em-si do passado garantiria assim, sempre novas modulações da vida em suas divergentes linhas constituintes.

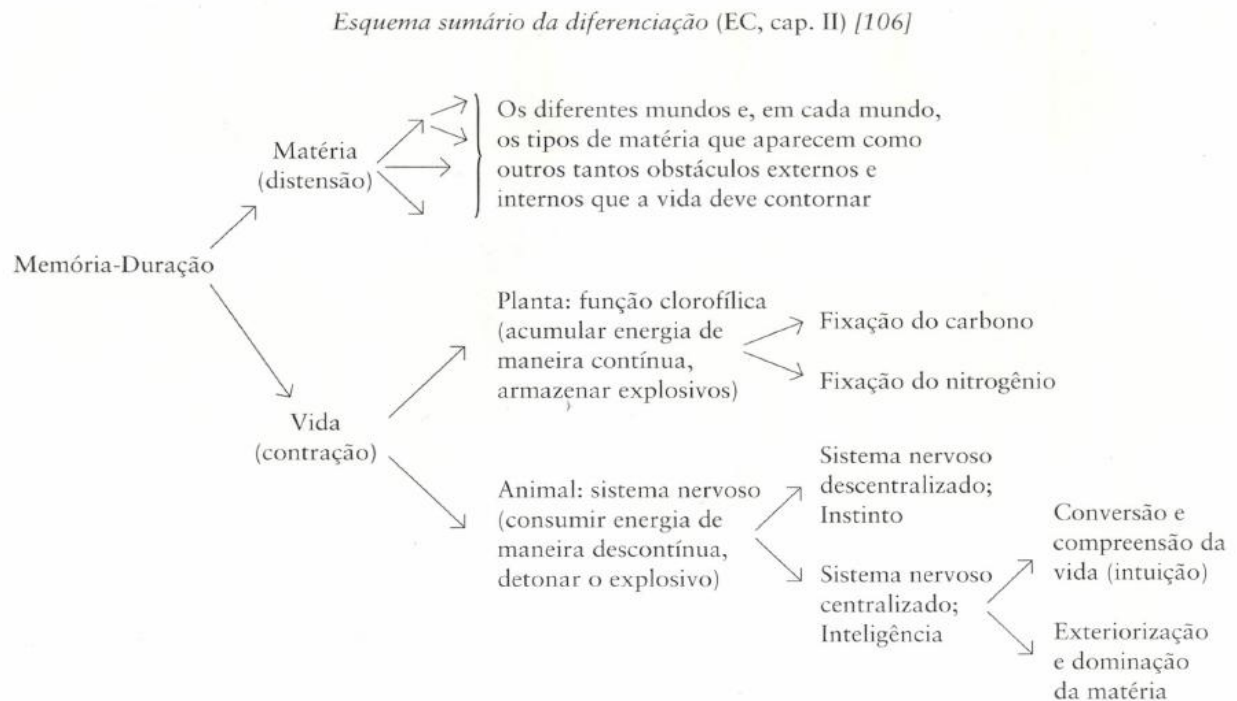


Figura 1 – Esquema Sumário da Diferença, segundo Deleuze.

Fonte: DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999a, p. 83.

A vida, portanto, seria esse processo de atualização do ser em si do passado nestas linhas que divergiriam em natureza nos permitindo equivaler vida à diferença, o que, com efeito, nos consentiria uma segunda aproximação dialogando com o conceito de erro que Foucault capta de sua leitura do normal e o patológico de Canguilhem<sup>66</sup>, no qual ele afirma,

No centro desses problemas [referindo-se aos problemas das ciências da vida], há o erro. Pois, no nível mais fundamental da vida, os jogos do código e da decodificação abrem lugar para um acaso que, antes de ser doença, déficit ou monstruosidade, é alguma coisa como uma perturbação no sistema informativo, algo como um “equivoco”. No limite, a vida – daí seu caráter radical – é o que é capaz de erro. E é talvez a esse dado, ou melhor, a essa eventualidade fundamental que é preciso pedir explicações sobre o fato de a questão da anomalia atravessar de ponta a ponta toda a biologia<sup>67</sup>.

Foucault nesse artigo testamentário faria um deslocamento de como concebia a vida em dois momentos anteriores da expressão de seu pensamento. No Nascimento da Clínica<sup>68</sup> ao acompanhar as modificações operadas no olhar da clínica médica a partir da reorganização do saber médico no cruzamento do pensamento clássico com o moderno quando o mesmo abriu-se para uma anatomia patológica que fundava um espaço tissular tridimensional fazendo a doença corresponder às lesões nos tecidos, a vida, acompanhando as leituras de Bichat, era percebida por ele como coextensiva à morte e não um acontecimento oposto a ela e que findava no momento em que a morte enfim destruía o organismo, como se pensava até o século XVIII. A vida seria marcada por várias pequenas mortes coextensivas às variações da saúde dos organismos representada pelas variações das lesões de seus tecidos e que continuaria seu percurso até mesmo depois do momento crucial em que era destacada pelo médico a morte do organismo em si, já que, o conjunto dos órgãos só morreria por completo quando houvesse uma falência múltipla entre suas conexões cuja teia inter-relacional garantiria o seu funcionamento. Esta percepção inaugurada por Bichat abriria a possibilidade de lançar-se um olhar inteligível sobre a vida a partir de uma perspectiva coextensiva da morte em seu relacionamento com os organismos vivos,

Bichat relativizou o conceito de morte, fazendo-o decair desse absoluto em que ele aparecia como um acontecimento indizível, decisivo e irrecuperável: ele volatilizou e repartiu na vida, em forma de mortes por partes, parciais, progressivas e de conclusão lenta, depois da própria morte. [...] Mas Bichat partia de uma experiência básica de anatomopatologista, que ele próprio havia constituído: experiência em que a morte era a única possibilidade de dar à vida uma verdade positiva. A irredutibilidade do vivo ao mecânico ou ao químico é secundária com relação ao liame fundamental da vida com a morte. O vitalismo aparece tendo como pano de fundo esse “mortalismo”.<sup>69</sup>

<sup>66</sup> CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>67</sup> FOUCAULT, 2005, p. 364.

<sup>68</sup> FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

<sup>69</sup> Ibid., p. 160-161.

Em *As palavras e as coisas*<sup>70</sup> Foucault anunciava a vida como a empiricidade que substituiria o espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis pensado como natureza, quando os quadros que baseavam a representação como a organização do saber na *episteme* clássica deram lugar às empiricidades da produção, da vida e da linguagem que formaram as condições de possibilidade do surgimento da *episteme* moderna garantindo a mutação da Análise das riquezas, da História Natural e da Gramática Geral para as então consideradas ciências da Economia Política, Biologia e Filologia,

A produção, a vida, a linguagem – não se devem buscar aí objetos que se tivessem, como que por seu próprio peso e sob o efeito de uma insistência autônoma, imposto do exterior a um conhecimento que durante um tempo por demais longo os negligenciara; também não se devem ver aí conceitos construídos pouco a pouco, graças a novos métodos, através do progresso de ciências que marcham em direção à sua racionalidade própria. Trata-se de modos fundamentais do saber que suportam em sua unidade sem fissura a correlação segunda e derivada de ciências e de técnicas novas com objetos inéditos.<sup>71</sup>

Dentro dessa transição da história natural para Biologia, ao acompanhar os estudos de Cuvier, Foucault percebeu que as taxonomias que por analogia permitiam criar quadros gerais que aglutinavam seres e espécies por meio das semelhanças de seus órgãos externos compondo, assim, uma ordem geral da natureza, deram lugar a uma anatomia comparada em que as funções vitais de órgãos internos passaram a garantir as proximidades ou distanciamentos entre os seres vivos. Destarte, a entrada desta empiricidade denominada vida, que agrupava os seres por meio das funções vitais determinantes de seus órgãos, permitiu e sustentou a transição da História Natural para a Biologia na aurora da *episteme* moderna. Doravante, em vez de uma ordem geral classificatória da natureza teríamos seres cambiantes e constituintes a partir de funções vitais que garantiam a constituição de seus órgãos: órgãos que não se encontravam mais expostos à luz do olho classificatório das taxinomias da História Natural, mas órgãos que subsistiam num espaço interior que somente as funções vitais poderiam desvelar,

A partir de Cuvier, é a vida, no que tem de não perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de uma classificação. Não há mais, sobre a grande superfície da ordem, a classe daquilo que pode viver; mas sim, vindo da profundidade da vida, do que há de mais longínquo para o olhar, a possibilidade de classificar. O ser vivo era uma localidade da classificação natural; o fato de ser classificável é agora uma propriedade do ser vivo. [...] Assim desaparece a “natureza” – entendendo-se que, ao longo de toda a idade clássica, ela não existiu como “tema”, como “ideia”, como fonte

---

<sup>70</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002e.

<sup>71</sup> FOUCAULT, 2002e, p. 347.

indefinida do saber, mas como espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis.<sup>72</sup>

Deste modo, vemos um duplo deslocamento do conceito de vida entre esses três momentos da expressão do pensamento de Foucault: de acontecimento correlativo à morte no Nascimento da clínica, ele passou a perceber a vida, em *As palavras e as coisas*, como uma empiricidade que permitiu deslocamentos nos quadros gerados pelas taxinomias da *episteme* clássica identificando funções vitais que garantiriam aproximações e distanciamentos entre os seres no surgimento da Biologia, para por fim, em seu último artigo, deslocar o sentido da vida para aquilo que, em certo nível de codificação, é capaz de erro.

Este último sentido, como veremos no decorrer do segundo capítulo, baseou-se na percepção de Foucault, nos livros da fase genealógica de seu pensamento, de que a vida seria o elemento sobre o qual os diagramas de poder sustentariam suas estratégias, fazendo com que a mesma, simultaneamente, gerasse os movimentos de resistências a esses mesmos diagramas. Daí, pensá-la como o que é capaz de erro, para fornecer a ela a potência de não ser capturada por inteiro pelas relações de força que configuram os diagramas de poder, deixando para a mesma a capacidade de errar e fugir sinalizando uma relação que não se fecha em uma vitória insólita das relações de força reativas dos diagramas de poder.

Em suma, capaz de erro ou processo diferenciante, o que podemos perceber nestas duas leituras singulares da vida é que a mesma seria aquela que de alguma maneira compõem-se por meio de um movimento em que modulações atuais são abandonadas ou superadas para que modulações diferentes lidem melhor com a exigência do estar vivo no momento presente, seja enfrentando os obstáculos oferecidos pela matéria e atualizando-se em linhas divergentes (Deleuze-Bergson), seja resistindo às estratégias informes dos diagramas de poder criando assim, em certo nível de codificação, a capacidade de errar e se desviar (Foucault-Canguilhem). Semelhanças à parte, ambas as leituras, se conjugadas, são bem próximas da metamorfose de Gregor Samsa que, arrastado por um devir barata, diferenciou-se de si criando uma linha de fuga liberadora das forças diabólicas que combatia sozinho no trabalho embora as mesmas já sinalizassem seu adentrar no reduto familiar.

---

<sup>72</sup> FOUCAULT, 2002e, p. 369-370.

## 1.2 FORÇA E VONTADE: COMPOSIÇÃO AGONÍSTICA DA VIDA

Tendo estabelecido o elo entre diferença e vida combinado com o de erro, torna-se necessária outra aproximação que se abastece agora com o pensamento de Deleuze em um diálogo aberto com Nietzsche. Nesta outra conversa, a diferença adentrará em um campo de batalha composto por forças e vontades que difeririam qualitativamente arrolando relações estreitas entre os sentidos das coisas e os valores e avaliações presentes em uma determinada cultura e os tipos de vida deles dependentes no sentido da garantia de sua conservação,

As avaliações, referidas ao seu elemento, não são valores, mas maneiras de ser, modos de existência daqueles que julgam e avaliam, servindo precisamente de princípios aos valores em relação aos quais julgam. É por isso que possuímos sempre as crenças, os sentimentos, os pensamentos que merecemos em função da nossa maneira de ser ou do nosso estilo de vida. Existem coisas que não se podem dizer, sentir ou conceber, valores nos quais só se pode acreditar na condição de avaliar vilmente, de viver e pensar vilmente.<sup>73</sup>

Apesar das rixas de Deleuze com o método dialético da contradição não ser a sondagem principal de nossa argumentação neste capítulo, é digno de nota o ataque feroz que é deferido, neste momento, à operação do negativo próprio à dialética vinculando-o a uma vontade de potência negativa, própria a uma vida decadente e incapaz de afirmar-se e que, por essa condição, necessitaria de uma operação mesquinha de:

- Anular a vontade de potência afirmativa; aquela consoante a uma vida abundante, destituindo da mesma sua capacidade de afirmação;
- Opor-se a esta vontade de potência na forma de uma contradição.

Vemos, nesta perspectiva, o alto e o elevado (o vento gelado de Zarathustra no cume de sua montanha) em uma relação complexa com o baixo e o mesquinho, relação tal, em que o mesquinho necessita anular e posteriormente negar o alto e elevado para poder constituir-se como um modo de vida.

Uma pergunta pertinente a essa tipologia tomada por Deleuze de empréstimo a Nietzsche é: como, então, partindo dos sentidos das coisas, dos valores presentes em uma determinada cultura e de suas conseqüentes avaliações, remontar aos modos de vida engendrados pelos mesmos? Certamente a resposta encontrada em Deleuze tem o conceito de forças como necessário a essa

---

<sup>73</sup> DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. 2. ed. Porto: Rés-editora, 2001, p. 6.

avaliação fina por parte do genealogista. Em que sentido, portanto, tomar o conceito de forças? Nesta leitura deleuziana de Nietzsche, percebemos a tipificação das forças segundo dois critérios principais: a qualidade e a quantidade, ambos em perfeita simbiose.

Consoante à qualidade as forças são percebidas como ativas e reativas, sendo as primeiras inconscientes e as segundas conscientes; as primeiras gestando e criando novos valores e as segundas regulando e conservando os valores estabelecidos; ambas, conforme o estágio de sua relação com a afirmação e a negação, indo até o limite do que podem, sem, contudo, deixar o rastro de certas nuances neste arrastar-se até esta zona de limitação, permitindo ainda distingui-las neste movimento, não permitindo, assim, confundi-las neste devir similar,

[...] não podemos concluir que uma força reativa se torna ativa por ir até ao limite daquilo que pode. Porque “ir até o limite”, “ir até às últimas consequências”, tem dois sentidos, consoante se afirma ou se nega, consoante se afirma a sua própria diferença ou se nega o que difere. Quando uma força reativa desenvolve as suas últimas consequências, é em relação com a negação, com a vontade de nada que lhe serve de motor. O devir-ativo, pelo contrário, supõe a afinidade da ação com a afirmação; para se tornar ativo não basta que uma força vá até ao limite daquilo que pode, é necessário que ela faça daquilo que pode um objeto de afirmação. O devir-ativo é afirmante e afirmativo, como o devir reativo é negador e niilista.<sup>74</sup>

Apesar de parecer bem mais proveitoso a uma força ser ativa e não reativa, devemos deixar claro que ambas são necessárias ao processo de atualização da vida, ou seja, criação de novos valores assim como conservação de alguns valores existentes não constitui o problema em si levantado por Nietzsche nesta abordagem que dela faz Deleuze, o problema, de outro modo, está em avaliar sempre conforme a qualidade das forças reativas, o problema, por conseguinte, está no triunfo das forças reativas.<sup>75</sup>

Consoante à quantidade, as forças são percebidas como dominantes e dominadas. Sendo as primeiras as que se apropriam das segundas e lhes impõe um determinado funcionamento, ou seja, que as fazem responder ao seu domínio implicando que para se conhecer as forças dominadas faz-se necessário, primeiro, se conhecer as forças dominantes, a quem as dominadas respondem e não o contrário.

---

<sup>74</sup> DELEUZE, 2001, p. 103.

<sup>75</sup> O que para Deleuze Nietzsche reprovava nas ciências ou nos outros saberes de sua época é o fato de fazerem suas avaliações somente do ponto de vista da reação, ou seja, da qualidade própria às forças reativas.

A simbiose entre os dois princípios de avaliação se dá no sentido de ser próprio às forças dominantes terem por característica, ou melhor, por qualidade a ação; sendo, com efeito, próprio às forças dominadas a qualidade da reação.

Nesse estágio de nossa exposição caberia uma segunda questão: o que define essa simbiose entre os princípios qualitativos e quantitativo de avaliação das forças, essa relação tanto genética como sintética que lhes permite, num mesmo movimento, serem qualificadas e ao mesmo tempo quantificadas?

É bem claro, no Nietzsche de Deleuze, que o princípio regulador da simbiose é a vontade de potência,

Ora, a diferença de quantidade, assim compreendida, reenvia necessariamente para um elemento diferencial das forças em relação, o qual é também o elemento genético das qualidades das forças. É isto a vontade de potência: o elemento genealógico da força, simultaneamente diferencial e genético. A vontade de potência [...] é simultaneamente o elemento genético e o princípio da síntese das forças.<sup>76</sup>

Ou seja, é da vontade de potência engendradora de um determinado valor ou avaliação a tipificar que emanam as qualidades e as quantidades das forças postas em relação naquele momento e que produzem os sentidos da coisa avaliada,

A significação de um sentido consiste na qualidade da força que se exprime na coisa: esta força é ativa ou reativa, e de que tipo? O valor de um valor consiste na qualidade da vontade de potência que se exprime na coisa correspondente: a vontade de potência é aqui afirmativa ou negativa, e de que tipo?<sup>77</sup>

Tal caráter genético, sintetizador e engendradora de valores da vontade de potência, não obstante, não impede que ela própria possua também qualidades, embora estas não se confundam com as qualidades das forças: às forças cabem as qualidades de ação e reação enquanto à vontade de potência cabem as qualidades de atividade e negatividade,

[...] ativo e reativo designam as qualidades originais da força, mas afirmativo e negativo designam as qualidades primordiais da vontade de potência. Afirmar e negar, apreciar e depreciar exprimem a vontade de potência, como agir e reagir exprimem a força.<sup>78</sup>

A distinção das qualidades entre as forças e a vontade de potência não impede, no entanto, certa afinidade entre uma vontade de potência afirmativa com forças ativas e o seu contrário, ou seja, uma também afinidade entre uma vontade de potência negativa com forças reativas sendo, por

<sup>76</sup> DELEUZE, 2001, p. 77-79.

<sup>77</sup> Ibid., p. 83-84.

<sup>78</sup> Ibid., p. 82.

consequente, comum a uma vontade de potência afirmativa constituir-se de forças dominantes em termos de quantidade e ativas em termos de qualidade, e sendo comum a uma vontade de potência negativa constituir-se de forças dominadas na quantidade e reativas na qualidade,

Na origem, existe a diferença das forças ativas e reativas. A ação e a reação não estão numa relação de sucessão, mas de coexistência na própria origem. Do mesmo modo a cumplicidade das forças ativas e da afirmação, das forças reativas e da negação revela-se no princípio: o negativo está já totalmente do lado da reação. Inversamente, apenas a força ativa se afirma, afirma a sua diferença, faz da sua diferença um objeto de alegria e de afirmação. A força reativa, mesmo quando obedece, limita a força ativa, impõem-lhe limitações e restrições parciais, está já possuída pelo espírito do negativo.<sup>79</sup>

Um último vínculo, ainda, é necessário para respondermos plenamente a questão que nos levantamos no início deste tópico, que era a que buscava uma relação entre os valores e as avaliações e os modos de vida que os engendravam colocando lado a lado a vontade de potência e os modos de vida que expressam esta vontade.

A uma vida abundante, elevada, própria dos senhores, caberia uma vontade de potência afirmativa, criadora de novos valores capazes de afirmar a sua diferença: “O que Nietzsche chama nobre, elevado, senhor, é o querer da força ativa, o querer da vontade afirmativa”.<sup>80</sup>

A uma vida mesquinha, baixa, própria dos escravos, caberia uma vontade de potência negativa, reguladora e conservadora dos valores estabelecidos, incapaz de afirmar sua diferença, necessitando assim anular e se opor à vontade de potência afirmativa: “O que ele chama mesquinho, vil, escravo, é o querer da força reativa, o querer da vontade negativa”.<sup>81</sup>

Como adiantamos no início do tópico, no encontro com Nietzsche o conceito de diferença, desenvolvido por Deleuze em sua leitura de Bergson, ganha os contornos de um campo de batalha: é jogado entre as lutas das forças e das vontades de potência servindo como o elemento que permite diferenciar a afirmação da negação no lance de dados do acaso.

A diferença passa ser caracterizada como as diferentes maneiras por meio das quais as forças se qualificam engendrando os sentidos das coisas em avaliação e também as diferentes maneiras por meio das quais as vontades de potência se expressam gerando os valores dos valores nas

---

<sup>79</sup> DELEUZE, 2001, p. 85.

<sup>80</sup> Ibid., p. 84.

<sup>81</sup> Ibid., p. 84.

avaliações que caracterizam uma cultura qualquer, que, como corolário, formarão o ambiente necessário ao desenvolvimento dos modos de vida desta mesma cultura.

Destarte, pensando nos modos de vida de uma das castas de nossos atuais senhores que se perdem em suas brincadeiras egoístas de fazer dinheiro no mercado financeiro sem a mínima preocupação com as consequências da manutenção deste jogo mesquinho do capital financeiro<sup>82</sup>, não fica difícil vincular o tipo de vida por meio do qual eles avaliam o mundo e suas atividades e de qual vontade de potência derivariam os valores vinculados a estas avaliações.

Tomando o grau de reação, ressentimento, medo, e baixeza que invade os noticiários jornalísticos e as análises dos colocados a falar sobre o mundo nas mídias de maior circulação – televisões, revistas e jornais – dá a entender perfeitamente, como Nietzsche já havia previsto, que as forças reativas levaram a melhor e transformaram o mundo neste combate de concorrência, ganância e comércio ilimitado que parece contaminar a sociedade até o seu mais fino grão fazendo da negação e do negativo o veículo das palavras de ordem que circulam por estes meios de comunicação modelando as semioses dos que são capturados por este modo de vida gerencialista de si. E, uma pregação de Zaratustra para a multidão que esperava pelo espetáculo de um funâmbulo na praça do mercado da primeira cidade que encontrou após descer do alto de sua montanha, quando queria ferir os homens em seu orgulho e lhes apresentava o último homem, nos dá mostras de quão próximo ele estava do modo de vida empresariado celebrado no hodierno,

Vede! Eu vos mostro o último homem.

‘Que é amor? Que é criação? Que é anseio? Que é estrela?’ – assim pergunta o último homem, piscando o olho. A terra, então, tornou-se pequena e nela anda aos pulinhos o último homem, que tudo apequena. Sua espécie é inextirpável como o pulgão; o último homem é o que tem vida mais longa.

‘Inventamos a felicidade’ – dizem os últimos homens, piscando o olho.

Abandonaram as regiões onde era duro viver: porque o calor é necessário. Cada qual ainda ama o vizinho e nele se esfrega: porque o calor é necessário.

Adoecer e desconfiar é pecado, para eles: deve-se andar com toda a atenção. Um tolo, quem ainda tropeça em pedras ou homens!

---

<sup>82</sup> Duas crises foram deflagradas no período recente em função do tipo de acumulação do capital financeiro: a dos *sub-primes* norteamericanos que aprofundou-se em 2008 levando todo o setor imobiliário daquele país, em específico, e grande parte da economia global a entrar em um período de crise e o inflacionamento do preço das *commodities* em função das apostas nos mercados futuros das bolsas de valores iniciado logo após a crise dos *sub-primes* e intensificado entre os anos de 2009 e 2010 que, elevando o preço dos alimentos no mercado mundial, deixa em estado de fome grande parcela das populações de países que não possuem grandes áreas agrícolas e dependem da importação de alimentos, como é o caso de uma boa parte dos países africanos, da Índia e de alguns países do Oriente Médio. Conforme artigo de KLARE, Michael T. A geopolítica das manifestações. *Le Monde Diplomatic Brasil*. São Paulo, p. 12-13, mai. 2009.

De quando em quando um pouco de veneno: gera sonhos agradáveis. E muito veneno, no fim, para um agradável morrer.

Ainda trabalham, porque o trabalho é um passatempo. Mas cuidam de que o passatempo não canse.

Mais ninguém torna-se rico ou pobre: por demais penosas são ambas as coisas. Quem, ainda, deseja governar? Quem, ainda, obedecer? Por demais penosas são ambas as coisas.

Nenhum pastor e um só rebanho! Todos querem o mesmo, todos são iguais; e quem sente de outro modo vai, voluntário, para o manicômio.

‘Outrora todo o mundo era doido’ – dizem os mais sutis, piscando o olho.

São inteligentes e sabem tudo o que aconteceu: assim, sua chacota não tem fim. Zangam-se, ainda, mas logo reconciliam-se – para não estragar o estômago.

Tem seus pequenos prazeres para o dia e seus pequenos prazeres para a noite; mas respeitam a saúde.

‘Inventamos a felicidade’ – dizem os últimos homens, piscando o olho.<sup>83</sup>

Não obstante, como nos diz Deleuze “[...] uma sociedade nos parece definir-se menos por suas contradições que por suas linhas de fuga, ela foge por todos os lados”<sup>84</sup>, ou seja, criando e inventando linhas de fuga, escorre e foge de alguma maneira da situação atual. Assim, tendo em vista este aspecto da fuga, passaremos para o terceiro tópico desse capítulo onde incluiremos o corpo, as intensidades, o plano de imanência e os encontros na perspectiva de fazermos fugir as forças reativas e o modo de vida merceeiro vinculado a uma vontade de potência negativa que invadiram e acabaram indicando o termo do segundo tópico deste primeiro capítulo que por hora deixamos sob os nossos olhos.

### 1.3 DESEJO E CAMPO DE IMANÊNCIA: AFINAL, O QUE PODE UM CORPO?

Iniciamos esta parte de nosso percurso com a sensação de um pequeno pesar! Usar da palavra para expressar os conceitos de corpo e pensamento nas filosofias de Nietzsche e Espinosa, lidas e experimentadas por Deleuze, é uma tarefa bastante ingrata. Ingrata porque fazemos uso de algo que já sabemos apodrecido ou acampado por forças reacionárias: referimo-nos aqui à linguagem<sup>85</sup>. Foi Barthes quem nos ensinou que se o poder nas sociedades ocidentais é algo plural no espaço e perpétuo no tempo histórico, tal sutileza não advém de outra perspicácia que não o fato,

[...] do poder ser o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o

<sup>83</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 41- 42.

<sup>84</sup> DELEUZE, Gilles. Controle e devir. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 212.

<sup>85</sup> BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1989, p. 12-16.

poder, desde toda a eternidade humana, é: a linguagem – ou para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.<sup>86</sup>

Sendo assim, ainda com Barthes, sabemos que não importando se essa linguagem é falada ou escrita, precisamos fazê-la gaguejar se daí queremos resgatar algo da ordem do pensamento neste intuito de nos aproximarmos do corpo em sua imanência! Se queremos, e aí nos remetemos a outro intercessor, no caso Michel Foucault, nos inserir sub-repticiamente no discurso que fazemos<sup>87</sup>! Trata-se de trapaceá-la pela experimentação da escrita!

Parece paradoxal dizer que a linguagem é apodrecida e que queremos fazer surgir uma outra coisa, ou seja, o pensamento, curto-circuitando-a, fazendo-a falhar, fazendo-a estilhaçar-se e quebrar-se em mil palavras esparsas, fazendo-a chegar ao seu limite que é o silêncio para aproximarmos-nos de uma experimentação simultânea do corpo e do pensamento.

E, portanto, imbuídos de tal intenção, com alguma razão, poderíamos receber objeções do tipo: o pensamento não teria um outro veículo que não a linguagem para melhor expressar-se; é nela que ele encontra seu mais perfeito meio para melhorar-se e difundir-se. Ou ainda, poderíamos ser contestados nessa ambição de reluzi-la, pelo simples fato de fazermos uso dela para aqui apresentarmos nossas experimentações.

Não obstante, pensamos que esta aparente evidência não passa de uma das inúmeras armadilhas que em nossa sociedade, diminuem em vez de aumentar a potência do isso<sup>88</sup> que é o corpo-pensamento. E para elucidarmos melhor esta inquietação teremos de nos perguntar por que?

Uma primeira hipótese que possivelmente esclarecerá este questionamento pode ser formulada nos termos de afirmarmos que corpo e pensamento sejam coisas bem distintas do organismo e da consciência apesar da aparente semelhança entre ambos.

A origem do vício ocidental desta confusão que indiferencia o pensamento e a consciência e o corpo e o organismo<sup>89</sup> remonta a um momento que Foucault<sup>90</sup> denominou de cartesiano,

---

<sup>86</sup> BARTHES, 1989, p. 12.

<sup>87</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 5.

<sup>88</sup> Leia-se aqui o isso como sinônimo de *ça* em francês que remete ao conceito de inconsciente.

<sup>89</sup> Do artigo 7 ao artigo 16 das *Paixões da Alma*, Descartes descreve o que entende por corpo de maneira idêntica a que pensamos o organismo, ou seja, um conjunto de órgãos integrados por funções específicas que se intercambiam. Cf., DESCARTES, René. **As Paixões da Alma**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 30-40.

momento no qual Descartes em suas *Meditações Metafísicas*<sup>91</sup> “[...] instaurou a evidência na origem, no ponto de partida do procedimento filosófico – a evidência tal como aparece, isto é, tal como se dá, tal como efetivamente se dá à consciência, sem qualquer dúvida possível.”<sup>92</sup> Ou seja, com essa instauração só nos é passível de conhecimento e, portanto, fato pensável, aquilo que aparece na consciência de modo evidente, no caso, que não nos forneça dúvida<sup>93</sup>. Este procedimento ainda foi reforçado com o conceito de dualismo que instaurou uma cisão entre o espírito e o corpo com a devida eminência daquele sobre este.

Tal separação entre o corpo (*res extensa*) e a mente ou espírito (*res cogitans*); foi demonstrada, por Descartes, mediante os argumentos da maior facilidade do conhecimento dos estados de espírito em relação aos estados corporais e da assimetria entre o mental e o corporal em sua relação com o espaço: o corpo poderia ser divisível no espaço enquanto que os estados mentais seriam indivisíveis.

E também, como conclusão final do dualismo, a revoltante eminência da mente sobre o corpo, ou seja, a mente, fonte da razão, deveria dominar o corpo, fonte das paixões<sup>94</sup>, já que, quando o corpo age a alma padece e a alma não atua sem que o corpo padeça por sua vez. Vício capaz de fazer Zaratustra rir ao anunciar o super-homem como superador deste dualismo: “Outrora, a alma olhava desdenhosamente o corpo; e esse desdém era o que havia de mais elevado; queria-o magro, horrível, faminto. Pensava, assim, escapar-se dele e da terra”<sup>95</sup>.

Ouvindo Nietzsche e o seu Zaratustra será, então, que ainda podemos considerar esta hierarquia, estabelecida entre o espírito e o corpo, tão precisa e natural como nos sugere o método cartesiano?

Não nos parece assim quando ouvimos também Espinosa, para quem,

---

<sup>90</sup> FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>91</sup> DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

<sup>92</sup> FOUCAULT, 2004, p. 18.

<sup>93</sup> Descartes fala da evidência de existir-se como ser pensante como o primeiro apoio para criar as demais evidências, excluindo assim como falsas evidências tudo aquilo que pudesse provir das sensações. Estes conteúdos são tratados nas duas primeiras meditações.

<sup>94</sup> Conforme a regra da relação inversa expressa nos artigos 1 e 2 das Paixões da Alma de Descartes. Cf. DESCARTES, 2005, p. 27-28.

<sup>95</sup> NIETZSCHE, 2005, p. 37.

[...] a mente e o corpo são uma só e mesma coisa, a qual é concebida ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão. Disso resulta que a ordem ou a concatenação das coisas é uma só, quer se conceba a natureza sob um daqueles atributos, quer sob o outro e, conseqüentemente, que a ordem das ações e das paixões de nosso corpo é simultânea, em natureza, à ordem das ações e das paixões da mente.<sup>96</sup>

Desse modo, se, por ventura, percebemos alguma dualidade ou hierarquia entre corpo e espírito, é porque estamos sobre a confusão de nossa consciência que, para Espinosa, toma, inadequadamente, as conseqüências do que acontece com nosso corpo por suas causas primeiras,

[...] a própria experiência ensina, não menos claramente que a razão, que os homens se julgam livres apenas porque estão conscientes de suas ações, mas desconhecem as causas pelas quais são determinados. Ensina também que as decisões da mente nada mais são do que os próprios apetites: elas variam, portanto, de acordo com a variável disposição do corpo.<sup>97</sup>

Também, pouco nos parece evidente a naturalidade apontada por Descartes, quando escutamos as marteladas de Nietzsche que em sua genealogia nos afirmou que a emergência dessa faculdade que Descartes declara ser tão próxima de nossa natureza – a memória e sua derivação, a consciência – aproxima-se mais de processos antigos de suplício do que de qualquer progresso, refinamento ou aprimoramento de nossa condição pensante inaugurado por meio do passo inicial da dúvida com o *cogito*. Acompanhemos, assim, alguns procedimentos que ele afirma serem criadores da memória do povo alemão,

[...] o apedrejamento (a lenda já fazia cair a pedra do moinho sobre a cabeça do culpado), a roda (a mais característica invenção, a especialidade do gênio alemão no reino dos castigos!), o empalamento, o dilaceramento ou o pisoteamento por cavalos (o “esquartejamento”), a fervura do criminoso em óleo ou vinho (ainda nos séculos XIV e XV), o popular esfolamento (“corte em tiras”), a excisão da carne do peito; e também a prática de cobrir o malfeitor de mel e deixa-lo às moscas, sob o sol ardente.<sup>98</sup>

E não só como um processo que exige o uso do castigo e da dor a memória-consciência é tratada por Nietzsche em sua genealogia; também um rebaixamento – “[...] chamar a domesticação de um animal sua ‘melhora’ é, a nossos ouvidos, quase uma piada.”<sup>99</sup> – e um amesquinamento da espécie será sentido nesse processo histórico de transformar num ser responsável esse animal que tinha por característica sadia o esquecimento, observemos,

Fechar temporariamente as portas e janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviçais a cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de tabula rasa da consciência, para que novamente haja lugar para o novo, sobretudo para as funções e os funcionários mais nobres, para o reger,

<sup>96</sup> SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 167.

<sup>97</sup> SPINOZA, 2007, p. 171.

<sup>98</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 51 – 52.

<sup>99</sup> Id. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 50.

prever, predeterminar [...] eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento.<sup>100</sup>

Como percebemos com Nietzsche, é de um outro processo que surge a naturalidade do procedimento cartesiano. Enganamos-nos se acreditarmos evidente o fato de derivar de nossa consciência o “isso” que é nosso pensamento; nos parece que esse modo de perceber o pensamento faz muito mais parte de uma estratégia de dominação, como aquela que Barthes<sup>101</sup> vê na gregaridade e permanência da língua do que uma maneira natural do ser humano existir, ouçamos um pouco mais as marteladas nietzschianas,

Todos os instintos que não se descarregam para fora voltam-se para dentro – isto é o que chamo de interiorização do homem: é assim que no homem cresce o que depois se denomina sua “alma”. Todo o mundo interior, originalmente delgado, como que entre duas membranas, foi se expandindo e se estendendo, adquirindo profundidade, largura e altura, na medida em que o homem foi inibido em sua descarga para fora [...]. A hostilidade, a crueldade, o prazer na perseguição, no assalto, na mudança, na destruição – tudo isso se voltando contra os possuidores de tais instintos: esta é a origem da má consciência. Esse homem que, por falta de inimigos e resistências exteriores, cerrado numa opressiva estreiteza e regularidade de costumes, impacientemente lacerou, perseguiu, corroeu, espicaçou, maltratou a si mesmo, esse animal que querem “amansar”, que se fere nas barras da própria jaula, este ser carente, consumido pela nostalgia do ermo, que a si mesmo teve de converter em aventura, câmara de tortura, insegura e perigosa mata – esse tolo, esse prisioneiro presa da ânsia e do desespero tornou-se o inventor da “má consciência”. Com ela, porém, foi introduzida a maior e mais sinistra doença, da qual até hoje não se curou a humanidade, o sofrimento do homem com o homem, consigo.<sup>102</sup>

Deleuze ainda acrescentará, em sua leitura deste encontro entre Nietzsche e Espinosa sobre a desvalorização da consciência em favor do pensamento, que a própria não passa de um sintoma em nosso corpo de sua apropriação pelas forças ativas às quais ele responde por meio da conservação própria à consciência que posteriormente inverte este acontecimento sobre a sua perspectiva reativa. De evidência na origem do processo de pensamento, como afirmava Descartes, podemos detectar no processo de constituição da consciência uma verdadeira inversão do olhar sobre a origem; inversão que faz do olhar das forças reativas o único olhar possível sobre o processo de atualização da vida e que marca a vitória das forças reativas sobre as forças ativas; a vitória da vontade de potência negativa sobre a afirmativa que tem como corolário uma

---

<sup>100</sup> NIETZSCHE, 1998, p. 47 – 48.

<sup>101</sup> Cf., nota 85.

<sup>102</sup> NIETZSCHE, 1998, p. 73.

inversão nas perspectivas, ou seja, a qualidade das forças ativas é convertida em reação e a qualidade da vontade de potência afirmativa é convertida em negação,

Uma imagem invertida da origem acompanha a origem: o que é “sim” do ponto de vista das forças ativas torna-se “não” do ponto de vista das forças reativas, o que é afirmação de si torna-se negação do outro. É o que Nietzsche chama a “inversão do lance de olhos apreciador”. As forças ativas são nobres; mas encontram-se elas próprias diante de uma imagem plebeia, refletida pelas forças reativas.<sup>103</sup>

Deslocamos a evidência cartesiana nos parágrafos anteriores com o fim de realizarmos uma espécie de reinversão das perspectivas antes de iniciarmos nossa busca pelo corpo e pelo pensamento para, por fim, nos depararmos com a vida em um destes interstícios de nosso ser. Doravante, nos comprometemos com a tarefa de ir ao encontro do que seria este corpo e, por conseguinte, este processo do pensar que à primeira vista, parecem estar próximos nas filosofias de Nietzsche e Espinosa em sua leitura elaborada por Deleuze.

Seguindo esta trajetória, uma primeira aproximação daquilo que é o corpo talvez seja alcançada reconhecendo-se a ignorância que dele temos, já que, nem mesmo podemos aferir com precisão suas potencialidades. E foi Espinosa quem assim nos ensinou ao apontar para,

[...] O fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo, isto é, a experiência a ninguém ensinou, até agora, o que o corpo – exclusivamente pelas leis da natureza enquanto considerada apenas corporalmente, sem que seja determinado pela mente – pode ou não pode fazer. Pois, ninguém conseguiu, até agora, conhecer tão precisamente a estrutura do corpo que fosse capaz de explicar todas as suas funções, sem falar que se observam, nos animais, muitas coisas que superam em muito a sagacidade humana, e que os sonâmbulos fazem muitas coisas, nos sonhos, que não ousariam fazer acordados. Isso basta para mostrar que o corpo, por si só, em virtude exclusivamente das leis da natureza, é capaz de muitas coisas que surpreendem a sua própria mente. Além disso, ninguém sabe por qual método, nem por quais meios, a mente move o corpo, nem que quantidade de movimento ela pode imprimir-lhe, nem com que velocidade ela pode movê-lo.<sup>104</sup>

Uma objeção possível a esta tese espinosista talvez fosse a que afirmasse que o texto de Espinosa se trata de uma escrita do passado e que, atualmente, as ciências biomédicas já descreveram tudo sobre o corpo, que, agora, conhecemos por completo. Mas será que o corpo se resumiria a um conjunto de sistemas interligados por funções, cuja organização é ditada por códigos genéticos como insistem estas ciências?

---

<sup>103</sup> DELEUZE, 2001, p. 85-86.

<sup>104</sup> SPINOZA, 2007, p. 167.

Pode ser que sim, mas, para uma escuta viciada da consciência que já sabemos bem de onde deriva, ou seja, de um olhar das forças reativas presentes na consciência sobre um processo ativo e inconsciente.

Temos assim que tomar o corpo como modelo, se desejarmos abandonar essa zona onde se conjugam os olhares produzidos pela consciência e o organismo orquestrando a vitória das forças reativas e da negação no mundo tal qual hoje o conhecemos, e para isso, Deleuze lendo Espinosa, nos sugere uma dica de capital importância,

Trata-se de mostrar que o corpo ultrapassa o conhecimento que dele temos, e o pensamento não ultrapassa menos a consciência que dele temos. Não há menos coisas no espírito que ultrapassam a nossa consciência que coisas no corpo que superam nosso conhecimento. É, pois, por um único e mesmo movimento que chegaremos, se for possível, a captar a potência do corpo para além das condições dadas do nosso conhecimento, e a captar a força do espírito, para além das condições dadas da nossa consciência.<sup>105</sup>

Este único e mesmo movimento de que fala Deleuze exige de nós muito mais uma experimentação do que especulações vazias em torno de formas e funções biológicas quando falamos do corpo; ou uma coerência no interior de sistemas lógicos quando falamos do pensamento.

Iniciemos, com efeito, esta experimentação escutando, primeiramente, outras apreensões do corpo que deslocam parcialmente a fraca evidência demonstrável pelo método cartesiano.

Ouçamos primeiramente a voz de um poeta:

O silêncio habitou em nós  
 assim em solidão.  
 Em círculos absolutos contemplamos  
 o que descrevemos.  
 É inteira a falência: não há escudeiros; sentinelas.  
 Habito agora no guardar do que é palpável  
 entre mim e ti.  
 Escrevo em garras, não tenho nervos.  
 Agoniza a laranja na casca absurda e ácida.  
 Edificastes parábolas, nas taças e vinhos, e nas porcelanas.  
 Nasce uma liga do meu silêncio:  
 pote , doce , vísceras.  
 Emerge nosso contraste.  
 Nasce uma liga entre eu e ti  
 Nestes frutos inchados que nos debruçamos<sup>106</sup>.

<sup>105</sup> DELEUZE, 2002a, p. 24.

<sup>106</sup> VASCONCELOS, Paulo Alexandre Cordeiro de. Frutos inchados. In: \_\_\_\_\_. **Palavra muda**. São Paulo: Madio Editorial, 2010, p. 45.

Aqui parece que outra coisa além de sistemas e funções cintila e estraga os limites que essa noção nos traria. Algo como um entre surge entre a voz que enuncia o poema e as forças que se apoderam do poeta no momento de sua composição. E nesse entre, surgem: vísceras; laranjas, potes, contrastes e ligas. Como negar que tudo isso se atualize no corpo do poeta nesse instante determinando sua composição! E, esse tudo isso, passa a uma distância absoluta da descrição do corpo em um tratado de medicina.

O primeiro poema já deslocou a escuta consciente do nosso corpo para outros patamares. Não obstante, continuemos, e, para isso, ouçamos outro poeta em seu manifesto de fúria contra a sociedade burguesa ocidental acusada do suicídio de Van Gogh ao não compreender o seu gênio:

O corpo sob a pele é uma usina superaquecida,  
e fora,  
o doente brilha,  
reluz  
por todos os poros,  
explodidos.  
Assim uma paisagem  
de Van Gogh  
ao meio-dia.  
Só a guerra perpétua explica uma paz que é apenas passagem,  
assim como o leite prestes a derramar explica a caçarola na qual ferve.<sup>107</sup>

Aqui novamente os limites entre o que é interno ou externo, sistemas ou funções são como que corroídos por forças que habitam o poeta e o levam a uma descrição do corpo como algo que produz, que maquina, que range, que liga, que esquentam e esfria e, por fim, promove batalhas aos órgãos necessitados de uma paz passageira. Uma usina superaquecida em estado de ebulição, uma guerra perpétua que explica uma paz passageira ou um leite a derramar que explica a caçarola, podem ser tudo, menos sistemas interligados por funções!

Na agudeza deste manifesto de Artaud contra as forças de conservação que para ele suicidaram Van Gogh, num momento que ele próprio encontrava-se interno em um asilo de alienados em 1938, o corpo é decomposto e recomposto de uma maneira bem diversa da que podemos perceber unicamente por meio de nossa pobre consciência<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> ARTAUD, Antonin. **Van Gogh**: o suicida da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003, p. 80.

<sup>108</sup> Em todo o livro Artaud insiste nesta característica da sociedade ocidental burguesa de criar rituais e dispositivos propensos a calar as vozes que destoam do consenso geral. A psiquiatra para ele seria a instituição por excelência da repressão das forças que habitam os corpos dos artistas e dos gênios e que pedem passagem na composição de suas obras.

Mesmo com a escuta já deslocada, caminhando para outras intensidades que não as da consciência e as do organismo, ouçamos outro poeta para firmarmos nossa trajetória em busca de uma experimentação intensiva do corpo e do pensamento,

Por vezes, nas proximidades dos brejos ressecos, se encontram arraiais enterradas. Quando as águas encurtam nos brejos, a arraia escolhe uma terra propícia, pousa sobre ela como um disco, abre com suas asas uma cama, faz chão úbere por baixo – e se enterra. Ali vai passar o período da seca. Parece uma roda de carreta adernada.

Com pouco, por baixo de suas abas, lateja um agroval de vermes, cascudos, girinos e tantas espécies de insetos e parasitas, que procuram o sítio como um ventre.

Ali, por debaixo da arraia, se instaura uma química de brejo. Um útero vegetal, insetal, natural. A troca de linfas, de reima, de rúmen que ali se instaura é como um grande tumor que lateja.

Faz-se debaixo da arraia a miniatura de um brejo. A vida que germinava no brejo transfere-se para o grande ventre preparado pela matrona arraia. É o próprio gromel dos cascudos!

Penso na troca de favores que se estabelece; no mutualismo; no amparo que as espécies se dão. Nas descargas de ajudas; no equilíbrio que ali se completa entre os rascunhos de vida dos seres miúdos. Entre os corpos truncados. As teias ainda sem aranhas. Os olhos ainda sem luz. As pernas sem movimento. Os remendos de vermes. Os bulbos de cobras. Arquétipos de carunchos.

Penso nos embriões dos atos. Uma boca disforme de rapa-canoa que começa a querer se grudar nas coisas. Rudimentos rombudos de um olho de árvore. Os incícios de ínfimas sociedades. Os liames primordiais entre paredes e lesmas. Também os germes das primeiras ideias de uma convivência entre lagartos e pedras. O embrião de um muçum sem estames, que renega ter asas. Antepassados de antúrios e borboletas que procuram uma nesga de sol.

Penso no comércio de frisos e de asas, de sucos de sêmen e de pólen, de mudas de escamas, de pus e de sementes. Um comércio de cios e cantos virtuais; de gosma e de lêndas; de cheiro de íncolas e de rios cortados. Comércio de pequenas jias e suas conas redondas. Inacabados orifícios de têniás implumes. Um comércio corcunda de armaus e de traças; de folhas recolhidas por formigas; de orelhas-de-pau ainda em larva. Comércio de hermafroditas de instintos adesivos. As veias rasgadas de um escuro besouro. O sapo rejeitando sua infame cauda. Um comércio de anéis de escorpiões e sementes de peixe.

E ao cabo de três meses de trocas e infusões – a chuva começa a descer. E a arraia vai levantar-se. Seu corpo deu sangue e bebeu. Na carne ainda está embutido o fedor de um carrapato. De novo ela caminha para os brejos refertos. Girinos pretos de rabinhos e olhos de feto fugiram do grande útero, e agora já fervem nas águas das chuvas.

É a pura inauguração de um outro universo. Que vai corromper, irromper, irrigar e recompor a natureza.

Uma festa de insetos e aves no brejo!<sup>109</sup>

Difícil dizer algo depois deste poema que nos lançou de imediato na crueza da dança da vida, no interior da qual, as palavras, os corpos, as coisas, as trocas e os fluxos ainda encontram-se em seus rascunhos indefinidos e sem limites estabelecidos. Fomos arrastados de um único golpe para o centro do plano de imanência do qual somos apenas modulações diferenciadas. Nossa consciência e nosso organismo corromperam-se tanto quanto se corrompeu o estado de coisas e

<sup>109</sup> BARROS, Manuel de. Agroval. In: \_\_\_\_\_. Livro de pré-coisas: roteiro para uma excursão poética no Pantanal. In: \_\_\_\_\_. **Manuel de Barros: Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

as intensidades das trocas entre a arraia e os rascunhos de seres quando um novo universo anunciado pela chegada das chuvas deslocou-a e transferiu as trocas para outros locais e em função de outras conexões intensivas. Não podemos mais pensar em evidências na origem e, muito menos, em desconfiar do que nos dizem os sentidos de um corpo habitado por paixões, nem podemos sequer pensar no corpo como conexões de órgãos exercendo funções delimitadas por suas estruturas. Já nos deslocamos completamente de onde partimos. Precisamos, assim, de outras conexões em nossa trajetória rumo ao corpo e ao pensamento.

Uma experimentação intensiva proposta por Deleuze e Guattari talvez tenha conseguido aproximar-se do que na experiência poderia nos permitir definir o corpo e sua relação com o entre: trata-se dos corpos sem órgãos (CsO's)<sup>110</sup>, das intensidades que os atravessam e os liames entres todos eles em um plano de consistência.

Tal experimentação que inicialmente é expressa pelos autores por meio da menção a CsO's drogados, masoquistas e paranoicos, indica três linhas de distinção que permitem uma aproximação do corpo em sua materialidade e do entre corpos em sua imanência: primeiro “[...] os CsO que diferem por tipos, gêneros, atributos substanciais, por exemplo o Frio do CsO drogado, o Dolorífero do CsO masoquista; cada um tem seu grau 0 como princípio de produção (é a *remissio*)”<sup>111</sup>, segundo “[...] o que se passa sobre cada tipo de CsO, quer dizer, os modos, as intensidades produzidas, as ondas e vibrações que passam (a *latitudo*)”<sup>112</sup> e terceiro “[...] o conjunto eventual de todos os CsO, o plano de consistência (a *Ommitudo*)”<sup>113</sup>.

Temos, assim, primeiramente uma coordenada extensa formada pela composição do corpo onde nele é percebida uma qualidade que melhor o expressa, posteriormente temos uma coordenada intensiva que trata das intensidades que passam sobre esse corpo conforme os encontros com outros corpos ou outras ideias consoante a natureza do corpo e, por último, um plano de consistência que serve de unidade diferenciante onde se aglutinam, como seus modos, o conjunto dos corpos sem órgãos em suas complexas relações.

---

<sup>110</sup> DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. 28 de novembro de 1947 – como criar para si um corpo sem órgãos. In: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007a.

<sup>111</sup> DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix, 2007a. p. 20.

<sup>112</sup> Ibid., p. 20.

<sup>113</sup> Ibid., p. 20.

Deleuze trabalhou estes conceitos-experimentos a partir de sua leitura da *Ética de Espinosa*. É da mesma que ele retirou os princípios que o permitiram pensar em corpos que precedem o organismo sendo povoados ou não por intensidades<sup>114</sup> conforme o programa e os procedimentos tomados pelo tipo específico de CsO e que, por fim, aglutinar-se-iam em um plano de consistência que agregaria tanto os movimentos, lentidões e precipitações das partículas dos CsO's quanto seu povoamento por intensidades do desejo.

Em sua leitura de Espinosa ele afirma:

Todos conhecemos o primeiro princípio de Espinosa: uma única substância para todos os atributos. Mas conhecemos também o terceiro, o quarto ou o quinto princípio: uma única Natureza para todos os corpos, uma única Natureza para todos os indivíduos, uma Natureza que é ela própria um indivíduo variando de uma infinidade de maneiras. Não é mais a afirmação de uma substância única, é a exposição de um plano comum de imanência em que estão todos os corpos, todas as almas, todos os indivíduos. Um plano (grifo nosso) [...] que todavia deve ser construído [...] o que implica um modo de vida, uma maneira de viver.<sup>115</sup>

Está claro nesta exposição o conceito do plano de consistência que comportaria todos os CsO's com suas respectivas intensidades e povoamentos, embora, simultaneamente deveria ser construído para que o desejo o habitasse.

Continuando esta leitura singular que Deleuze faz da *Ética de Espinosa* também encontramos as perspectivas pelas quais se definiria um corpo qualquer, sendo ele material, musical ou uma ideia no pensamento que podemos, com efeito, aproximar do conceito de CsO: longitude e latitude seriam estas coordenadas que permitiriam a experimentação daquilo que seria o corpo sem órgãos pelo qual temos que passar, caso o consigamos, para permitir que o desejo aconteça em nós.

A Longitude comportaria a composição do corpo em sua miríade de outros pequenos corpos ou partículas conjugados em “[...] relações de repouso e de movimento, de velocidades e de

---

<sup>114</sup> Em todo este capítulo que narra o programa de constituir para si um CsO e um correlativo plano de consistência é apontado a todo o momento por Deleuze e Guattari a necessária prudência para tornar este corpo pleno, povoado pelo desejo e as intensidades e não esvaziado ou canceroso, contudo, os autores também deixam claro a inexistência de garantias no decorrer do programa e seus necessários procedimentos: o desejo pode passar ou não, o deserto pode povoar-se ou não!

<sup>115</sup> DELEUZE, Gilles. Espinosa e nós. In: \_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002b, p. 127.

lentidões entre partículas”<sup>116</sup> conforme as disposições diferenciais de tais partículas no corpo, são como os rascunhos de seres habitando o grande útero da arraia no poema de Manuel de Barros<sup>117</sup>.

A latitude expressaria a capacidade de afetar outros corpos de que um corpo é capaz ou se abrir para os acontecimentos e afetos dos outros corpos que o circundam, ou seja, como nos diz Deleuze “[...] de outro lado um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros corpos: é este poder de afetar e de ser afetado que também define um corpo na sua individualidade”<sup>118</sup> como, no poema de Manuel de Barros, davam-se as trocas ou pequenos comércios de fluxos entre todos os pré-seres que habitavam o corpo da arraia e criavam inícios de ínfimas sociedades em seu grande útero que servia de brejo.

Temos, assim, na caracterização de um corpo pela longitude e pela latitude, os CsO’s em suas composições características e os povoamentos que os atravessam ou não conforme o poder de afecção de que são capazes.

Falta-nos ainda destacar, nesta leitura deleuziana da Ética, as circunstâncias pelas quais esses corpos são afetados ou não por outros corpos ou ideias, porque são estas circunstâncias que determinarão o gradiente de abertura dos corpos para o mundo. Espinosa as denomina encontros que consoante à conveniência entre a composição dos corpos podem aumentar os poderes de afecção entre os mesmos formando um todo mais potente, ou pelo contrário, diminuir os poderes de afecção destruindo-os mutuamente ou em partes específicas,

[...] cada corpo na extensão, cada ideia ou cada espírito no pensamento são constituídos por relações características que subsumem as partes desse corpo, as partes dessa ideia. Quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, quanto que um decompõe o outro e destrói a coesão das suas partes.<sup>119</sup>

Assim, o povoamento ou não dos CsO’s pelas suas respectivas intensidades no interior do campo de imanência ou consistência parece passar por essa particularidade da conveniência ou não das composições dos CsO’s em suas complexas interações no plano.

---

<sup>116</sup> DELEUZE, 2002b, p 128.

<sup>117</sup> Cf nota 108.

<sup>118</sup> DELEUZE, 2002b, p. 128.

<sup>119</sup> DELEUZE, 2002a, p. 25.

Parece estranho e também um pouco obscuro pensar o corpo assim, mas é que neste pensar chegamos à grande evidência que o corpo é algo inalcançável, nele nunca chegaremos por ele estar sempre a mudar e fugir. Podemos apenas nos aproximar, mas, nunca nos apropriar por completo. Tal qual acontece como o pensamento, que por meio da maquinação do inconsciente podemos alcançar, mas também, nunca nos certificar de seu sentido: estamos condenados a uma experimentação infinita se o que desejamos é continuarmos vivos!

E aqui chegamos à zona de indicernibilidade entre o corpo e o pensamento, e mais uma vez ouviremos uma voz que nos diz,

O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um só sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e seu pastor. Instrumento do teu corpo é também a tua pequena razão, meu irmão, a que tu chamas ‘espírito’, um pequeno instrumento e um brinquedo da tua grande razão. ‘Eu’, dizes tu e orgulhas-te dessa palavra. Todavia, maior é aquilo em que não queres acreditar: o teu corpo e a sua grande razão, que não diz Eu, mas faz Eu.<sup>120</sup>

Precipitamo-nos, assim, em uma zona em que não sabemos mais se temos um corpo e por isso pensamos ou se pensamos e por isso temos um corpo: já pervertemos por completo o *cogito* cartesiano criando as bases para uma experimentação intensiva! E, nesse limiar, corpo e pensamento se tocam, esfregam-se e fazem jogo com as forças que em uma época criam as estruturas e conceitos por meio dos quais podemos sentir e pensar, ver e falar.<sup>121</sup>

Assim, resgataremos as forças que descrevemos no segundo tópico deste capítulo como um quarto elemento que adentra em nossa tentativa de nos aproximarmos do corpo e do pensamento para por fim vislumbrarmos de outro modo a vida: sabemos agora que o corpo também é habitado por forças!

Como nos diz o Zaratustra de Nietzsche, ao aproximar-se de um jovem que o evitava, em uma noite nos montes que circundavam a cidade de Vaca Pintalgada: “Se eu quisesse sacudir esta

---

<sup>120</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 60.

<sup>121</sup> Remetemos-nos aqui ao conceito de *episteme* ou solo arqueológico formulado por Foucault em *As palavras e as coisas* que Bento Prado Júnior aproximou ao conceito de plano de Imanência em Deleuze que, por conseguinte, é inspirado no monismo espinosano.

árvore com as mãos, não o conseguiria. Mas o vento, que não vemos, flagela-a e verga-a para onde quer. Nós somos flagelados e vergados, do pior modo, por mãos invisíveis”.<sup>122</sup>

Com as forças nos deparamos com outro conceito que é o Fora.<sup>123</sup> Entendido como espaço vazio onde as forças desse mundo encontrar-se-iam em guerra e de cuja experimentação nasceria o pensamento.

Em suma, é como se as forças do fora tocassem o corpo e o fizessem desassossegar-se e, para novamente voltar ao sossego, esse corpo devesse criar pensamentos, objetos, sensações e com este processo de criação entre os corpos teríamos a vida a movimentar-se.

Doravante, após findarmos o percurso em busca de uma experimentação do corpo e do pensamento, como poderíamos, enfim, apreciar a vida? Já a vinculamos com um processo de atualização em linhas divergentes do ser em-si do passado virtual (o par Memória-Duração) quando estávamos na relação de Deleuze com Bergson (Vida = *Ellan Vital*). Também a vinculamos como um processo normalizador em certo nível de codificação cuja norma seria sua capacidade de erro quando estávamos na relação de Foucault com Canguilhem (Vida = o que é capaz de erro). A relacionamos com o campo agonístico das forças e das vontades de potência quando estávamos na relação de Deleuze com Nietzsche (Vida = sintoma dos valores presentes em uma determinada avaliação).

Parece-nos, nesta última apreensão, que a vida ganha contornos de uma modulação diferenciante subsumida num plano de imanência nesta relação de Deleuze com Espinosa, acompanhemos,

O importante é conceber a vida, cada individualidade de vida, não como uma forma, ou um desenvolvimento de forma, mas como uma relação complexa entre velocidades diferenciais, entre abrandamento e aceleração de partículas. Uma composição de velocidades e de lentidões num plano de imanência.<sup>124</sup>

O importante, neste recenseamento que fizemos da vida no pensamento de Deleuze e de Foucault, acompanhados de escritores e poetas, foi observar que em todas as classificações e definições que a seguiram seja nas parcerias de Deleuze e Foucault com os demais filósofos, seja

---

<sup>122</sup> NIETZSCHE, 2005, p. 68.

<sup>123</sup> Mais uma vez fazemos uso de um conceito utilizado por Foucault ao problematizar a obra de Blanchot. Trata-se do artigo Pensamento do exterior. Pelbart também realizou um estudo rigoroso deste conceito em seu livro “Da clausura do fora ao fora da clausura”.

<sup>124</sup> DELEUZE, Gilles, 2002b, p. 128.

nos escritores e poetas que nós próximos trouxemos para colaborar com nossa experimentação, ela nunca perdeu para Deleuze e também para Foucault o aspecto da plasticidade e da produção de diferença. Poderíamos concluir que possuir um corpo vivo ou participar do movimento da vida é estar aberto a encontros que proporcionem a criação de novas formas de participar deste mesmo movimento da vida. Vida é potência criativa que nos impulsiona a arriscar-se, mesmo inconscientemente, em um processo de desterritorialização do que atualmente somos movidos pelos movimentos do desejo como a arraia e os outros seres e pré-seres que necessitam deslocar-se quando chegava o período das chuvas no Pantanal do poema de Manuel de Barros.

Chegamos, portanto, no momento de apreciarmos o último artigo de Deleuze escrito em vida e enfrentarmos o conceito de vida nua de Agamben com os elementos e experimentações que recenseamos até o momento e que marcaram os tópicos até aqui apresentados neste primeiro capítulo.

#### 1.4 VIDA NUA OU UMA VIDA, UM PONTO CEGO?

Agamben encerrou sua conferência no colóquio realizado no Brasil, em 1994, em função da morte de Deleuze, referindo-se à possível filosofia que viria a partir de então, da seguinte maneira:

À vida como contemplação sem conhecimento corresponderá pontualmente um pensamento que se soltou de toda cognitividade e de toda intencionalidade. A *Theoria* e a vida contemplativa, nas quais a tradição filosófica identificou por séculos seu fim supremo, deverão ser deslocadas para um novo plano de imanência, no qual não está escrito que a filosofia política e a epistemologia poderão manter sua fisionomia atual e sua diferença em relação à ontologia. A vida beata jaz agora sobre o mesmo terreno em que se move o corpo biopolítico do Ocidente.<sup>125</sup>

Com tal segmento Agamben queria apontar, a partir dos artigos testamentários deixados por Foucault e Deleuze, que vida e política a partir de então não mais se diferenciariam e que os três ramos, antes distintos da filosofia, no caso, a filosofia política, a epistemologia e a ontologia, deveriam unir-se sobre um mesmo campo que subsumiria uma vida que se moveria no mesmo corpo biopolítico produzido pelos dispositivos de poder inventados pelo Ocidente: a partir de então as produções biopolíticas das relações de poder teriam a mesma natureza que o movimento da vida!

---

<sup>125</sup> AGAMBEN, Giorgio. A imanência absoluta. In: ALLIEZ, Éric (Org). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed 34, 2000, p. 192.

Embora pareça meio enigmática, tomada assim de chofre tal conclusão de Agamben, sabendo que fundamentada na leitura dos dois artigos aos quais ele faz referência, se, contudo fizermos um tratamento das inquietações que impulsionavam seu pensamento no momento da realização deste colóquio, elas poderão desvelar a vontade de potência que parece guiar as valorações deste intrigante filósofo.

No ano posterior, 1995, Agamben publicaria o primeiro livro de uma trilogia que ganhou a denominação *Homo Sacer* e que mostra alguns sintomas das forças que parecem guiar o seu pensamento. Na apreciação deste primeiro livro podemos perceber quais forças moviam o pensamento de Agamben quando pronunciou a última frase que encerrou sua conferência no colóquio na qual apareceram indiferenciados num mesmo plano<sup>126</sup> a vida e o corpo biopolítico do ocidente.

É que Agamben sugerindo seguir uma lacuna ou ponto cego deixado por Foucault em seus livros e cursos sobre o biopoder colocará em uma mesma zona cinza a atividade do poder soberano, caracterizada pela exceção, e a modulação contemporânea da vida, pensada e conceituada como vida nua, ambos remetendo para um espaço comum e indiferenciado ambientado na modulação dos campos de concentração.

A lacuna que ele encontraria nos estudos de Foucault, por o mesmo neles recusar tanto o modelo jurídico e o institucional quanto insistir em liberar-se do privilégio teórico da soberania, seria de ele não ter conseguido estabelecer um liame ou relação precisos entre os procedimentos totalizadores e objetivos das biopolíticas da população e as técnicas individualizadoras subjetivas das disciplinas num mesmo regime político caracterizado pela tomada da vida pelo poder em seus cálculos infinitesimais no alvorecer da política dos Estados ocidentais modernos,

Em um de seus últimos escritos, ele [referindo-se a Foucault] afirma que o Estado ocidental moderno integrou numa proporção sem precedentes técnicas de individualização subjetivas e procedimentos de totalização objetivos e fala de um genuíno “duplo vínculo político, constituído pela individuação e pela simultânea totalização das estruturas do poder moderno”. O ponto em que estes dois aspectos do poder convergem permaneceu, todavia, singularmente à sombra na pesquisa de Foucault, tanto que se pôde afirmar que ele teria constantemente se recusado a elaborar uma teoria

---

<sup>126</sup> Preferimos não denominar o plano descrito por Agamben de plano de imanência por ele apresentar diferenças gritantes com este conceito no pensamento de Deleuze apensar de Agamben se dizer transitando pelo mesmo conceito que Deleuze em seu último artigo.

unitária do poder. Se Foucault contesta a abordagem tradicional do problema do poder, baseada em modelos jurídicos (“o que legitima o poder?”) ou em modelos institucionais (“o que é o Estado?”), e sugere “libertar-se do privilégio teórico da soberania”, para construir uma analítica do poder que não tome mais como modelo e como código o direito, onde está, então, no corpo do poder, a zona de indiferenciação (ou, ao menos, o ponto de intersecção) em que técnicas de individualização e procedimentos totalizantes se tocam? E, mais genericamente, existe um centro unitário no qual o “duplo vínculo” político encontra sua razão de ser? [...] a existência de uma tal orientação, mesmo que, pareça logicamente implícita nas pesquisas de Foucault, esta permanece um ponto cego no campo visual, que o olho do pesquisador não pode perceber, ou então algo como um ponto de fuga que se afasta ao infinito, em direção ao qual as diversas linhas perspectivas de sua investigação (e, mais em geral, de toda reflexão ocidental sobre o poder) convergem sem jamais poder atingi-lo.<sup>127</sup>

As referências utilizadas por Agamben para fundamentar esta argumentação, que inicia o primeiro tomo do *Homo Sacer*, é um artigo de Foucault<sup>128</sup> datado de 1981 que se referia a uma das conferências que ele realizou na Universidade de Stanford nos Estados Unidos entre os dias 10 e 16 de outubro de 1979 e também a aula de 1º de fevereiro de 1978 do curso Segurança, Território, População<sup>129</sup> publicada tanto na edição francesa quanto na brasileira dos ditos e escritos sob o nome “A Governamentalidade”<sup>130</sup>.

Nas conferências, Foucault sintetizava e simultaneamente apresentava nos Estados Unidos, alguns rumos de suas pesquisas decorrentes de seus cursos no *Collège de France* entre os anos de 1976 e 1979 nos quais investigava a relação entre os investimentos do poder sobre a vida na diagramação do biopoder e sua conseqüente produção de verdades justificantes de tais investimentos. E, na aula de 1º de fevereiro, desenvolvia o conceito de governamentalidade e descrevia a passagem do Estado de justiça, vinculado ao medievo, ao Estado de governo vinculado à modernidade.<sup>131</sup>

Conjecturamos, como hipótese, que Agamben, na época da elaboração da pesquisa que redundou na publicação do primeiro tomo do *Homo Sacer*, não tenha tido acesso aos referidos cursos de Foucault. O que talvez tenha gerado uma leitura *sui generis* das conclusões da aula e da

<sup>127</sup> AGAMBEN, 2004, p. 15-16.

<sup>128</sup> FOUCAULT, Michel. “*Omnès et Singulatim*”: uma crítica da razão política. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003. Agamben cita este artigo na página 13 de seu *Homo Sacer*.

<sup>129</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>130</sup> Id. A Governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003. Agamben cita este artigo na página 11 de seu *Homo Sacer*.

<sup>131</sup> No segundo capítulo faremos uma exposição detalhada desta transição na organização das artes de governar acompanhando os cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*. Por hora expomos bem rapidamente as conclusões de Foucault para criticarmos a interpretação de Agamben.

conferência com os quais ele fundamenta sua própria pesquisa. Temos esta suspeita porque em momento algum ele apresenta em seu texto referências concretas aos cursos do período em que ele introduz a lacuna no pensamento foucaultiano e, também pelo tipo de interpretação que ele faz destas sínteses apresentadas por Foucault dos cursos do período 1976-1979 reunidos na edição francesa dos *Ditos e Escritos*.

Pressentimos isto por já ser bem claro, nos artigos foucaultianos que Agamben comenta, que o elo entre os procedimentos de totalização e as técnicas de individualização presentes, na política dos Estados modernos, quando os mesmos desenvolveram uma arte de governar, deu-se por certa transferência, *mutatis mutandis*, das relações do pastorado cristão para o Estado moderno na forma de um estado de polícia, entre os séculos XVII e XVIII, quando então esses Estados europeus desenvolviam uma razão de estado vinculada a um espaço de concorrência que obstava o retorno de uma possível tentativa imperial por parte de algum deles, ou seja, a razão de estado cuidaria de uma racionalização própria das intervenções estatais enquanto que a polícia permitiria, pelo conhecimento das forças do Estado, o aumento de sua potencialidade vinculando aquelas ações totalizadoras e objetivas com um cuidado individualizado de cada uma das forças do Estado, o que incluiria a vida das pessoas componentes de suas populações permitindo, como corolário, que estas forças estatais crescessem em intensidade gerando uma espécie de equilíbrio geral ou balança nesse regime de concorrência entre os Estados europeus.

E, se acompanharmos o curso no *Collège de France* de 1978-1979<sup>132</sup>, veremos que com o surgimento do Liberalismo Clássico em fins do século XVIII e os neoliberalismos no período posterior a segunda grande guerra, quando o estado de polícia foi elidido das artes de governar, surgindo o princípio da liberdade como seu substituto, perceberemos que o princípio da concorrência, neste momento deslocado para a vida individual dos cidadãos, funcionou também como o elo entre procedimentos de totalização objetivos caracterizados pelas intervenções estatais presentes nas biopolíticas da população e as técnicas de individualização subjetivas caracterizadas pelas disciplinas.

A nosso ver, por conseguinte, inexistente a lacuna apontada por Agamben no pensamento foucaultiano e, o fato de Foucault se negar a desenvolver uma teoria específica sobre a formação

---

<sup>132</sup> FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard Seuil, 2004.

dos Estados ocidentais ou uma teoria geral do poder se utilizando, seja do modelo da soberania, seja do modelo jurídico, parece estar muito mais próximo de uma compreensão outra das relações de poder do que de uma falha ou incoerência em seu pensamento.<sup>133</sup>

Contudo, a percepção de Agamben é distinta, e é justamente sobre esta suposta lacuna que ele fundamentou sua pesquisa buscando esse ponto cego, que em sua visão, a teoria foucaultiana não poderia nos esclarecer caso buscássemos uma elaboração mais coerente da relação entre política e vida,

A presente pesquisa concerne precisamente esse oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder. O que ela teve de registrar entre os seus prováveis resultados é precisamente que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano. Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reintroduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii*.<sup>134</sup>

A articulação encontrada por Agamben para preencher a lacuna, a seu ver, deixada pelo pensamento foucaultiano consistir-se-á no entrelaçamento de três teses contíguas e ao mesmo tempo complementares:

- A primeira diz respeito à caracterização da exceção, vinculada à decisão do poder soberano, como o núcleo originário da política ocidental; como o suporte necessário para a existência de qualquer ordenamento jurídico. A decisão da exceção, própria ao soberano, funcionaria, assim, como uma inclusão exclusiva no *nomos* contemporâneo, ou seja, a decisão da exceção só pode ser incluída no ordenamento de um determinado Estado por meio de sua suspensão. Cabe ao soberano a decisão de extinguir o sistema de normas vigente, ficando assim, dentro e fora da lei simultaneamente, criando, com efeito, um espaço indiferenciado que circunscreverá o ato desta decisão e que funcionará como o espaço necessário a qualquer formalização de um ordenamento jurídico de qualquer

---

<sup>133</sup> Já é bem claro nos próprios livros “Vigiar e Punir” e “A Vontade de Saber” que a lei que caracterizaria a soberania ficaria em segundo plano em relação às relações de poder apresentadas pelas disciplinas no decorrer do século XVIII e, posteriormente pelos dispositivos de segurança que marcariam o início das biopolíticas das populações. Foucault, contudo, deixa esta passagem mais clara nas três primeiras aulas do curso “Segurança, Território, População”.

<sup>134</sup> AGAMBEN, 2004, p. 14.

Estado no ocidente e isto desde sempre, ou seja, tal perspectiva é tomada de maneira a-histórica, já que, corresponderia ao núcleo originário da lei,<sup>135</sup>

- A segunda tese, que segue como corolário da primeira, é que na vigência da exceção soberana é também produzida uma forma de vida que exprime a mesma unidade lógica da exceção, ou seja, uma vida que só pode ser incluída no sistema normativo de um Estado por meio de sua exclusão. Agamben apresenta a distinção entre *zoé* (vida natural comum a todos os viventes) e *bios* (vida política qualificada) nos textos dos filósofos antigos para indicar, num primeiro momento, esta unidade lógica, dado o fato de que a vida natural só constaria dos estatutos políticos antigos por meio de sua exclusão, não obstante, uma figura do direito arcaico romano coube melhor ao enunciado desta forma de vida: trata-se do *Homo Sacer*. Tal forma de vida era caracterizada como alguém que, cometendo algum delito grave ao ordenamento jurídico da Roma antiga, era colocado pelo soberano em uma situação em que poderia ser matável, sem que disso resultasse a acusação e posterior julgamento por homicídio por quem o fizesse, no entanto, este mesmo *Homo Sacer* não poderia ser sacrificado em rituais religiosos, sendo assim, constituir-se-ia como uma vida matável, porém não sacrificável, que do mesmo modo que a exceção soberana incluir-se-ia no ordenamento jurídico por meio de sua exclusão. A este tipo de vida, Agamben denominou vida nua e por sua existência possuir a mesma natureza da exceção soberana, Agamben as vinculou intrinsecamente: exceção soberana e vida nua equivaler-se-iam num *continuum* histórico que remonta da Roma antiga aos dias presentes!<sup>136</sup>
- A terceira e última tese, que se combina com as anteriores formando uma espécie de contiguidade da leitura agambeniana do hodierno, afirma que o ambiente aberto pela coexistência entre exceção soberana e vida nua, e que constituiria o paradigma da política ocidental contemporânea, seria o campo de concentração. O campo compareceria como o espaço geográfico que melhor vincularia essas duas formas lógicas de inclusão exclusiva que poriam lado a lado a exceção soberana e a vida nua pelo fato de o próprio campo ser também um espaço indiferenciado no qual o ordenamento do Estado que o constituiu encontra-se nele suspenso e a decisão soberana atinge sem mediações a vida em sua

---

<sup>135</sup> AGAMBEN, 2004, p. 23-75.

<sup>136</sup> Ibid., p.79-121.

nudez, ou seja, no campo se indiferenciam num mesmo movimento ato e norma sem mediações. A palavra do soberano põe-se em ato sem que haja a necessidade de um ordenamento que condicione o caso específico da aplicabilidade de tal julgamento de sua parte e, por conseguinte, a biopolítica revela seu lado mais sinistro que seria apresentar-se desde sempre como uma tanotopolítica (política da e para a morte).<sup>137</sup>

Apresentando-as assim, mesmo que de maneira supersônica, podemos notar, já de início, quão distantes estão estas considerações do hodierno em relação àquelas sobre as quais Agamben diz se fundamentar e posteriormente ultrapassar com sua própria pesquisa.

Neste *continuum* em que se misturam em um mesmo espaço indiferenciado: exceção; vida nua e campo de concentração já nos parece aflorar aquilo que de início nos permitiria apresentar uma primeira crítica à pesquisa desenvolvida por Agamben. Que é, seguindo a leitura que Deleuze fez de Bergson, considerarmos o problema levantado por sua pesquisa como um falso problema, no sentido de o mesmo tomar sobre uma mesma linha de teorização elementos que se distinguiriam por natureza, no caso: o poder e a vida.

Pois malgrado os esforços em recolher exemplos que remontam à Antiguidade, atravessam o medievo e se chocam conosco no hodierno, o que Agamben parece não perceber é que os estatutos por ele tomados para ajuntar a vida nua à decisão soberana da exceção por ela posta em bando, funcionalmente habitando um campo de concentração, e que, ainda, trabalham como as forças motrizes de sua crítica de um colapso da política, acabam por deixar indistintos poder e vida. É como se os mesmos formassem um mesmo corpo biopolítico criado pelo ocidente, participando de um mesmo movimento cuja única possibilidade de resistência fosse uma total indiferença que fizesse fugir tanto os dispositivos que encontram na exceção o seu *leitmotiv* quanto a criação de um corpo político que, já desde o início, carregaria a marca da inclusão exclusiva da vida nua que sempre retornaria de maneira negativa nas comunidades humanas. Como afirma Cocco,

A antropogênese (a passagem da pobreza em mundo para o mundo) é, dessa maneira, vista não como afirmação ontológica (produção de ser e “abertura” enquanto produção e/ou criação de mundo), mas como sendo constrangida na zona de indeterminação, na vida nua de um homem que não é mais do que um animal que – por meio do tédio profundo – abre-se a uma suspensão, ao se-manter-inativo. Por trás dessa suspensão, a

---

<sup>137</sup> AGAMBEN, 2004, p. 125-194.

vida nua é na realidade o teatro de uma dialética irresolúvel entre o homem e o animal. Toda a tentativa de solucioná-la seria pior que sua própria reprodução.<sup>138</sup>

É inegável reconhecer a existência da vida nua no transcorrer da história e também sua presença no contemporâneo em certas áreas nas quais ajuntam-se despotismo e abandono deixando as vidas que por lá habitam em situações próximas ao simples existir biológico, contudo, tal característica que não é possível de ser negada, parece muito mais próxima do resultado de certas relações de poder que separam a vida do que ela pode, do que fenômenos criados pelo poder e aplicados incondicionalmente sobre a vida fazendo esta indiferenciar-se daquele. E este fato parece passar despercebido por Agamben!

Ao se concentrar em demasiado na soberania e na decisão da exceção a ela vinculada esqueceu-se que tal decisão se assemelha mais ao reativo do que ao ativo que parece caracterizar os movimentos vitais, como nos itens anteriores pudemos observar nas leituras da vida realizadas por Deleuze e Foucault: *Agamben inverte as relações transformando o poder no elemento ativo e a vida no elemento reativo em suas inter-relações, quando, se levarmos em consideração o que afirmam Deleuze e Foucault, a vida é que comparece como o elemento ativo e criativo de onde o poder captura potências e cria dispositivos na tentativa de governar seu movimento.*

Tomemos o exemplo das periferias das grandes cidades brasileiras, onde é inequívoco enxergarmos casos que explicitam a existência de “vidas nuas” matáveis e insacrificáveis convertendo-as em verdadeiros campos de concentração à mercê das decisões soberanas dos policiais militares, gerando, como consequência direta, uma grande quantidade de casos de jovens mortos em batidas policiais ou por grupos de extermínio, casos estes que quase nunca são levados ao julgamento dos tribunais, parecendo assim, comprovar a conversão da biopolítica em tanatopolítica nestes espaços. Por outro lado, apesar disso, também é inegável perceber nestas mesmas periferias um trabalho colaborativo que prescinde de qualquer decisão de exceção soberana e que os dispositivos de poder necessitam continuamente capturar sua dinâmica como nos diz Cocco,

[...] essa nova forma de escravidão (referindo-se a indiferenciação entre atividade livre e atividade laborativa promovida pelos dispositivos contemporâneos) visa na realidade a governar o que, na outra ponta, se constitui como atividade livre e criativa de singularidades que se tornam produtivas independentemente da relação de capital. Essas

---

<sup>138</sup> COCCO, Giuseppe. **MundoBraz**: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 178.

singularidades cooperam entre si mantendo-se tais: como acontece nas redes de produção do *copyleft*, ou do *wikipedia*, mas também nas redes de pré-vestibulares comunitários organizados a partir do trabalho voluntário nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo e mais em geral nos movimentos culturais das periferias.<sup>139</sup>

Destarte, o que parece saltar aos olhos nesta teorização de Agamben, convertendo-se em nossa segunda crítica à sua pesquisa, é a inversão na origem da qual falava Nietzsche. Imbuído de uma vontade de potência negativa, ele transforma em ativas aquelas forças que tem por característica a reação e, a seu modo, desvirtua em parte tanto as leituras que Foucault desenvolveu sobre o biopoder quanto as leituras que Deleuze desenvolveu sobre a vida.

Permitindo-nos assim, constatar que a “vida nua” de Agamben encontrar-se a uma distância absoluta daquela “uma vida” que Deleuze descreveu como imanência absoluta, embora Agamben, no colóquio de 1994, diz nela se inspirar para desenvolver sua própria pesquisa sobre uma filosofia que viria.

Portanto, no intuito de marcarmos bem as distinções entre “vida nua” em Agamben e “uma vida” em Deleuze, que comparece como nossa terceira e última crítica ao trabalho daquele, apresentaremos de forma sucinta os principais conceitos do último artigo por Deleuze assinado em vida.

Deleuze inicia seu artigo Imanência: uma vida... se perguntado sobre o que seria um plano transcendental e, de imediato, o distingue da experiência tanto por não remeter a um objeto qualquer quanto por não pertencer à consciência de um sujeito qualquer, sendo primeiramente apresentado como “[...] pura corrente de consciência a-subjetiva, consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem um eu”.<sup>140</sup>

Ao defini-lo deste modo, Deleuze se aproxima do uso da intuição tal qual a apresentou no Bergsonismo, por meio da qual poderíamos perceber as virtualidades por meio dos dados imediatos construindo um empirismo transcendental que seria diferente de um empirismo simples por não se prender a simples sensações.

---

<sup>139</sup> COCCO, 2009, p. 133.

<sup>140</sup> DELEUZE, 2004, p. 160.

Vê nesta definição algo de potente e selvagem porque tanto a consciência dos sujeitos quanto os objetos da experiência são destituídos de seus *a priori*'s em uma experimentação deste tipo, na qual a consciência do sujeito só torna-se coextensiva ao campo transcendental, que dela prescinde, caso o atravessasse a uma velocidade infinita que resulta em sua eliminação, tendo com ele apenas uma relação de direito e nunca de fato, já que, sempre que se forma a consciência de um eu com seus objetos na experiência representando um fato, eles já estarão fora do plano transcendental tentando nele introduzir transcendentais,

[...] a relação do campo transcendental com a consciência é uma relação tão-somente de direito. A consciência só se torna um fato se um sujeito é produzido ao mesmo tempo que seu objeto, todos fora do campo e aparecendo como “transcendentais”. Ao contrário, na medida em que a consciência atravessa o campo transcendental a uma velocidade infinita, em toda parte difusa, não há nada que possa revelá-la. Ela não se exprime, na verdade, a não ser ao se refletir sobre um sujeito que a remete a objetos. É por isso que o campo transcendental não pode se definir por sua consciência, ainda que ela lhe seja coextensiva, mas subtraída a toda revelação.<sup>141</sup>

O que indica que para Deleuze o plano transcendental preexiste à consciência que os sujeitos dele têm como também preexiste aos objetos que possam assomar-se às suas experiências, sendo, com efeito, diverso do transcendente, não possuindo a mesma natureza que o transcendente. Pensado assim, o plano transcendental “[...] definir-se-á como puro plano de imanência”.<sup>142</sup>

E a imanência do plano não é imanente a outro plano que a contenha ou a complemente. Apresenta-se como imanente a si própria, causa de si mesma, sinalizando, neste momento, todo o desenvolvimento da filosofia de Deleuze em sua intersecção com Espinosa.

A imanência, neste artigo apresentada, é aquela quando se alcança a liberdade e passa-se a ser causa de si, a não ser mais escravo das paixões, sejam elas tristes ou alegres. A imanência que se faz plano é a imanência absoluta que ao se equivaler com o plano transcendental também prescindirá de sujeitos e objetos na experiência,

A imanência não se remete a Alguma coisa como unidade superior a todas as coisas nem a um Sujeito como ato que opera a síntese das coisas: é quando a imanência é imanência apenas a si que se pode falar de um plano de imanência. Assim como o campo transcendental não se define pela consciência, o plano de imanência não se define por um Sujeito nem por um Objeto capaz de o conter.<sup>143</sup>

---

<sup>141</sup> DELEUZE, 2004, p.160.

<sup>142</sup> Ibid., p. 160.

<sup>143</sup> Ibid., p. 161.

E, para Deleuze, tal imanência absoluta sem referência à consciência de um eu, sem relação com sujeitos ou objetos formando uma experiência, preexistindo a todas essas noções que configurariam tanto um empirismo simples quanto um transcendentalismo, poderia equivaler-se, em última instância: a uma vida...

Trata-se de uma heceidade, que não é mais de individuação, mas de singularização: vida de pura imanência, neutra, para além do bem e do mal, uma vez que apenas o sujeito que a encarnava no meio das coisas a fazia boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em favor da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora ele não se confunda com nenhum outro. Essência singular, uma vida...<sup>144</sup>

Uma vida, tal qual o campo transcendental e o plano de imanência que a precederam como conceitos introdutórios, alinhavando no último artigo de Deleuze, tanto o que pensou junto a Bergson, quanto o que pensou junto à Espinosa, também preexistira às subjetividades e objetividades firmadas e produzidas pelos dispositivos de poder. Uma vida seria um emaranhado de entre-tempos virtuais que se atualizariam nas vidas pessoais dos sujeitos embora com elas não se confundindo, a elas preexistindo e prescindindo, trazendo a elas singularidades e acontecimentos,

*Uma vida está em toda parte, em todos os momentos que tal ou qual sujeito vivo atravessa e que tais objetos vividos medem: vida imanente que transporta os acontecimentos ou singularidades que não fazem mais do que se atualizar nos sujeitos e nos objetos. Essa vida indefinida não tem, ela própria, momentos, por mais próximos que sejam uns dos outros, mas apenas entre-tempos, entre-momentos. Ela não sobrevém nem sucede, mas apresenta a imensidão do tempo vazio no qual vemos o acontecimento ainda por vir e já ocorrido, no absoluto de uma consciência imediata. [...] As singularidades ou os acontecimentos constitutivos de *uma* vida coexistem com os acidentes d'*a* vida correspondente, mas não se agrupam nem se dividem da mesma maneira. Eles se comunicam entre eles de uma maneira completamente diferente da dos indivíduos. Parece mesmo que uma vida singular pode passar sem qualquer individualidade ou sem qualquer outro concomitante que a individualize.*<sup>145</sup>

Em uma vida o cone invertido contendo os níveis de memória virtual se atualizando em linhas divergentes por natureza fundir-se-á com o plano de imanência, causa de si mesmo, formado de uma única substância, apresentando modulações múltiplas e diferentes, sendo aquele a garantia da virtualidade do plano, ao povoá-lo de virtuais, acontecimentos e singularidades, simultaneamente ao passo que o plano garante a realidade do cone, ao sustentar o seu processo de atualização em um estado de coisas e em um estado vivido, garantindo tanto a materialidade da atualização no estado de coisas quanto sua vitalidade no estado vivido,

---

<sup>144</sup> DELEUZE, 2004, p. 162.

<sup>145</sup> Ibid., p.162.

Uma vida não contém nada mais que virtuais. Ela é feita de virtualidades, acontecimentos, singularidades. Aquilo que chamamos de virtual não é algo ao qual falte realidade, mas que se envolve em um processo de atualização ao seguir o plano que lhe dá sua realidade própria. O acontecimento imanente se atualiza em um estado de coisas e em um estado vivido que fazem com que ele aconteça. O plano de imanência se atualiza, ele próprio, em um Objeto e um Sujeito aos quais ele se atribui. Mas, por mais separáveis que eles sejam de sua atualização, o plano de imanência é, ele próprio, virtual, na medida em que os acontecimentos que o povoam são virtualidades. Os acontecimentos ou singularidades dão ao plano toda sua virtualidade, como o plano de imanência dá aos acontecimentos virtuais uma plena realidade.

Percebemos assim, que uma vida.. em Deleuze é bem distinta da vida nua em Agamben, tratam-se de conceitos completamente diversos, já que, em Deleuze uma vida preexistiria e prescindiria de qualquer poder, seja ele soberano, como quer Agamben, ou mesmo os dispositivos disciplinares ou de segurança como os descreveram Foucault.

Uma vida é primeira em relação a estes aparelhos de captura e, como vimos, é primeira até mesmo aos sujeitos, objetos, experiências, estados vividos e estados de coisas. É composta por puros virtuais, acontecimentos e singularidades. Nunca estaria em uma relação subordinada, fundante e coextensiva com o poder soberano, abandonada e matável num campo de concentração como desejaria Agamben em sua hermenêutica do negativo.

A vida nua de Agamben são trapos de vida capturados e destruídos pelo poder soberano como são os esquizofrênicos de hospital psiquiátrico apenas trapos de desrazão capturados pelo poder psiquiátrico como nos mostraram Deleuze e Guattari<sup>146</sup> e também Foucault<sup>147</sup>.

Confundir os trapos capturados pelos poderes com uma vida ou com a experimentação com o fora nos parece muito menos um erro cometido por Agamben, ao não se preocupar em separar os mistos apreendidos pela experiência em busca das verdadeiras articulações do real, que o ensinariam que poder e vida são linhas divergentes por natureza e forças divergentes em qualidade, e muito mais o sintoma da vontade de potência negativa que molda o seu pensamento num percurso que o leva à afirmação do colapso da política e à própria morte como soluções finais dos enigmas postos diante de nós pelo ocidente.

Terminamos, deste modo, nosso excuro sobre as modulações da vida e nosso enfrentamento do conceito de vida nua, iniciaremos, doravante, a fase de nosso percurso que realiza uma

<sup>146</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

<sup>147</sup> FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002d.

genealogia das relações de poder seguindo a orientação dos trabalhos de Michel Foucault. Deste modo, deixaremos sob nossos olhos as singularidades, os acontecimentos, as modulações diferenciadas e o frescor que compuseram nossa apreciação de uma vida para adentrarmos nos interstícios e estratégias que organizam as relações de poder numa perspectiva que caminha da Pastoral cristã aos dispositivos de segurança sustentadores das investidas das intervenções dos Estados ocidentais num momento de governamentalidade neoliberal. O corpo, neste momento de nossa argumentação, comparecerá como aquilo que é tomado e capturado nas intervenções dos dispositivos de poder como também o que simultaneamente resiste e se diferencia ao ser atravessado pelos devires e singularidades de uma vida: ponto de contato com a ortopedia social e modulação diferenciada atravessada pelos devires vitais.

## CAPÍTULO 2

### PODER SOBRE A VIDA

Como no capítulo precedente a companhia de um conto de Kafka nos pareceu bastante agradável para explicitarmos a tensão que move nossa escrita quando seguimos, neste segundo capítulo, o conceito da governamentalidade e do Biopoder: trata-se do conto “Durante a construção da muralha”<sup>148</sup>. Nele, quando Kafka relata os eventos que marcaram a construção da muralha chinesa, surpreendemo-nos diante de um projeto curioso de alvenaria: as obras teriam se iniciado no sudeste e no sudoeste da China rumando para o norte onde, por fim, ocorreu a união; foram organizados, dentro dos exércitos de trabalho tanto do leste quanto do oeste, grupos distintos de vinte trabalhadores que deveriam erguê-la em blocos de quinhentos metros, sendo que, cada grupo deveria levantar seu bloco em direção àquele do grupo vizinho, perfazendo, ao se efetuar o encontro, um bloco único de mil metros.

Posteriormente tais blocos seriam abandonados e os grupos deslocados para uma posição distante dos mesmos, formando assim, entre esses paredões de mil metros, grandes espaços vazios, dando à muralha um aspecto de queijo suíço. Conta Kafka que tais buracos foram encerrados depois de muito tempo que o termo da muralha foi anunciado pelo imperador e se é que completamente!

O curioso do conto é o movimento do narrador em encontrar os possíveis motivos para que a construção da muralha seguisse este formato um tanto que esquizo<sup>149</sup>, visto que, como se propalava entre os chineses e também lhe parecia mais familiar, seria mais pertinente e vantajoso que a mesma seguisse, ao ser construída, um modelo contínuo, em virtude de ter sido inicialmente pensada como proteção a uma possível invasão dos povos do norte.

Deste modo, para enumerar tais motivos uma primeira questão é levantada por ele: “Mas como pode servir de proteção uma muralha cuja construção não é contínua?”<sup>150</sup> Tal questão se dá inicialmente para compreender o paradoxo de um formato de construção, que nada protegia de

---

<sup>148</sup> KAFKA, Franz. Durante a construção da muralha da china. In: \_\_\_\_\_. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>149</sup> Esquizo aqui adotado no sentido do descontínuo, que não segue uma seqüência linear.

<sup>150</sup> KAFKA, op.cit., p. 74, nota 1.

ninguém, embora, apresentasse importância suficiente para mobilizar todo o conjunto e todas as atividades da população chinesa, envolvendo desde a vida das crianças até a vida dos mais idosos. Uma bela passagem do conto transmite esta tensão mobilizadora:

A construção não foi empreendida com leviandade. Cinquenta anos antes do início, por toda a China que devia ser cercada pela muralha, declarou-se a arquitetura, especialmente a alvenaria, como a mais importante das ciências, e tudo o mais só foi reconhecido na medida em que estava relacionado com isso. Lembro-me ainda muito bem quando nós, crianças pequenas, mal seguras das nossas pernas, ficávamos no jardimzinho do nosso mestre e precisávamos construir uma espécie de muralha com seixos, e como o mestre, a túnica arregaçada, corria de encontro à muralha, naturalmente deitava tudo por terra e nos fazia tais censuras por causa da fragilidade de nossa construção, que nós saíamos berrando por todos os lados em busca de nossos pais. Um incidente minúsculo, mas significativo para o espírito da época.<sup>151</sup>

No interior desta tensão instaurada no intuito de compreender o porquê da muralha e de seu projeto, digamos, esquizo, um dos primeiros motivos levantados pelo narrador é que tal organização se deu a fim de que o ânimo dos mestres de obras dos níveis inferiores não esmorecesse.

Como, desde o princípio, já se tinha ideia de que a construção da muralha se estenderia por séculos, seria de se imaginar que aqueles mestres que não tivessem um juízo do conjunto geral da obra desanimassem de empreendê-la caso ficassem anos a fio distantes de seus familiares e de suas aldeias sem nenhuma perspectiva de vislumbrarem grandes trechos da muralha concluída durante suas pequenas vidas singulares<sup>152</sup>.

Assim, entre a construção de um bloco e outro de mil metros – que segundo Kafka estendia-se por uns cinco anos – esses mestres eram deslocados para outras regiões; tinham a visão de partes significativas da construção; eram recebidos nos acampamentos dos altos chefes onde podiam ter noções gerais do projeto e ainda tinham tempo de retornar às suas aldeias e familiares onde eram recebidos com grande júbilo e interesse: tudo isso funcionando como uma espécie de revivescimento do ânimo perdido durante os cinco anos de trabalho duro!

Embora esta resposta tenha sido acolhida inicialmente de bom grado, pelo narrador do conto, para explicar o tipo de construção descontínua adotada para o projeto da muralha não eliminou,

---

<sup>151</sup> KAFKA, 2002, p. 75. Não deveríamos também nos espantar diante do fato corriqueiro de vermos, atualmente, crianças em idade escolar já preocupadas no desenvolvimento de planos de negócios?

<sup>152</sup> Usamos aqui o termo singular por apreendermos a vida em si como algo pré-individual, ou seja, para nós a vida é pensada como plano de imanência como exposto no primeiro capítulo.

no entanto, as inquietações que o desassossejavam que, com efeito, continuou em seu penoso movimento pensante em busca de um algo mais que conseguisse abarcar a complexidade tomada nessa construção como bem explicita este fragmento do conto: “Assim, portanto, fica compreensível o sistema de construção por partes; mas por certo ele ainda tinha outras razões”.<sup>153</sup>

Desse modo, na tentativa de seguir essas outras razões foi apresentado um outro – menos convincente que o primeiro – motivo tanto para a construção da muralha quanto para explicitar seu projeto descontínuo: seria o de ela servir de alicerce para a construção de uma nova Torre de Babel!

Tal argumento foi rapidamente abandonado por várias razões<sup>154</sup>, entre as quais, o fato de a muralha não formar sequer um quarto de círculo, não podendo, por conseguinte, oferecer uma forma adequada para a construção de uma torre.

Não obstante, refutado o segundo argumento, persistiu a dúvida no narrador do porquê de tal monstruoso processo descontínuo de construção e, para resolvê-la, o mesmo se lançou em mais uma série de questionamentos que culminaram na afirmação de que a única possibilidade para que a construção se desse e acontecesse da maneira que se deu e aconteceu seria por a mesma ser um desejo do comando.

Afirmação inquietante, dada sobre uma série de outras que manifestam o estatuto ambíguo, embora, simultaneamente, poderoso do comando retratado pelo narrador do conto,

Nós – certamente falo aqui em nome de muitos – na verdade só nos conhecemos ao soletrar as determinações do comando supremo e descobrimos que sem ele não bastariam nem o nosso conhecimento escolar nem o senso comum para a pequena função que tínhamos dentro do grande todo. Na sala do comando – onde ela ficava e quem ali tinha assento, ninguém a quem eu perguntei sabe ou sabia – ,nessa sala decerto giravam todos os pensamentos e desejos humanos e em círculos contrários todas as metas e realizações humanas. [...] E por isso não escapa ao observador imparcial que o comando, caso ele o tivesse querido a sério, não teria deixado de superar as dificuldades que se opunham a uma construção contínua da muralha. Resta, pois apenas a conclusão de que o comando tinha por objetivo a construção por partes.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> KAFKA, 2002, p. 78.

<sup>154</sup> O correr desta lenda se deu no conto por meio da menção de um livro escrito por um erudito que justifica a queda da Torre de Babel por a mesma não possuir alicerces seguros, os quais seriam oferecidos pela muralha chinesa.

<sup>155</sup> KAFKA, 2002, p. 80.

Como se percebe neste fragmento o comando funcionava como algo que era inapreensível, mas que, analogamente exercia uma influência implacável sobre as ações, pensamentos e – forçando um pouco – anseios da população chinesa ao ponto de mobilizá-los sem que ao menos eles tivessem consciência de tais interpelações. Tornando interessante pontuarmos a proximidade desta conclusão do narrador do conto kafkiano com uma frase de Foucault em um de seus mais belos artigos sobre as relações de poder,

[...] sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem do outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer [...]. Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas.<sup>156</sup>

Destacada a analogia com Foucault, voltemos então ao caráter ambíguo do comando supremo no conto kafkiano que é ainda reforçado em outro fragmento no qual novamente, mesmo após concluir tudo ter se passado como um desejo deste comando, o narrador se perguntar pela utilidade da muralha, apontando, como mote de sua dúvida, a falta de lógica de uma invasão dos povos do norte seja pela extensão do país em relação ao pequeno número característico das populações destes povos, seja pelo pequeno conhecimento que sobre eles se tinha,

Não os vimos nunca e se permanecermos em nossa aldeia nunca os veremos, mesmo que eles se lancem em linha reta à nossa caça, montados nos seus cavalos selvagens – o país é grande demais e não os deixa chegar até nós: cavalgando, eles irão se perder no ar vazio. Por que então, uma vez que as coisas são assim, abandonamos o lar, o rio e as pontes, a mãe e o pai, a esposa que chora, as crianças que precisam de aprendizado, e partimos para a escola na cidade distante e os nossos pensamentos estão mais longe ainda, junto à muralha do norte? Por que? Pergunte ao comando, Ele nos conhece. Ele, que vive às voltas com imensas preocupações, sabe de nós, conhece nossos pequenos ofícios, vê-nos todos sentados juntos na nossa humilde palhoça, e a oração que o pai de família diz ao anoitecer no círculo dos seus lhe é agradável ou então o desagrada.<sup>157</sup>

Quanta vertigem e quanta dúvida encontramos neste fragmento, mas o que parece bem certo é que a única coisa que se sustenta como causa formal e causa final da construção da muralha é ser ela um designo do comando.

<sup>156</sup> FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 208.

<sup>157</sup> KAFKA, 2002, p. 82.

E passeando um pouco mais pelo conto, veremos que este estatuto de indeterminação e poderio será, por fim, transferido para outra instituição que figuraria como uma das mais obscuras da sociedade chinesa: o Império!

Com o Império, alcançamos o momento em que nos aproximamos tanto daquilo que queríamos extrair deste conto, ou seja, a caracterização de uma injunção interna e inconsciente, quanto do instante de abandoná-lo em busca de outros intercessores.

Ele, como tentamos expressar, seria percorrido por uma vertigem instalada no narrador pelo espanto de não saber o porquê das ações e pensamentos de toda uma população, e inclusive as próprias, no exato momento em que ambos são mobilizados a executar uma obra cujo gigantismo é inegável e cujo término envolveria bem mais que a temporalidade de suas vidas singulares. Uma vertigem, por conseguinte, que tratava de suas inquietações em apreender o seu presente no interior de um plano geral que o continha e sustentava sua passagem.

Diante disso, também queremos nos perguntar ao fazer referência ao conto, se nossa situação contemporânea não seria marcada por uma vertigem *mutatis mutandis* análoga.

Não agimos do acordar ao dormir segundo a uma série de regras e princípios que mal sabemos do que tratam e para onde nos levam? Também não seguimos obstinadamente cursos e trabalhos que não sabemos ao certo para que nos servem? Também não buscamos a cada dia com mais frequência controlar os mínimos detalhes de nossas ações por meio de projetos os mais sem sentido possível para nós? Enfim, também não nos encontramos, como relatado pelo chinês do conto kafkiano, mobilizados por uma série de obras que mal sabemos muito bem o sentido, embora envolvam toda a duração de nossas vidas?

Levantada também a nossa vertigem far-se-á necessário um abandono do conto e a busca de novos intercessores que nos forneçam algumas referências para o que nos acontece no momento contemporâneo, porém, mantendo o mesmo encadeamento de eventos que por ele foram relatados.

Assim sendo, uma primeira questão que deveríamos levantar para nos distanciarmos um pouco do conto e nos aproximarmos de nosso presente seria uma que nos arrastasse na identificação “do

como” do comando contemporâneo. E, para o escrutínio dessa questão, talvez o pensamento de Foucault nos forneça algumas coordenadas que nos permitam levantar algumas pistas de como acontece o mando em nossas sociedades atuais.

Mas, para nos aproximarmos das contribuições que este filósofo nos legou em seu projeto de realizar uma ontologia do presente, faz-se necessário escrevermos alguns parágrafos sistematizando alguns conceitos gerais de sua obra.

Seguiremos de perto, ao menos em termos de organização de nossa exposição, a leitura da obra de Foucault realizada por Deleuze<sup>158</sup> dois anos após a sua morte, no intuito de fornecer uma imagem que se aproxime do como este pensador problematizava os acontecimentos por ele apreendidos. E para isso utilizaremos o diagrama (desenho) que segue na tentativa de uma sucinta, embora rigorosa síntese do pensamento foucaultiano. Por conseguinte, nas próximas linhas, far-se-á uma breve descrição do diagrama apresentado por Deleuze no livro Foucault.

### DIAGRAMA DE FOUCAULT

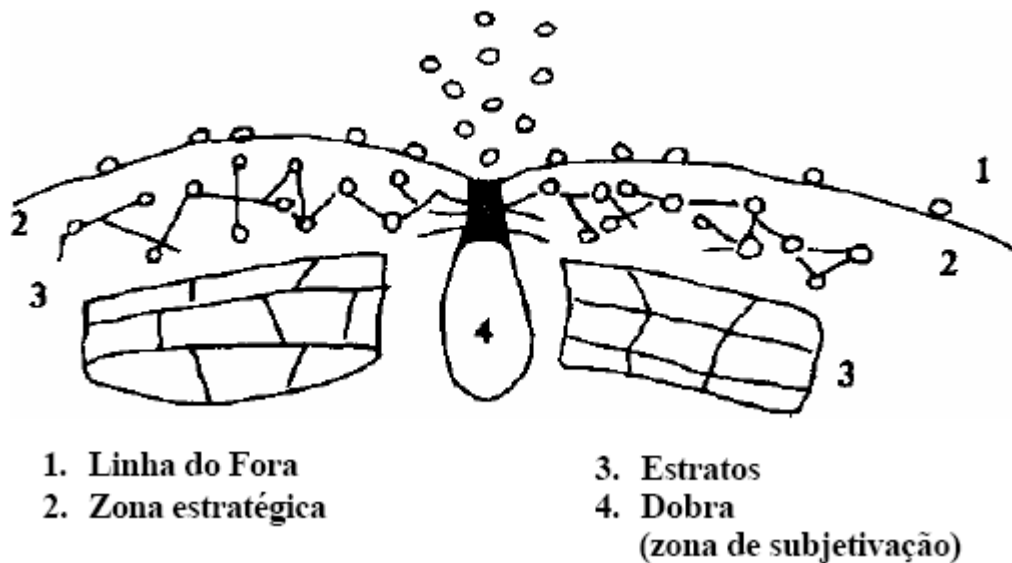


Figura 2 – Diagrama de Foucault

Fonte: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 128.

Visualizamos neste diagrama três planos e uma zona de invaginação. No primeiro plano veríamos o jorrar incessante das forças brutas ou selvagens localizadas no exterior da linha onde é visível a

<sup>158</sup> DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

isenção de qualquer tipo de organização ou estratificação: seriam elas o que Foucault denominava “fora”. Conceito que assinala, pelo menos nesta descrição que Deleuze faz de sua obra, um parentesco com o pensamento de Nietzsche que certamente dava primado a essa relação de forças experimentada como fora ao elegê-la sentido da história de qualquer coisa ou objeto: “A história de uma coisa, em geral, é a sucessão das forças que dela se apoderam, e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar. Um mesmo objeto, um mesmo fenômeno muda de sentido consoante a força que dele se apropria”.<sup>159</sup>

Foucault, nesta direção, dedicou grande parte de sua escrita a dialogar com autores – em sua maioria poetas e escritores – que possuíam esta relação, digamos, imediata com o fora<sup>160</sup>; experiência limite que ele descrevia como a “[...] abertura para uma linguagem da qual o sujeito está excluído, a relação de uma incompatibilidade talvez irremediável entre a aparição da linguagem em seu ser e a consciência de si em sua identidade”<sup>161</sup> cujo pensamento ele descreve como aquele,

[...] que se mantém fora de qualquer subjetividade para dele fazer surgir os limites como vindos do exterior, enunciar seu fim, fazer cintilar sua dispersão e acolher apenas sua invisível ausência, e que ao mesmo tempo se mantém no limiar de qualquer positividade, não tanto para apreender seu fundamento ou justificativa, mas para encontrar o espaço em que ele se desdobra, o vazio que lhe serve de lugar, a distância na qual ele se constitui e onde se escondem suas certezas imediatas, assim que ali se lance o olhar.<sup>162</sup>

Espaço dessubjetivante, limite fundador das positivities e vazio constituinte das certezas imediatas de um saber no qual a linguagem, apreendida em seu ser, como que escava um outro espaço análogo por onde borbulham os enunciados que posteriormente criarão os sentidos das coisas ou objetos numa dada relação de forças que fundarão as possibilidades de um pensamento. A título de descrição, talvez poderíamos arrolar alguns autores como Blanchot, Bataille, Roussel, Sade, Hölderlin, Klossowski e, principalmente, Nietzsche, como aqueles que Foucault privilegiava ao buscar uma tal relação para seu pensamento.

<sup>159</sup> DELEUZE, Gille. **Nietzsche e a filosofia**. 2. Ed. Porto: Rés Editora, 2001. p.9.

<sup>160</sup> Pelbart dedicou um belo trabalho a esse conceito no qual Foucault, segundo Deleuze, extrai a vitalidade de seus conceitos, trata-se do livro: PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.

<sup>161</sup> FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 221.

<sup>162</sup> Ibid., p. 222.

Logo abaixo do primeiro plano, plano do fora, portanto – onde as forças se encontram em estado bruto –, separado por uma linha torcida encontramos uma zona de pontos e nós ligados por outras linhas que caracterizam as relações de poder. Novamente aqui devemos notar que o conceito nietzschiano de forças em luta é mantido na interpretação de poder oferecida por Foucault.

Isso se confirma porque ao analisar as relações que caracterizariam o que convencionalmente chamamos de poder ele afirmará que essa análise,

[...] não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.<sup>163</sup>

Ou seja, é como que se aquelas forças características do fora alcançassem nesse plano certa organização dada por relações de afetação; relações essas em que forças ativas se apropriariam de outras lhes fornecendo certo sentido, ou lhes originando certas reações. Por serem móveis tais relações não conseguiriam formar um estrato, daí a organização disforme e momentânea visualizada por Foucault como um conjunto de estratégias que teriam como seus elementos mais capilares os corpos e no limite, a própria vida. Relações formadas por funções puras que independem das formas concretas em que elas se encarnam, dos objetivos que satisfazem, dos meios que empregam ou das instituições que atravessam e também por matérias puras, não formadas, tomadas independentemente das substâncias formadas, dos seres ou objetos que elas entrarão em relação.

A título de exemplificação, podemos tomar tanto as disciplinas como as biopolíticas da população como exemplos dessas organizações estratégicas das relações de poder por as mesmas atravessarem instituições e Estados os mais diversos mantendo, no entanto, a mesma particularidade de funções puras destinadas a um uso específico de afetação: as disciplinas com as funções de organizar quadros; controlar as atividades; engendrar as gêneses e compor as forças, servindo para os usos os mais diversos conforme a instituição por elas atravessadas, ou

---

<sup>163</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p. 88-89.

seja, servindo para educar, treinar, punir, curar, entre outros usos quaisquer e as biopolíticas com suas funções de tornar mais provável ou gestável uma série de fenômenos próprios aos viventes organizados em populações no alvorecer dos Estados modernos.

Continuando a descrição do diagrama encontramos no terceiro plano, separados ao meio por uma torção da linha do fora, os dois extratos ou arquivos próprios ao saber: os quadros visuais característicos dos regimes de visibilidade e as ondas sonoras características dos regimes de enunciabilidade. Ver e falar, portanto, ou, dito de outra forma, luz e linguagem. Tais arquivos representariam aquilo que se sistematiza como as possibilidades do que pode ser visto ou falado numa determinada época histórica que corresponde a uma dada organização dos dispositivos de poder do segundo plano. Regimes de enunciados organizados em formações discursivas e quadros visuais que se distinguem por natureza embora suponham interpenetrações recíprocas e primado dos enunciados sobre as visibilidades como também primado das relações de poder sobre os quadros e formações discursivas.

Nesse sentido, o que Foucault talvez quisesse nos dizer é que as estratégias de poder ao mesmo tempo em que são alimentadas por aquilo que é visto e falado nos arquivos de saber, se atualizando, portanto; de certa maneira imprimem certo regime de possibilidade a estes arquivos, oferecendo, assim, limites para aquilo que pode ser pensado ou falado em cada época histórica.

Por último, vemos no diagrama uma zona de invaginação formada pela dobra da linha do fora. É justamente nesta zona que Foucault instala a subjetividade que em seu pensamento passa a ser encarada muito menos como uma interioridade que funcionasse como uma espécie de recipiente hermético viajando à deriva pelas flutuações geradas pelas forças do fora, e muito mais como uma torção da linha do fora exprimindo a ação da força sobre si mesma, como nos descreve Deleuze, “O fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um dentro: nada além do fora, mas exatamente o dentro do fora.”<sup>164</sup>

---

<sup>164</sup> DELEUZE, 1988, p. 104.

Destarte, essa zona da subjetivação passa a caracterizar as relações das forças quando elas incidem sobre si mesmas no sentido de certo uso de si: é o caso do uso dos prazeres<sup>165</sup> como modo de subjetivação na Grécia antiga ou o cuidado de si<sup>166</sup> como modo de subjetivação na Roma do primeiro século cristão tão bem descritos por Foucault nos últimos volumes de sua história da sexualidade.

Encerrada essa pequena apreensão do pensamento foucaultiano, resta-nos a pergunta: por que o fizemos?

Como possível resposta, podemos afirmar que o fizemos no intuito de nos utilizarmos dessa faceta de explicitar que o uso de si, ou seja, aquilo que fazemos de nós mesmos, se dá segundo uma relação complexa na qual se entrelaçam relações com o fora, relações com os dispositivos de poder, relações com os arquivos de saber e, por último, relações consigo num modo de subjetivação histórico-social.

Neste sentido, de posse da potencialidade desse pensamento, enceta-se o instante do seu uso como uma espécie de bússola na nossa tentativa de aproximação “do como” do comando contemporâneo e de sua relação com a constituição dos usos de si dos sujeitos que, em suas relações com uma vida que os perpassa e com esses dispositivos de poder que também os atravessam, constroem um modo de vida que explicita a qualidade da vontade de potência que os absorve.

## 2.1 BIOPODER E GOVERNAMENTALIDADE

No último capítulo do primeiro volume da História da Sexualidade, Foucault<sup>167</sup> nos apresenta duas maneiras distintas de exercício de poder: uma que tomaria a vida como direito próprio do soberano e que teria como princípio atuante o fazer morrer e deixar viver – modo que marcaria todo o período do absolutismo monárquico – e uma que tomaria a vida como elemento gestável e que teria como princípio atuante o fazer viver e deixar morrer – modo que marcaria as políticas dos Estados ocidentais no alvorecer da Modernidade.

---

<sup>165</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

<sup>166</sup> Id. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

<sup>167</sup> FOUCAULT, 2001a.

Tais modos de apreensão da vida pelo poder marcariam maneiras distintas de lidar com os fenômenos próprios ao vivente.

O primeiro exercício exprimiria um tipo de sociedade cujo funcionamento relacionar-se-ia com a extração das forças próprias ao sócios, assim: os corpos; o tempo; as mercadorias e enfim, a vida, seriam para o soberano substâncias que ele poderia extrair como direito de propriedade. Já o segundo exercício seria o sintoma de um tipo de sociedade em que faria mais sentido a majoração e utilização das forças do que sua extração pura e simples por meio de uma espécie de contrato de posse.

Portanto, por um lado, teríamos um direito de morte em que os corpos dos súditos assim como os bens de um território poderiam ser requeridos pelo soberano sempre que o mesmo se sentisse ameaçado ou quando as leis regentes de seu território fossem maculadas e por outro, teríamos o exercício de um poder sobre a vida, cujo princípio norteador, estaria mais próximo a “[...] funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”.<sup>168</sup>

Estariamos, com efeito, diante de um Biopoder do qual Foucault, nesse mesmo texto, nos apresenta duas modalidades distintas e ao mesmo tempo complementares de seu exercício: uma que teria como objeto um corpo individual qualquer, ou, em outras palavras, uma multiplicidade pouco numerosa encerrada em um espaço fechado, e por princípio o aumento de sua utilidade-docilidade (disciplinas) e outra que teria como objeto uma multiplicidade numerosa, no caso, uma população em um espaço aberto e por princípio o tornar provável a regulação de seus fenômenos aleatórios (biopolíticas).

### 2.1.1 Primeira modalidade: as Disciplinas

Tratando da primeira modalidade, ou seja, as disciplinas<sup>169</sup>, e considerando-a sobre um primeiro olhar, poderíamos apreciá-las como procedimentos operatórios que teriam, por objetivo maior,

---

<sup>168</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 117-187.

<sup>169</sup> Ibid., p. 128.

marcar e majorar as forças do corpo sequestrado nas instituições disciplinares num sentido dócil e útil. Tais procedimentos dividir-se-iam em quatro tipos de injunção: a distribuição espacial dos corpos; o controle da atividade; a organização das gêneses e a composição das forças. Cada tipo de injunção responderia a uma série de procedimentos ou técnicas que dariam conta de uma maneira específica de relacionar as forças presentes num corpo qualquer com as forças produtivas organizadas em uma instituição disciplinar qualquer.

Tomemos inicialmente de forma mais específica a **distribuição espacial dos corpos** que em seu funcionamento circunscreveria, segundo Foucault, quatro atividades:

- o enclausuramento ou cercamento, que corresponderia ao trancamento dos corpos em instituições com forma arquitetural homogêneas tais como: escolas; quartéis; fábricas; hospitais; etc. Foucault também denomina este procedimento de seqüestro dos corpos, o que levaria estas instituições a serem também denominadas instituições de sequestro;
- o quadriculamento, que corresponderia à individualização celular dos corpos no interior das instituições supracitadas: “O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos<sup>170</sup>”;
- as localizações funcionais por meio das quais, os corpos, que já estariam trancados e individualizados, seriam, por fim, relacionados a uma atividade específica ao aparelho de produção que representava o cárcere. “É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção a diversas formas de atividade na distribuição dos postos<sup>171</sup>”;
- a organização do espaço em séries (hierarquia) correspondeu à criação de um intercâmbio entre os corpos individualizados nas técnicas anteriores; traçando nestas relações, níveis diferenciados de desenvolvimento em relação à atividade

---

<sup>170</sup>FOUCAULT, 2002a, p. 123.

<sup>171</sup> Ibid., p.124.

executada onde os corpos se encontravam encerrados, prescrevendo nestas séries uma idéia de progresso de uma série a outra.

Como podemos perceber com a descrição da distribuição espacial dos corpos, tivemos uma configuração do espaço, onde aparelhos diversos de produção, ao se constituírem, foram prescrevendo localizações específicas para um corpo qualquer encerrado em seus muros de modo que seria possível simultaneamente: estabelecer um interior e um exterior do aparelho; localizar um indivíduo; medir sua atividade e estabelecer relacionamentos hierárquicos entre os sujeitos que se encontravam encerrados nos diversos espaços individualizados (celas) conforme a exigência da atividade executada pelo aparelho de produção.

Em uma palavra, seria possível, por meio da distribuição espacial dos corpos, a construção de “quadros vivos” taxonomia que Foucault identifica como um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII, observemos,

[...] arrumar jardins de plantas e de animais, e construir ao mesmo tempo classificações racionais dos seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e da moeda e estabelecer assim um quadro econômico que possa valer como princípio de enriquecimento; inspecionar os homens, constatar sua presença e repartir os doentes, dividir com cuidado o espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças: outras tantas operações conjuntas em que os dois constituintes – distribuição e análise, controle e inteligibilidade – são solidários. O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber<sup>172</sup>.

Como síntese, podemos observar esses movimentos operados pela divisão espacial dos corpos na descrição deferida por Foucault:

[...] organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas<sup>173</sup>.

Pouco a pouco, com a utilização desse procedimento pelas instituições de sequestro no decorrer do século XVIII, o tecido social se transformou de uma multidão desorganizada de camponeses recém-expulsos das terras dos senhores feudais em um exército organizado de trabalhadores,

---

<sup>172</sup>FOUCAULT, 2002a, p. 127.

<sup>173</sup> Ibid., p.126-127.

soldados, escolares, loucos etc, através dos quais se puderam criar as bases saudáveis para a acumulação e expansão do capital aliada a um espaço seguro de referência para a construção de saberes cujo objeto central seria o homem.

Porém, não bastaria apenas cercar, esquadrihar, ligar a um aparelho produtivo e por em relação hierárquica os diversos indivíduos que entraram nas operações das disciplinas. O tempo no interior das instituições de sequestro não poderia ficar disponível ao bel prazer de quem lá estivesse ocupando um espaço. Era preciso marcar, também de forma precisa, a passagem do tempo consumido no interior dos espaços disciplinares, como observa Foucault,

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar<sup>174</sup>.

Com esse objetivo nasceu o segundo procedimento operatório das disciplinas que Foucault classificou como **controle da atividade**. Tal procedimento, para exercer-se, utilizou-se de cinco técnicas específicas:

- com o horário, a execução da atividade foi demarcada em minúcias temporais, ou seja, cada atividade recebeu um intervalo de tempo ótimo para a sua realização de modo que se poderia estabelecer um início e um termo bem especificados.

Foucault nos lembra de que não se tratou de uma invenção do século XVIII. O horário já era praticado em grande escala nos mosteiros e conventos medievais, o que de novo o exercício das disciplinas trouxe a esta velha prática foi o refinamento e a qualidade no emprego do tempo, ouçamos,

Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdaram das disciplinas os modificaram. Afinando-os primeiro. Começa-se a contar por quartos de hora, minutos e segundos [...]. Mas procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil<sup>175</sup>.

- com a elaboração temporal do ato, uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento foi estabelecido, ou seja, cada atividade foi decomposta em uma

<sup>174</sup>FOUCAULT, 2002a, p. 129.

<sup>175</sup> Ibid., p. 128.

série de movimentos precisos que, foram rigorosamente escandidos em recortes temporais, de forma que, uma espécie de programa indicando a cadência canônica dos movimentos pôde ser construído estabelecendo para cada fragmento da atividade seu tempo de execução no sentido do próprio ato ser melhorado à medida que o corpo executava a atividade a ele direcionada. Nas palavras de Foucault,

Passamos de uma forma de injunção que media ou escandia os gestos a uma trama que os obriga e sustenta ao longo de todo o seu encadeamento. Defini-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder<sup>176</sup>.

- a correlação entre corpo e gesto correspondeu à imposição de uma melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, ou seja, nesta técnica o corpo foi absorvido pela atividade e para melhor executá-la teve de ter bem posicionados todos os demais elementos que o compunham. O exemplo de uma boa caligrafia é apresentado por Foucault ao aludir um manual de conduta escolar do século XIX para o qual haveria uma ginástica cotidiana necessária para uma boa letra, ginástica esta que abrangeria o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador<sup>177</sup>.
- com a articulação corpo-objeto, cada gesto do corpo foi relacionado a uma operação do objeto que a atividade requeria para o seu perfeito desempenho. Agora quem invadiu o corpo foi o objeto; traçando naquele inúmeras relações entre os elementos que o compõem e os elementos que compõem o próprio objeto. Nesta técnica, um manual militar do século XVIII sobre o treinamento dos soldados com o fuzil, é apresentado como referência no qual são amarrados e correlacionados tanto os elementos do corpo quanto os elementos do objeto em uma manobra coercitiva<sup>178</sup>.
- na utilização exaustiva, que surge como corolário das técnicas anteriores, o corpo foi posto diante de uma maximização de sua utilização, que à medida em que se desenvolvia no interior de toda a sistemática, simultaneamente, era investido de um

---

<sup>176</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 129.

<sup>177</sup> Ibid., p. 130.

<sup>178</sup> Ibid., p.130.

controle cada vez mais minucioso para que nem um segundo do seu tempo de uso fosse desperdiçado na operação com o fim de que, com este tipo de sua utilização nos aparelhos de produção, as operações pudessem ter seus tempos de termo reduzidos. Utilizar para maximizar a utilização no sentido de um tempo que fosse infinito em seu fracionamento seria a máxima desta técnica,

[...] a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência<sup>179</sup>.

O terceiro procedimento, **organização das gêneses**, desenvolveu-se com o objetivo de regular os inícios de operações, gerando uma espécie de acumulação do tempo no corpo,

Como capitalizar o tempo dos indivíduos, acumulá-lo em cada um deles, em seus corpos, em suas forças ou capacidades, e de uma maneira que seja susceptível de utilização e controle? Como organizar durações rentáveis? As disciplinas, que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo<sup>180</sup>.

Tal procedimento se iniciou com a organização das séries e a imposição de ritmo e continuidade nas mesmas para que à medida que o corpo fosse passando por elas a experiência nele fosse se acumulando, de modo que uma evolução pudesse ser traçada entre uma série e outra, no que tange ao aprendizado do corpo na execução de sua referida atividade. Neste procedimento foram utilizados quatro processos:

- divisão da duração da atividade em segmentos sucessivos ou paralelos, ou seja, uma atividade complexa foi fragmentada em várias atividades mais simples.
- organização das sequências segundo um esquema analítico, ou seja, depois de a atividade ser decomposta em vários segmentos de execução mais simples ela foi reagregada em uma ordem específica de complexidade.
- finalização dos segmentos temporais seguida de exame, ou seja, cada um dos segmentos nos quais a atividade foi dividida recebeu um prazo específico para o seu

---

<sup>179</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 131.

<sup>180</sup> Ibid., p. 133.

término seguido de uma avaliação que seria executada para medir o aprendizado e indicar a passagem ou não do corpo para o estágio seguinte.

- estabelecimento de séries de séries, ou seja, as séries de grupos humanos divididos no interior dos espaços disciplinares foram relacionadas às séries de funções resultantes da fragmentação das atividades, multiplicando-se ao infinito essas correlações. Resultando num quadro vivo no qual era prescrito,

[...] a cada um, de acordo com seu nível, sua antigüidade, seu posto, os exercícios que lhe convém; os exercícios comuns têm um papel diferenciador e cada diferença comporta exercícios específicos. Ao termo de cada série, começam outras, formam uma ramificação e se subdividem por sua vez. De maneira que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal, que define especificamente seu nível ou sua categoria<sup>181</sup>.

O quarto e último procedimento, **composição das forças**, articula e põe em funcionamento os três procedimentos anteriores por meio do exercício e do treinamento, montando-se, como resultado, combinações entre os múltiplos procedimentos e técnicas de modo a se conseguir a máxima utilização de todas as matérias puras que circulam pelas instituições de sequestro.

A composição das forças tornou visível “o como” o corpo poderia ter suas forças utilizadas pelos diagramas de poder.

O corpo dentro da maquinaria construída pelas disciplinas tornou-se um elemento com o qual se poderia a todo o momento:

- colocar, articular com outros e movimentar de um ponto à outro na medida em que necessitasse-se de sua utilidade;
- combinar a cronologia de suas operações com a cronologia das operações de outros corpos no intuito de formar um tempo composto que produziria como resultado a extração máxima das forças presentes no aparelho produtivo: “O tempo de uns deve-se ajustar ao tempo de outros de maneira que se possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la num resultado ótimo<sup>182</sup>”.
- Controlar as atividades do corpo a partir de um sistema preciso de comando, que não necessitaria do uso da força ou da violência para manter o funcionamento do aparelho

---

<sup>181</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 134.

<sup>182</sup> Ibid., p. 139.

produtivo. Todo o controle deveria ser mantido apenas com o uso de sinais pelo mestre de disciplina; sinais que os sujeitos deveriam reconhecer automaticamente e responder imediatamente com a operação desejada pelo mestre, mesmo que não compreendessem os objetivos da ordem, afinal, quando se trata de processos disciplinares, as ordens não são criadas para serem questionadas e sim para serem atendidas,

Toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente<sup>183</sup>.

Podemos, enfim, fazer uma síntese da mecânica disciplinar nas palavras do próprio Foucault,

[...] pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial) é orgânica (pela codificação das atividades), é genérica (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”<sup>184</sup>.

Descrita a mecânica das disciplinas dentro das instituições disciplinares, é-nos necessário ainda analisar os procedimentos dos quais elas fazem uso para garantir seu funcionamento eficiente baseado na introdução dos corpos nos aparelhos produtivos e no consumo de suas forças o que, para Foucault, não se desarticulava de um processo de adestramento: “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor<sup>185</sup>”, para com isso fazer, com que a soma total das forças seja majorada em relação a sua soma individual caso elas fossem tomadas separadamente em seu desempenho.

Este adestramento é que seria responsável pela fabricação dos indivíduos necessários ao funcionamento das instituições a que estivessem ligados. E, para realizar tal processo, do interior das disciplinas surgiram instrumentos simples e precisos que seriam: o olhar hierárquico; a sanção normalizadora e o exame.

Com o primeiro instrumento, **o olhar hierárquico**, foi construída uma pirâmide de olhares que atravessaria de cima a baixo e de uma extensão a outra as instituições disciplinares fazendo com

---

<sup>183</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 140.

<sup>184</sup> Ibid., p. 141.

<sup>185</sup> Ibid., p. 143.

que nenhum gesto escapasse a essa organização óptica. Ouçamos o próprio Foucault nesta descrição,

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; uma rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados<sup>186</sup>.

Com o segundo instrumento, **a sanção normalizadora**, foram dosados de forma precisa os castigos e os atos de forma a criar-se uma visão clara do tipo de comportamento adequado ao funcionamento das instituições disciplinares.

Pequenos tribunais foram montados no interior de cada instituição disciplinar e um grande número de agentes punitivos foi instado a atuar em todo espaço coberto pelas mesmas, de modo que o mínimo gesto fosse alvo de uma mínima ação punitiva, que em vez de machucar, destruir ou matar o corpo, tivesse como objetivo mais “nobre” a correção da ação, ou seja, o ajuste do comportamento do corpo às normas do claustro,

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a provações ligeiras e pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universidade punível-punidora<sup>187</sup>.

Com o terceiro instrumento, **o exame**, que talvez seja o mais abrangente dos três, combinam-se os instrumentos da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora no intuito de unir, através da atividade do registro, que lhe é imanente os laços entre as relações de poder e a criação de um saber sob os corpos que estão sendo vigiados e punidos,

[...] o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto do saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação

<sup>186</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 148.

<sup>187</sup> Ibid., p. 149.

genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente<sup>188</sup>.

Por meio do exame também foram amarrados os processos de produção de verdades próprias ao funcionamento das disciplinas. Substituindo o inquérito como ritual de produção de verdade, o exame inaugurou métodos mais racionais e precisos que à medida que produzem efeitos de verdade nas malhas das relações de força que configuram os diagramas de poder, produzem também subjetividades características aos padrões de funcionamento destas instituições.

A verdade – que é uma produção do funcionamento das relações de força – surge na medida que conhecimentos sobre os corpos são constituídos pela junção da vigilância e dos registros que caracterizam marcadamente o ritual do exame; verdade esta que reforça e atualiza o funcionamento do diagrama que reparte e classifica as relações das forças.

Conhecidos os instrumentos que caracterizam as relações entre as forças que constituem o diagrama de poder e os corpos, que por meio do transcorrer do processo, são adestrados e melhorados no que tange à sua utilidade econômica, nos resta apreciar apenas a forma arquitetural que serviu de modelo para as instituições disciplinares. Trata-se do Panóptico de Jeremy Bentham. Tal modelo de arquitetura possuía o seguinte princípio:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha<sup>189</sup>.

A idéia central de tal aparato óptico era além de dar uma visibilidade nula do lado de quem vigiava e uma visibilidade total do lado de quem era vigiado, ainda criar uma individualização

---

<sup>188</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 160.

<sup>189</sup> Ibid., p. 166.

dos sujeitos encarcerados nas instituições de seqüestro que traria como corolário o impedimento de operações conjuntas pelos mesmos. Tais disposições operariam no sentido de dar a idéia de uma vigilância constante e ininterrupta cujas regras acabassem por se internalizar nos corpos dos indivíduos que se encontravam sob processo de vigília,

É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há “cola”, nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluíus, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes. A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão seqüestrada e olhada. Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.<sup>190</sup>

Foucault não se limitou a afirmar que o Panóptico era apenas um modelo de arquitetura porque, para ele, não interessava somente a forma como eram construídas as instituições em sua estrutura física. Pensando, as relações de força que caracterizam as disciplinas, disformes e isentas de funções formalizadas, interessou mais a Foucault observar como esta estrutura distribuía essas relações de força características das disciplinas; como esta estrutura criava efeitos de luz e contraluz que produziam uma idéia de estar-se sendo alvo de um olhar ininterrupto por parte dos que eram vigiados e de estar-se ausente de qualquer olhar por parte de quem vigiava, ou seja, visibilidade constante e perene para quem era vigiado e ausência de visibilidade para quem vigiava,

Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que este aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores<sup>191</sup>.

Neste sentido, o Panóptico foi classificado por Foucault como sendo muito mais que uma arquitetura. Ele seria então o próprio diagrama que organizaria as relações de poder presentes nos processos de funcionamento das disciplinas. Não importaria, desta forma, que as instituições

---

<sup>190</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 166.

<sup>191</sup> Ibid., p. 166.

adquirissem ou não visualmente a forma do Panóptico, mas sim, que utilizassem seu princípio de organização visual para definir suas regras e normas de funcionamento,

Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico. É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado<sup>192</sup>.

O resultado do funcionamento desses processos organizados pelo diagrama panóptico seria que, ao serem atravessados por tais dispositivos de poder, os corpos se desenvolviam no sentido de elevar ao máximo sua utilidade econômica e de reduzir a um mínimo sua força política “[...] digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força ‘política’, e maximizada como força útil<sup>193</sup>”, ou seja, na mais clara denominação se transformavam em “corpos dóceis”.

Mas, não apenas na anatomia do corpo e em sua posterior afetação de docilidade e utilidade este processo deixaria suas marcas, outro importante desdobramento aconteceria em um nível bem mais profundo que as suas formas físicas,

Se o suplemento de poder do lado do rei provoca o desdobramento de seu corpo, o poder excedente exercido sobre o corpo submetido do condenado não suscitou um outro tipo de desdobramento: o de um incorpóreo, de uma “alma” moderna, como dizia Mably. A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da “alma” moderna. A ver nessa alma os restos reativados de uma ideologia, antes reconheceríamos nela o correlativo atual de uma certa tecnologia de poder sobre o corpo. Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique,

<sup>192</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 170.

<sup>193</sup> Ibid., p. 182.

subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos ideólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a libertar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo<sup>194</sup>.

Assim, podemos afirmar que, enquadrados, distribuídos espacialmente, individualizados, postos em relação a uma atividade, vigiados para por fim gerarem um registro que deu forma e conteúdo a diversas disciplinas de saber; os corpos, além de se tomarem dóceis e úteis, ainda produziram um incorpóreo que possuiria nele próprio todas as regras e princípios da clausura, e assim constituído, emitiria murmúrios anônimos difíceis de diferenciar dos próprios desejos, e este incorpóreo seria nada mais, nada menos que as subjetividades que os corpos, devido aos efeitos dessa sujeição, reconhecem como sendo próprias a eles. Com as disciplinas, estaria garantida a necessidade em nível micropolítico da criação de corpos individuais, celulares, produtivos e dóceis necessários à produção capitalista.

Seguindo as relações entre as diversas instituições que operavam segundo as regras classificadas por ele como disciplinares, Foucault afirmou que o ocidente após a consolidação e hegemonia do modo capitalista de produção entre fins do século XVIII e meados do século XX viveria sob a uma organização social a qual denominou sociedade disciplinar que em linhas gerais poderíamos caracterizar como,

[...] aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações adequadas para a “razão” da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados<sup>195</sup>.

Em poucas palavras poderíamos traduzir o sentido das disciplinas como produção de sujeitos individualizados, dóceis e produtivos efeito de técnicas de poder que incidiriam sobre seus corpos no sentido de treiná-los e intensificar sua funcionalidade aprisionando o acaso de uma vida, que

---

<sup>194</sup> FOUCAULT, 2002a, p. 28.

<sup>195</sup> HARDT; NEGRI, 2002, p. 42.

lhes preexiste e lhes é inconsciente, nas regularidades de um corpo disciplinar que dela distinguir-se-ia por natureza. Que, como se pode perceber com a extensiva listagem desses procedimentos, busca-se aí, com toda esta engrenagem, procedimentos, repartição e organização das forças: “[...] concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no tempo-espaço uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares”<sup>196</sup> e também, como suplemento, impedir que as trocas múltiplas anteriores ao período de trancamento continuem a existir para que o sistema de mando não venha abaixo com a simples comunicação entre os membros do processo.

Os corpos, neste sentido, entram em uma maquinaria que os desarticulam, no sentido de apagar seu antigo funcionamento, e os rearticulam, no sentido de um funcionamento politicamente mais dócil e economicamente mais útil, como nos elucidava Foucault,

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.<sup>197</sup>

Com esses recursos se mobiliza uma multiplicidade desde que seja pouco numerosa e trancada em um espaço fechado e impõe-se certa direção para o seu movimento além de se proporcionar a criação de um reforço do funcionamento das estratégias e táticas de poder por meio do aumento do que se sabe sobre os corpos aprisionados nas instituições atravessadas por esta tecnologia política.

Sem dúvida uma maquinaria diabólica a qual talvez poderíamos comparar com a máquina que Kafka tão bem descreveu na colônia penal<sup>198</sup>. Uma máquina que marcaria a sentença de punição no corpo dos condenados e mesmo danificada ganharia dos envolvidos com a punição um reforço para cumprir até o fim sua funcionalidade.

---

<sup>196</sup> DELEUZE, 2000, p. 219.

<sup>197</sup> FOUCAULT, 2001a, p. 119.

<sup>198</sup> KAFKA, Franz. **Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

### 2.1.2 Segunda modalidade: Biopolíticas da População

Ao dar continuidade à sua pesquisa sobre os exercícios de poder relacionando-os com a emergência das preocupações modernas em torno da sexualidade<sup>199</sup>, Foucault pôde perceber que não apenas um corpo individual qualquer seria alvo de um tipo de poder que o tomaria no sentido de torná-lo mais dócil e mais útil e, assim, adequando-o à extração da força de trabalho própria ao funcionamento das sociedades capitalistas. Outros objetivos coextensivos e análogos a este também fariam parte das relações de poder iminentes às nossas sociedades ocidentais:

[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores.<sup>200</sup>

Nesses procedimentos outros, não seria mais um corpo individual qualquer encerrado em um espaço fechado o alvo principal dos exercícios de poder, mas uma multiplicidade numerosa em um espaço aberto percebida como um novo objeto inscrito entre as principais preocupações dos escritos de economia política do final do século XVIII: trata-se da população. Estaríamos assim diante de uma segunda modalidade do Biopoder: as bio-políticas da população.

E, em se tratando dessas biopolíticas, Foucault dedicou dois de seus cursos no Collège de France: Segurança, Território, População de 1977-1978 e Nascimento da Biopolítica de 1978-1979 os quais seguiremos com comentários no intuito de explicitarmos esta segunda modalidade do biopoder.

No primeiro dos cursos desse período Foucault buscou traçar a “[...] gênese de um saber político que colocaria no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar sua regulação.”<sup>201</sup> Neste intuito analisou entre os séculos XV e XVI uma série de tratados que procuravam pensar o exercício de poder em uma forma diversa da soberania.

Como textos principais a encontrar os contrastes, Foucault elegeu “O Príncipe” de Maquiavel como representante do exercício de poder próprio à soberania e o “*Miroir politique contenant diverses manières de gouverner*” de Guillaume de la Perrière como representante de uma literatura anti-maquiavel que buscava pensar o exercício de poder assentado em outras bases.

<sup>199</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 127.

<sup>200</sup> Ibid., p. 131.

<sup>201</sup> Ibid., p. 489.

Nesta comparação, os princípios em que se baseava a soberania, entendida no interior das exposições do príncipe de Maquiavel, são contrastadas ponto a ponto a uma espécie de arte de governar apresentada pelo texto de *La Perrière*.

Exporemos de forma sucinta o teor destas distinções no quadro abaixo:

<b>Soberania</b>	<b>Arte de Governar</b>
Singularidade e transcendência do exercício de poder do príncipe em relação aos súditos.	Multiplicidade e imanência dos modos de governar.
Descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder.	Continuidade ascendente, no sentido do bom governo do Estado ter como condição o bom governo de si e da família, e continuidade descendente, na medida em que o bom governo do Estado propicia também um bom governo da família e de si.
Coisas sobre as quais se exerce o poder limitam-se ao território e seus habitantes.	Exerce-se o poder sobre um conjunto de homens e coisas. Sendo que o que se conhece como coisas adquire um sentido amplo abarcando desde as riquezas, os recursos etc; os costumes, os hábitos, as formas de agir e pensar até as desgraças como a fome a epidemia e a morte.
Finalidade do exercício do poder assenta-se sobre a obediência da lei soberana. Finalidade circular, portanto.	Finalidade imanente às coisas a serem dirigidas procurando a perfeição, intensificação dos processos e dos instrumentos de governo por meio de táticas diversas.
Exercício do poder marcado pelo uso da força e da violência.	Busca da sabedoria – entendida no sentido do conhecimento das coisas e dos súditos – e da paciência – entendida no sentido do soberano se por a serviço dos súditos – como marcas principais no exercício do poder.

**Quadro 1 – Soberania versus Arte de Governar.**

Fonte: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 117-153.

A tensão principal que Foucault apreende nesta literatura anti-maquiavel surgida nesse período entre os séculos XV e XVI é uma tentativa de trazer para o nível da gestão do Estado, os princípios de governo que eram utilizados na gestão da família, que, nessa época, se conhecia pelo termo economia entendido como uma série de procedimentos que permitiam ao pai bem governar tanto os membros da família quanto suas propriedades e os seus recursos. Esta arte de bem governar o Estado consistiria, então, em tentar tratar o governo tendo em vista o modelo da

família, ou seja, a maneira específica que um pai rege o bem estar dos membros da família simultaneamente a que cuida de seus bens e recursos; problema que Foucault retirou dos textos de Rousseau,

[...] a palavra economia designa originalmente o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família. Problema, diz Rousseau: como esse sábio governo da família poderá, *mutatis mutandis*, e com as discontinuidades que serão observadas, ser introduzido na gestão geral do Estado? Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens.<sup>202</sup>

Nesta perspectiva, o mercantilismo, para Foucault, foi uma primeira tentativa de se pensar uma arte de governar o Estado se utilizando dos princípios de governo familiares. Porém, ao arrastar esse modelo familiar para dentro das estruturas do modelo soberano, o mercantilismo fracassou como arte de governo, principalmente por se utilizar dos mesmos instrumentos que a soberania se utilizava, ou seja, as leis; e também por tentar buscar a mesma finalidade do exercício do poder soberano, ou seja, o governo do território para a constituição de riquezas e poderio para o soberano,

[...] o mercantilismo viu-se bloqueado e detido, creio eu, precisamente por ter se dado o que como objetivo? Pois bem, essencialmente o poder do soberano: como fazer de modo que não tanto o país seja rico, mas para que o soberano possa dispor de riquezas, possa ter tesouros, que possa constituir exércitos com os quais poderá fazer a sua política? O objetivo do mercantilismo é o poder do soberano, e os instrumentos que o mercantilismo se dá, quais são? São as leis, os decretos, os regulamentos, isto é, as armas tradicionais da soberania.<sup>203</sup>

Destarte, só em fins do século XVII e início do século XVIII se iniciou um desbloqueio desta arte de governar em relação à soberania o que a levaria a ser substituída pela economia política. Foucault relata alguns eventos que intervieram neste desbloqueio no decorrer do século XVII, entre eles podemos citar: a expansão demográfica; a abundância monetária resultante da incursão dos metais preciosos das colônias europeias localizadas nas Américas e o aumento da produção agrária. Não obstante, todos esses eventos giraram a partir da explicitação do problema da população. Só quando se começou a pensar em uma forma de governar esse conjunto de elementos instáveis, sem, contudo deixarem de ser passíveis de intervenção é que se tornou possível a experimentação de uma arte de governar que não mais fosse subordinada ao modelo legal-jurídico da soberania.

---

<sup>202</sup> FOUCAULT, 2008, p. 126-127.

<sup>203</sup> Ibid., p. 136.

O modo de governo que então tomou como alvo a população e seus efeitos instáveis foi a economia política entendida tanto como disciplina de saber quanto técnica de governo própria a um nível de realidade designado como economia,

[...] a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, etc., se constituirá uma ciência que se chamará economia política, e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característico do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política.<sup>204</sup>

Destarte, Foucault, ao transitar pela falência do modelo de exercício de poder soberano e pela sua substituição por um outro, elaborou uma genealogia do Estado Moderno observando três momentos específicos em sua constituição:

[...] em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponderia grosso modo a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo nascido em uma territorialidade de tipo fronteiro nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente.<sup>205</sup>

Percebemos, deste modo, uma passagem por três técnicas distintas de poder vinculadas a três modelos específicos de governo do Estado: a lei, vinculada à soberania; a disciplina, vinculada ao Estado administrativo e os dispositivos de segurança associados ao Estado de governo.

Contudo, é bom deixar bem claro, neste momento, que Foucault não quer dizer que com a passagem de um Estado a outro e de uma tecnologia de poder à outra, que as tecnologias anteriores deixem de existir ou deixem de funcionar no seio das relações sociais. Muito pelo contrário, às vezes, quando da passagem do período de dominância de uma tecnologia à outra, acontece até mesmo certo inflacionamento da tecnologia anterior que multiplica seus elos de contato nos corpos e sua ramificação nas sociedades, embora, a passagem indique que as tecnologias anteriores passam a responder à tecnologia de poder mais contemporânea. O que, neste sentido, nos permite afirmar que o funcionamento das disciplinas e da lei no ocidente atual responde às necessidades de organização dos dispositivos de segurança mesmo que as disciplinas

<sup>204</sup> FOUCAULT, 2008, p. 140-141.

<sup>205</sup> Ibid, p. 145.

existam em muito maior número que anteriormente e que as leis proibam muito mais comportamentos e situações do que no período medieval e na sociedade clássica,

Portanto, vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídicos-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança.<sup>206</sup>

Convém, assim, antes de apresentarmos o conceito de governamentalidade, que marca o ingresso dos dispositivos de segurança como tecnologia de poder dominante no governo dos Estados ocidentais contemporâneos, destacarmos, a título de digressão, as diferenças entre estas três tecnologias de poder: os mecanismos jurídicos-legais; os mecanismos disciplinares e os dispositivos de segurança tomando como critérios de distinção a relação com o espaço, a relação com o acontecimento e a relação com a norma.<sup>207</sup>

Para explicitar a primeira distinção entre estas três modalidades de exercício do biopoder, que se daria em sua relação com o espaço, Foucault toma o exemplo da organização do projeto de três cidades: *La Métropolitée*, para destacar a relação da soberania; *Richelieu*, para relatar a relação das disciplinas e *Nantes*, para explicitar a relação dos dispositivos de segurança.

O primeiro exemplo, expressando a relação da soberania com o espaço, remete ao projeto arquitetônico que *Le Maître*<sup>208</sup> haveria apresentado em meados do século XVII ao rei da Suécia tratando da construção de uma capital para um território que se denominaria *La Métropolitée*. Neste projeto, *Le Maître*, parte da compreensão de um Estado ou um território que seria governado por um soberano, como um edifício contendo três partes constituintes nas quais são destacados: o conteúdo de cada parte; o conjunto de membros que as habitariam e também as funções que relacionariam o conteúdo das partes com os habitantes que as preencheriam.

<sup>206</sup> FOUCAULT, 2008, p. 11.

<sup>207</sup> Ibid., p. 18-27; 58-64; 73-77.

<sup>208</sup> Alexandre Le Maître era engenheiro-geral do Eleitor de Brandemburgo como era conhecido Frederico Guilherme, que governou a Prússia de 1640 a 1688. A Prússia havia tornado-se um Estado a partir da junção de outros dois pequenos reinos ao sul do mar Báltico em 1611: um germânico, o eleitorado de Brandeburgo, o outro eslavo, o ducado da Prússia pertencente à Ordem dos cavaleiros teutônicos.

Neste esquema arquitetural, os camponeses seriam a base encoberta do edifício, garantidora de seu suporte físico e, por ocuparem esta função, deveriam habitar o campo que funcionava também como a face oculta e a base econômica principal de um território naquele século; os artesãos seriam as partes comuns e funcionais do edifício e, por conseguinte, deveriam habitar as pequenas cidades que também funcionariam como as produtoras dos produtos manufaturados que circulariam por todo o território e, por fim, o soberano e os poucos funcionários que comporiam seu *entourage* seriam as partes nobres do edifício, as partes de habitação e recepção, tendo de habitar, com efeito, a capital do país.

A capital, neste esquema de apresentação, deveria estabelecer diversas relações com as demais partes do Estado-edifício: uma primeira seria geométrica, já que, sendo um bom país o que apresentasse a forma de um círculo, sua capital deveria localizar-se em seu centro; uma segunda relação teria o caráter estético e simbólico, funcionando a capital como o ornamento do território, sua porção mais bela e que servisse como um emblema do mesmo em sua apresentação aos demais países; uma terceira relação teria cunho político, na medida em que os tratados e leis, promulgados na capital pelo soberano, deveriam circular e ser implementados por todo o território sem exceção de qualquer uma de suas partes; as questões morais comporiam uma quarta relação da capital com as demais regiões do país pensando a mesma como a disseminadora dos exemplos e bons costumes relativos ao comportamento dos súditos perante o soberano; uma quinta relação seria científica e religiosa, já que, a capital deveria abrigar tanto as academias quanto asilar os melhores oradores sacros, ambos difundindo os conhecimentos e a religiosidade por todas as demais regiões do país e, por fim, a capital também deveria apresentar uma relação econômica com as demais partes da jurisdição, no sentido de ser o lugar do luxo e das trocas das mercadorias que viriam de outros países assim como o centro de distribuição de certo número de produtos fabricados e manufaturados nas pequenas cidades que a rodeariam.

Com este exemplo de *La Métropolitée*, pensada na forma de uma cidade embasada no centro de um território governado por um soberano, Foucault percebe exatamente o modo pelo qual a soberania, como tecnologia de poder, pensa inter-relacionar os elos entre as partes constituintes de um país e as diversas circulações entre sua população e suas riquezas, exemplificando bem a relação da soberania com o espaço, dado o fato de a lógica de organização partir da boa posição ocupada pelo soberano *vis-à-vis* às disposições das demais multiplicidades que compõem ou

circulam por este território, ou seja, o que ratificaria uma boa relação seria a que espacialmente sustentar-se-ia por um bom posicionamento do soberano no território por ele governado fazendo sobrepor-se e intercambiarem-se um Estado de soberania, um Estado territorial e um Estado comercial, com o objetivo maior de capitalizar um espaço da melhor forma possível por meio desta lógica soberana,

[...] me parece que temos aí uma definição da cidade, uma reflexão sobre a cidade, essencialmente em termos de soberania. Ou seja, a relação da soberania com o território é que é essencialmente primeira e que serve de esquema, de chave para compreender o que deve ser uma cidade-capital e como ela pode e deve funcionar. Aliás, é interessante ver como, através dessa chave da soberania como problema fundamental, vemos surgir um certo número de funções propriamente urbanas, funções econômicas, funções morais e administrativas. [...] Um bom soberano, seja ele um soberano coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial. Pois bem, tudo isso, essa ideia da eficácia política da soberania está ligada aqui à ideia de uma intensidade das circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também [...] trata-se, no fundo, de superpor o Estado de soberania, o Estado territorial e o Estado comercial. Trata-se de amarrá-los e de reforçá-los uns em relação aos outros.<sup>209</sup>

No segundo exemplo, expressando a relação das disciplinas com o espaço, Foucault nos apresenta o projeto de construção de uma pequena cidade no interior da antiga província de *Touraine* denominada *Richelieu*. Esta cidade, como outras planejadas e construídas no norte da Europa<sup>210</sup> entre fins do século XVI e início do século XVII, e como no caso do Brasil, efetivou-se a construção de Brasília entre 1957 e 1960, foi construída a partir do nada em um local distante de qualquer habitação tendo como matriz organizativa um projeto piloto cuja forma encontrava no modelo do acampamento romano sua semelhança primeira que, com efeito, tinha nas subdivisões quadradas e retangulares sua organização principal<sup>211</sup>.

Sendo uma cidade planejada, as disposições dos locais de habitação e moradia e os locais de comércio e convivência corresponderiam a um jogo entre simetrias e dissimetrias entre os distanciamentos dos quadrados e retângulos formadores das áreas constituintes da cidade e das

<sup>209</sup> FOUCAULT, 2008, p. 19-20.

<sup>210</sup> Foucault cita as cidades de Kristiania e Gotemburgo na Suécia seguindo o mesmo exemplo de tratamento do espaço.

<sup>211</sup> É bom destacarmos que a semelhança que atribuímos a estas cidades do norte da Europa e *Richelieu* com Brasília dá-se somente por serem cidades planejadas e construídas em locais antes desabitados e que em sua organização espacial são destacadas áreas com funções específicas. Não queremos ajuntar ao modelo de construção de Brasília a forma do acampamento militar romano apontada por Foucault como matriz organizativa dessas cidades planejadas em fins do século XVI e início do século XVII.

funções de cada área pensadas a partir das larguras dessa trama quadricular formada por suas ruas.

Nesse esquema organizador, as ruas cujos retângulos fossem mais largos deveriam ser dedicados à habitação dos moradores da cidade, sendo que, no interior destas habitações haveria o destacamento de casas maiores, que dariam para a rua principal, e casas menores, que ficariam de frente para as ruas perpendiculares, ficando a organização de tais disposições em virtude da renda e a posição social dos indivíduos que ali habitassem. As ruas cujos retângulos formassem uma relação mais estreita deveriam ser dedicadas ao comércio e a convivência pensando no fato da proximidade intensificar os fluxos comerciais e de convivência realizados nessas localizações que deveriam situar-se no sentido oposto do das moradias.

Foucault pensa que a relação das disciplinas, na organização destas cidades planejadas, se dá pela obediência que os princípios arquitetônicos das mesmas possuem consoante à criação de espaços vazios e fechados onde multiplicidades artificiais são construídas e organizadas conforme um tríplice princípio de hierarquização, comunicação das relações de poder e sustentação de funções específicas esperanças de um efeito determinado nas multiplicidades que por lá circulariam,

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, a constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc.<sup>212</sup>

No terceiro exemplo, que correlaciona os dispositivos de segurança ao espaço, Foucault fala de projetos reais de urbanização existentes no fim do século XVIII e, em específico, relata o projeto de urbanização de *Nantes* apresentado por *Vigné de Vigny* que era um arquiteto do Rei e da sociedade de Londres.

Este projeto respondia a questões reais agrupadas em dois eixos principais de acontecimentos: o primeiro tratava da situação atual em que a cidade se encontrava e o segundo projetava-a em uma perspectiva de garantir seu desenvolvimento futuro.

---

<sup>212</sup> FOUCAULT, 2008, p. 23.

As questões do primeiro eixo moviam-se em torno da garantia de funções importantes para o convívio saudável dos habitantes, a manutenção do comércio interno e externo da cidade e a possibilidade de conservação da vigilância. Foram arroladas, assim, preocupações com a abertura de ruas largas o bastante que a atravessassem de ponta a ponta e garantissem simultaneamente: a circulação do ar, evitando as doenças causadas pela contenção dos miasmas em locais de ruas muito estreitas; a garantia da rápida circulação das mercadorias trocadas no comércio interno à cidade; a articulação destas grandes ruas com saídas externas para facilitarem o comércio externo com outras cidades sem, contudo, perder o controle aduaneiro e, por último, intensificar a vigilância pela garantia da rápida circulação dos indivíduos encarregados da mesma.

Neste primeiro eixo tratava-se, no fundo, de uma tentativa de depuração das circulações que atravessam a cidade, tanto as que acontecem em seu interior quanto as que proviessem de regiões externas, no sentido de procurar-se avivar as boas circulações e tornar menos prováveis as más circulações, sabendo-se de antemão, da não possibilidade de eliminar-se qualquer uma delas.

No segundo eixo pensava-se na possibilidade de ingressarem-se as circulações atuais que atravessavam a cidade em um projeto de desenvolvimento futuro. Foucault, então, explicita detalhes do projeto de *Vigné de Vigny* que abordavam a construção de uma área portuária em uma das margens do rio *Loire* que facilitariam o comércio exterior da cidade, contudo, temendo que com o futuro crescimento em extensão de somente um dos lados da cidade perder-se-ia o controle das circulações atuais, o projeto também apresentava a construção, apoiada em ilhas, de pontes que permitiriam a existência de bairros de ambos os lados do rio para que a cidade crescesse de forma mais ou menos circular facilitando o controle de suas circulações tanto atuais quanto futuras.

O destaque principal dado por Foucault aos dispositivos de segurança, em sua relação com o espaço, em contraste com os mecanismos jurídicos legais e com os mecanismos disciplinares, é que aqueles partem da problemática das circulações reais e atuais de determinada região que são postas em intercâmbio com séries indefinidas de acontecimentos e elementos que as adentram trazendo certas instabilidades que são possíveis apenas de gerir sem, contudo, eliminar, daí pensar-se seu controle mais em termos de estimativas de probabilidades do que posicionamento

capitalizante regional do governo, como é o caso da soberania, ou construção de locais fechados e hierarquizados com funções previamente programadas, como é o caso das disciplinas,

Digamos para resumir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado.<sup>213</sup>

Destacados os contrastes das três tecnologias de poder quanto à sua relação com o espaço passemos ao segundo grupo de contrastes que toma o tratamento que as mesmas concedem ao acontecimento.

O exemplo tomado por Foucault para indicar este contraste foi um acontecimento bastante temido pelos governos europeus entre os séculos XVII e XVIII que era a escassez alimentar, entendida como certa raridade dos cereais mais consumidos pelas populações que geravam o agravamento do problema da fome nas cidades devido à alta dos preços dos mesmos que impossibilitavam sua compra pelas camadas mais pobres podendo redundar, como desfecho final, em revoltas populares as quais se encontravam entre os principais acontecimentos que os governantes procuravam conjurar no ínterim destes dois séculos.

Os motivos para a ocorrência da escassez alimentar pensados pelos governos dessa época alinhavam-se em duas explicações complementares: uma cosmológica-política da má fortuna, que explicava os períodos de seca ou geada acima da normalidade prejudicando, assim, as colheitas de cereais no campo e outra jurídico-moral da má natureza humana, que daria conta da ação comum praticada pelos comerciantes nestes períodos, nos quais era trivial a estocagem dos alimentos com o intuito de aumentarem seus lucros quando da alta posterior dos preços.

Contra esse acontecimento os governos preparavam todo um sistema jurídico e disciplinar de proibições baseadas em:

[...] limitação de preços, limitação principalmente do direito de estocagem (proibição de estocar, logo necessidade de vender imediatamente), limitação da exportação (proibição de enviar cereais para o exterior), tendo como única restrição a isso a limitação da extensão dos cultivos, na medida em que, se os cultivos de cereais forem demasiado extensos, demasiado abundantes, o excesso de abundância acarretará uma queda nos

---

<sup>213</sup> FOUCAULT, 2008, p. 27.

preços tal que os camponeses terão grandes perdas. Portanto toda uma série de limitações – de preços, de estocagem, de exportação e do cultivo.<sup>214</sup>

Com esta série de medidas restritivas os governos tinham por objetivo a regulação dos preços dos cereais em um limite mínimo de modo que os camponeses pudessem vendê-los nas cidades ao menor preço possível, obtendo assim lucros baixos, o que garantiria que se pudesse também pagar salários baixos aos residentes urbanos, já que, poderiam se alimentar com um pequeno custo.

Foucault relaciona todas essas medidas jurídico-disciplinares ao mercantilismo, que dominou a Europa como doutrina econômico-política e também como prática de governo, neste período entre o início do século XVII e o início do século XVIII, apresentando todos os fracassos destas medidas em conjurar o acontecimento da escassez alimentar por, em limitando o lucro dos camponeses, desestimular, por conseguinte, a plantação dos cereais nos campos fazendo com que qualquer pequena alteração no clima ou nas condições de plantio e colheita trouxesse novamente o acontecimento à tona.

O destravamento do problema será encontrado na análise de um texto de *Louis-Paul Abeille* que trata das medidas que os fisiocratas criaram e que serviram de políticas governamentais do meado ao fim do século XVIII e que respondiam de forma diferente ao problema da escassez alimentar. Análise e políticas, por meio das quais, Foucault percebe a implementação dos dispositivos de segurança.

A primeira ação adotada pelas medidas fisiocratas era o estabelecimento da liberdade de circulação dos cereais, liberdade tanto interna, que resultava da suspensão das medidas de proibição da manutenção dos estoques, quanto externa que resultava da suspensão das proibições das importações e exportações de cereais.

Deste modo, reconhecendo o jogo incerto dessas liberdades, primeiramente arrancar-se-ia a compreensão da escassez alimentar do duplo modelo cosmológico-político, que a entendia como má sorte do soberano, e jurídico-moral, que a entendia como resultado da má natureza humana, tal qual a entendiam as medidas mercantilistas de governo ao buscar extirpá-la de vez. Com os fisiocratas, reduzir-se-á a escassez a uma mera eventualidade, a qual não se é possível eliminar

---

<sup>214</sup> FOUCAULT, 2008, p. 42.

por completo e sim regular em certo nível aceitável, colocar no interior de certa curva normal com probabilidades específicas, aceitá-la em certo nível de realidade ao mesmo tempo atual, sem, contudo, deixar de ser passível de intervenção-programação, e, assim a percebendo, a escassez poderá ser tratada como apenas uma quimera e não uma tragédia de grandes proporções como era pensada no mercantilismo. A concepção dos mecanismos de mercado assim concebida pelos fisiocratas torna-se uma análise do que acontece e uma programação do que deve acontecer.

Posteriormente ampliar-se-á a análise para todo o processo de produção, distribuição e consumo dos cereais reconhecendo que o fato gerador da escassez estava mais próximo dos resultados das medidas jurídico-disciplinares, que ao manterem um baixo preço de venda dos cereais no mercado por parte dos camponeses acabava por desestimular o seu plantio, do que por eventos de ordem maior. Com a liberdade de circulação garantir-se-ia que os preços dos cereais também oscilassem dentro de uma curva mais ou menos regulável pela oferta e demanda dos mesmos num mercado que deixava de se restringir às fronteiras nacionais da França e passava a circunscrever toda a Europa garantindo assim um lucro considerável por parte dos camponeses que traria como efeito o aumento da área plantada gerando uma maior probabilidade de amenização da escassez. Ampliação da análise, portanto, tanto do lado da produção dos cereais quanto do lado do mercado destes mesmos cereais,

Primeiro, a análise teve de ser consideravelmente ampliada. Primeiro, ela tem de ser ampliada do lado da produção. Mais uma vez, não se deve considerar simplesmente o mercado, mas o ciclo inteiro, desde os atos produtores iniciais até o lucro final. O lucro do agricultor faz parte desse conjunto que é preciso, ao mesmo tempo, levar em conta, tratar ou deixar desenvolver-se. Em segundo lugar, ampliação do lado do mercado, porque não se trata simplesmente de considerar um mercado, o mercado interno da França, é o mercado mundial de cereais que deve ser levado em conta e posto em relação com cada mercado no qual o cereal pode ser vendido.<sup>215</sup>

Um último item deslocado com essa análise dos fisiocratas é a ampliação da mesma em relação aos coadjuvantes do processo de circulação dos cereais, dado o fato que esta análise em vez de lhes impor regras e restrições tratará de buscar compreender os cálculos que cada um realiza para plantar, estocar, vender e garantir sua lucratividade com o manejo destes cereais,

[...] ampliação também do lado dos protagonistas, na medida em que, em vez de lhes impor regras imperativas, vai-se procurar identificar, compreender, conhecer como e porque eles agem, qual o cálculo que fazem quando, diante de uma alta dos preços, eles retêm os cereais, que cálculo, ao contrário, vão fazer quando sabem que há liberdade,

---

<sup>215</sup> FOUCAULT, 2008, p. 53.

quando não sabem que quantidade de cereal vai chegar, quando hesitam em prever se haverá alta ou baixa do cereal.<sup>216</sup>

Partindo deste texto da corrente fisiocrata da análise dos cereais e colocando *vis-à-vis* de um lado os mecanismos jurídicos-disciplinares presentes nas intervenções mercantilistas e de outro os dispositivos de segurança presentes nas intervenções dos fisiocratas, Foucault relatará três tipos de distinção quanto ao modo de considerar o acontecimento: um referente aos elementos presentes tanto na análise quanto nas medidas governamentais tomadas; outro referente ao tratamento do detalhe na análise e nas medidas governamentais e um terceiro referente ao jogo com o código do permitido e do proibido.

Como primeira distinção, que trata de ajuntar os elementos em suas respectivas análises e medidas, enquanto as disciplinas atuariam de maneira centrípeta, ou seja, isolando um espaço, determinando um segmento, concentrando, centrando e encerrando; os dispositivos de segurança atuariam, pelo contrário, de maneira centrífuga, ou seja, tanto na análise quanto na adoção de medidas, novos elementos seriam integrados a todo o momento, em outras palavras: círculos cada vez mais amplos seriam integrados ao espaço de implementação desses dispositivos. Distinção perfeitamente visível nos tipos de apreensão dos mecanismos de mercado operados pelas duas tecnologias de poder ao tratar do acontecimento da escassez de cereais.

A segunda distinção se daria no tratamento do detalhe. Nesta, enquanto as disciplinas atuariam no sentido de regulamentar tudo e com isso buscar a anulação de todos os pequenos detalhes que supostamente pudessem escapar a sua regulamentação; os dispositivos de segurança reconheceriam detalhes imprescindíveis em certo nível de realidade e a partir de um apoiar-se nos mesmos criando medidas de intervenção, sem considerá-los *a priori* bons ou ruins, é que se buscaria barrá-los, ajustá-los e, por fim, produzir efeitos desejáveis sobre a população que é seu objeto,

A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe. A segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, que vão ser tomados como processos necessários, inevitáveis, como processos naturais no sentido lato, e vai se apoiar nesses detalhes que são o que são, mas que não vão ser considerados pertinentes, para obter algo que, em si, será considerado pertinente por se situar no nível da população.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> FOUCAULT, 2008, p. 53-54.

<sup>217</sup> Ibid., p. 60.

A terceira distinção se dá na posição tomada em relação à modulação do jogo entre o permitido e proibido. Nesta modulação Foucault perceberá que tanto os mecanismos jurídicos-legais quanto as disciplinas apoiam-se nesta distinção de base ao lidar com o acontecimento.

A lei prescrevendo tudo o que é proibido em determinada realidade, ou seja, sustentando-se em um pensamento negativo, determinará, em uma realidade qualquer, tudo aquilo que não pode ser realizado, sendo o restante permitido. Ajuntando as noções de ordem e desordem, podemos também afirmar que, partindo de uma noção de desordem determinar-se-á tudo o que a anularia para que o que restasse fosse a ordem.

As disciplinas, também se apoiariam neste jogo entre proibido e permitido, só que sua ação dar-se-ia na determinação do permitido, transformado por elas em obrigatório ao prescrever a cada um tudo que ele deve realizar durante seu estado de vigília, sendo todo o restante proibido.

Para Foucault os dispositivos de segurança não atuariam, *a priori*, nem na esfera do proibido nem da do permitido ou obrigatório, tratar-se-ia de primeiramente tomar-se certo distanciamento do acontecimento para tratá-lo em sua realidade efetiva e assim se utilizando de permissões ou proibições adequadas aos elementos de realidade do acontecimento poder-se-ia reforçar efeitos positivos ou diminuir a intensidade de elementos negativos no próprio jogo da realidade em si, regulando-o em certa modulação esperada,

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu fundamental nos dispositivos de segurança.

Tendo sido tratadas as distinções entre as três tecnologias de poder quanto a sua relação com o espaço e com o acontecimento, tomemos o terceiro e último elemento de distinção, destacado por Foucault, que as diferencia segundo suas relações com a norma.

Em relação à norma, Foucault não se presta a discorrer sobre os mecanismos jurídicos-legais. Apenas, sugerindo uma leitura de Kelsen, diz que a relação de um sistema normativo presente em qualquer sistema jurídico é distinto dos procedimentos, processos e técnicas de normalização que ele apreenderia da observação do funcionamento dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos

de segurança que funcionariam a partir de baixo, nas margens e talvez até mesmo na contramão de um sistema de normatividade interno a uma lei.

Tomando primeiramente as disciplinas, Foucault reconhecerá que a norma surgiria nelas como algo *a priori*. Uma certa normatividade é pensada e tenta-se, por meio de seus mecanismos, ajustar a multiplicidade dos comportamentos individuais dos corpos encerrados em seu espaço de atuação a essa codificação normativa: Foucault diria que se trata de um regime de normação mais do que de um regime de normalização, ou seja, a norma é primeira em relação à normalização, funcionando as disciplinas como uma espécie de fôrma para as multiplicidades atreladas ao seu regime.

Nos dispositivos de segurança, a norma surgiria *a posteriori*, ou seja, por meio da observação do funcionamento livre de certos acontecimentos no interior da população é que se produziria uma codificação que visaria muito menos sua eliminação do que sua entrada em uma curva de normalidade, dessa maneira, a normalização visaria à introdução dos acontecimentos dentro de certos limites considerados gestáveis por esses dispositivos.

Pensando na introdução desses dispositivos de segurança em fins do século XVIII nas artes de governar dos Estados europeus é que Foucault elaborou o conceito de governamentalidade o entendendo como,

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.<sup>218</sup>

Governamentalizar um Estado seria, assim, ajuntar em um mesmo jogo a população como alvo principal, produções de verdade por meio da Economia Política e técnicas de intervenção guiadas pelos dispositivos de segurança.

Percebemos, assim, a exposição de três maneiras diversas de governar as forças do Estado nesse trajeto que marca o esmorecimento da soberania como princípio organizador das relações de poder e o alvorecer da governamentalidade ocupando essa posição: um período destacado pela

---

<sup>218</sup> <sup>218</sup> FOUCAULT, 2008, p. 143.

Pastoral Cristã; um período que põe em evidência uma Razão de Estado e por fim um período marcado pelo Liberalismo.

Na Pastoral Cristã, que abarca todo o momento medieval, temos primeiramente uma cisão entre a condução dos homens e a soberania política delimitando a organização das relações de poder da época: cabia ao pastorado a condução dos homens rumo a uma salvação no além mundo, sendo que, essa condução tinha por princípio uma relação de obediência total e irrestrita dos conduzidos em relação aos condutores e, cabia ao soberano a manutenção de seu território.

As duas modalidades de poder relacionavam-se apenas na medida das trocas e justaposições entre a Igreja e o principado articulados por meio da noção do Império dos últimos dias que criava um ambiente em que caberia ao soberano terrestre conduzir os seus súditos, com o auxílio do pastorado, ao Império do Cristo que extinguiria o período temporal do Estado.

O Estado, assim, nesse momento, além de não encontrar em si mesmo sua razão de ser, tendia para essa espécie de Império territorial dos últimos dias que deveria ser substituído no fim dos tempos pelo Império divino. Ao soberano, caberia, portanto, conduzir seus súditos a esse momento final em que entregaria sua soberania à soberania divina. Tendo assim, como sua principal função, a condução da maior parcela possível de seus súditos a esse momento final de salvação.

Com a passagem para a Razão de Estado entre os séculos XVI e XVII esse objetivo da Pastoral será por completo deslocado, ou seja, o Estado terá sua razão de ser em si mesmo e a atuação do soberano se dará no sentido de uma ampliação das forças internas do próprio Estado pensado, nesse momento, em constante concorrência com uma pluralidade de outros Estados que viriam a constituir o espaço Europeu elidindo por completo a perspectiva de um Estado ocupar esse status imperial. Contudo, alguns elementos da Pastoral serão reintegrados nos procedimentos da Razão de Estado, a ideia de salvação deslocar-se-á dos indivíduos para o próprio Estado e a condução dos súditos permanecerá, só que, presa a este mundo e não a um mundo que o substituiria num momento derradeiro.

Foucault, nos mostra a organização de três pontos de apoio para a constituição desse espaço concorrencial entre os Estados europeus:

- A criação de um aparato diplomático-militar permanente que garantiria o equilíbrio das forças entre a multiplicidade dos Estados, apagando a possibilidade de um deles vir a se colocar como dominador dos demais, elidindo-se, com efeito, a noção de Império;
- A consequente ideia da balança européia que funcionaria como garantidor de uma limitação na orientação externa da Razão de Estado e;
- A criação de uma força policial (estado de polícia) constante e ilimitada que teria como objetivo fazer crescer de dentro as forças do Estado. Nesta criação de um estado de polícia é que se reinscreverão os procedimentos da condução próprios da Pastoral Cristã por os súditos serem considerados como uma das principais forças presentes em um Estado.

A criação desse espaço de concorrência entre os Estados com a consequente necessidade do conhecimento das forças constitutivas de cada um deles, trará a eminência de uma forma de saber que é a economia política que, a partir de então, passará a figurar como o principal saber e ação governamental que garantirá o equilíbrio europeu nesse espaço concorrencial.

Entramos, assim, no Liberalismo que marcou um novo momento das artes de governar no ocidente. E que colocou a economia política como a forma principal de saber que funcionou no Estado Moderno como o sustentáculo dos cálculos e maneiras de geri-lo no sentido do investimento político sobre a majoração de suas forças.

Tendo percebido essa importância da economia política, Foucault dedicou o curso do ano seguinte<sup>219</sup> ao estudo do desenvolvimento desta disciplina de saber e prática de governo.

Realizou assim um escrutínio rigoroso do Liberalismo em suas principais fases tendo o cuidado de o entender,

[...] não como uma teoria, nem como uma ideologia e, ainda menos, como um modo de a “sociedade se representar”, mas como uma prática, como uma “maneira de fazer” orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua. O Liberalismo deve ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, à regra interna da economia máxima.<sup>220</sup>

<sup>219</sup> FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard Seuil, 2004.

<sup>220</sup> Ibid., p. 324.

Uma das principais características do funcionamento do Liberalismo como prática de governo levantada por Foucault trata-se do mesmo fundar-se na questão que sempre se governa demais, ou seja, é preciso haver algo que justifique a existência de um aparelho de governo que tenha seu fim distanciado de si próprio.

Nessa pretensão é confrontada à Razão de Estado a manutenção do estado de polícia que tinha como princípio conduzir e ampliar cada uma das forças do Estado, inclusive, seus súditos, ou seja, se com a Razão de Estado os objetivos internos de governo eram ilimitados necessitando de limitadores externos, no Liberalismo o ato de governar encontrará uma limitação interna. Neste sentido, o Estado, dentro da perspectiva liberal, já não pode encontrar em si mesmo a justificativa de sua existência: ele deve existir para servir a outra coisa que não ele mesmo.

Dessa maneira o Liberalismo criou a sociedade civil como aquilo que justificaria e sustentaria as intervenções de governo por parte do Estado. Em outras palavras, se existe Estado é para que ele sirva à sociedade civil e sempre a atuação daquele sobre esta deve ser vista com a desconfiança de ser excessiva,

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é com isso, digamos assim, que se assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, o crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar.<sup>221</sup>

Entre as correntes que esta prática de governo possuiu do século XVIII ao nosso presente, Foucault observou somente diferenças de perspectiva.

No Liberalismo Clássico, essa possibilidade de atenuar-se de forma acentuada o governo da sociedade civil pelo Estado assentava-se no credo de que os indivíduos eram naturalmente materialistas, individualistas e utilitaristas, ou seja, não haveria a necessidade de um governo da sociedade civil porque naturalmente os indivíduos buscavam satisfazer suas necessidades por meio de um aumento de suas riquezas constituído a partir de uma atividade individual e nesse percurso a sociedade civil se organizaria por si própria extinguindo a necessidade de uma intervenção por meio do Estado nesse nível da realidade. Ao Estado, caberia apenas observar e reconhecer as leis que emanariam naturalmente daquele espaço de concorrência e abster-se de intervir para não atrapalhar o seu natural desenvolvimento.

---

<sup>221</sup> FOUCAULT, 2004, p. 29.

Porém, no Neoliberalismo, após a comprovação histórica de que a ação descontrolada das atividades econômicas individuais não levaram a um conjunto harmônico da sociedade civil<sup>222</sup>, tomou-se como artifício esta possibilidade do individualismo, do materialismo e do utilitarismo figurarem como modos de constituição dos componentes da sociedade civil. Com efeito, no Neoliberalismo tem de haver uma intervenção maciça do Estado sobre a sociedade civil para garantir a moldura do mercado; para garantir que o mercado haja como regulador ou enformador da sociedade,

Ele (o Estado) tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. Vai se tratar portanto, não de um governo econômico, como aquele com que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade.<sup>223</sup>

Neste sentido, da perspectiva do Neoliberalismo – em especial o da Escola de Chicago<sup>224</sup> – segundo Foucault, o sujeito materialista, individualista e utilitarista que garantiria a extinção do Estado deveria ser produzido para que fosse possível uma organização autônoma da sociedade civil. O que o faz alastrar suas práticas, na tentativa dessa produção, a domínios bem distintos do econômico.

E, tal perspectiva é bem explicitada quando Foucault descreve os princípios de funcionamento desse Neoliberalismo da Escola de Chicago que,

[...] busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a política penal.<sup>225</sup>

Aqui talvez Foucault já deixe claro que a perspectiva do Neoliberalismo não se limita a um esvaziamento das operações do Estado por meio da extinção de seus serviços atuantes no governo

---

<sup>222</sup> Com a crise de 1929 ficou claro que a perspectiva de Adam Smith da mão invisível não era passível de comprovação em virtude das ações individuais dos capitalistas terem guiado a economia mundial a uma crise nunca antes vista. Também no caso do ordoliberalismo alemão, para conjurar o retorno do Estado Nazista, pensava-se em tomar o modelo do mercado e fazê-lo funcionar como uma espécie de política de vida no sentido de produzir estas individualidades utilitaristas que conjurariam o retorno do Nazismo como modelo de organização do Estado Alemão.

<sup>223</sup> FOUCAULT, 2004, p. 151.

<sup>224</sup> Dado o fato de que no Ordoliberalismo Alemão tratava-se mais de permitir a constituição de um Estado que tivesse por princípios os mecanismos de regulação do mercado.

<sup>225</sup> FOUCAULT, 2004, p. 329.

da sociedade civil, pelo contrário, o que marca o exercício dessa estratégia de poder é alastrar-se pela sociedade civil produzindo essas individualidades que promovam a extinção do Estado.

Tal estratégia de governo, portanto, toma a matriz mercadológica entendida como *lócus* de veridicção<sup>226</sup> e a alastra por espaços os mais capilares possíveis da sociedade civil como uma espécie de comandos operadores do uso de si das singularidades produzidas nessa sociedade. Produz e consome liberdades regulando por meio dos dispositivos de segurança as crises de governamentalidade sempre presentes em suas frágeis estratégias de governo. O que nos faz perceber, com esses dois cursos de Foucault, a clara organização das biopolíticas em torno da arte de governar liberal inscrita em seu momento contemporâneo no que conhecemos por neoliberalismo.

Encontramos, assim, com Foucault, o modo de funcionamento de nosso comando contemporâneo que, diferentemente do conto kafkiano, não nos mobiliza a construir enormes muralhas, embora atue com o mesmo mistério e, talvez de maneira um pouco mais sutil ao criar um espaço concorrencial no qual quanto mais aderimos mais temos colados em nós seus laços interventores,

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial.<sup>227</sup>

É competindo que obedecemos ao nosso comando, e é competindo que nos constituímos segundo os princípios morais dessa nossa sociedade capitalista que nesse momento de comando neoliberal procura alastrar as formas empresa até o seu grão mais fino,

[...] trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas ‘empresa’ que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Veridicção entendida como *lócus* de produção de verdade, ou seja, o critério de julgamento de uma sentença ou de um ato passam a provir do espaço concorrencial garantido pelas relações de troca do mercado.

<sup>227</sup> FOUCAULT, 2004, p. 152.

<sup>228</sup> Ibid., p. 154.

E é no processo desencadeado por esse elo entre a governamentalidade neoliberal e o corpo dos sujeitos contemporâneos que localizamos o empresariamento da vida, ou seja, para competir cada vez mais acirradamente os sujeitos têm de tomar como princípios de constituição de si os enunciados propagados pela gerência, tomando suas vidas uma aplicação de um tipo de capital que é atualmente denominado capital humano.

Já que, para que as formas empresa possam se generalizar, se difundir por toda a sociedade, faz-se necessário que a própria vida individual passe a ser percebida por cada sujeito como um tipo específico de capital; um capital que se acumula na forma de uma melhor aptidão, de uma melhor capacidade, de uma melhor competência para se auferir no futuro uma determinada remuneração, ou seja, faz-se necessário um investimento em si por si nos moldes de um capital humano para que o sujeito torne-se competente o bastante para auferir uma renda no espaço emoldurado da concorrência artificialmente criado pela ação governamental. O que, com efeito, cria a obrigação de cada sujeito conceber-se como um empresário de si mesmo,

*O homo economicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo economicus parceiro da troca por um homo economicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda.*<sup>229</sup>

O que nos faz concluir, neste segundo capítulo, que o correlato do comando neoliberal em nível de intervenção governamental corresponde ao empresariamento da vida em nível da ação individual do uso de si fazendo com que o discurso gerencialista funcione ao mesmo tempo como sintoma e como articulador desta tomada da vida pelo poder, convertendo-a, em nossas condições contemporâneas, em capital humano. Todos os descaminhos que uma vida poderia embrenhar-se, como percebemos no primeiro capítulo, são enjaulados em uma modulação em que os sujeitos nela capturados tratam de considerar as múltiplas relações que os afetam somente como possibilidades de capitalização de um capital tomado sob si mesmas, pensando como sendo elas mesmas.

Ironias à parte, tal processo de empresariamento de si nos parece se assemelhar, ao menos em um aspecto, ao princípio da pastoral cristã no modo como os sujeitos que por ele são capturados tem conduzidos seus cotidianos nesse momento de governamentalidade neoliberal: uma obediência

---

<sup>229</sup> FOUCAULT, 2004, p. 232.

total e cega aos princípios de competição anunciados pelo *Deus ex machina* do mercado criado e protegido por uma rígida e contínua intervenção dos Estados contemporâneos.

Chegamos assim, no final deste segundo capítulo no momento de encararmos de frente este discurso que articula a captura das singularidades e acontecimentos possíveis de uma vida convertendo-os em fonte de capitalização de si por si no modelo do capital humano, formando uma jaula emoldurada com os princípios da concorrência e que serve de elo entre as intervenções dos Estados neoliberais articulados em uma arquitetura imperial e os corpos dos sujeitos que são duplamente estimulados pelas errâncias de uma vida e os aparelhos de captura do discurso gerencialista.

Mas, antes, faremos a exposição de alguns procedimentos de análise tanto do que já fizemos nos dois primeiros capítulos quanto do que faremos no quarto e último capítulo que encerrará nossa jornada guiada pela identificação do mando do império rizomático que articula o corpo político de nosso momento contemporâneo.

### CAPÍTULO 3

#### INTERMEZZO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sabemos que em uma pesquisa quase nunca é claro, para quem escreve, o caminho que se toma para enfrentar o problema que expressa uma inquietação que na maioria das vezes ainda não tem palavras e visibilidades que deem conta de sua natureza turbilhonar. Afirmarmos isso porque pensar, nas filosofias às quais nos aliamos para desenvolver este trabalho, é sinônimo de instalar-se na zona intersticial em que palavras e coisas, enunciados e visibilidades ainda não estabeleceram um acordo de sentido, necessitando, portanto, de uma abertura do escritor para as forças que aí se precipitam para ajuntar num modo de subjetivação o que deve ser falado e visto sobre aquilo que ainda não tem nome e não tem visibilidade embora, mesmo assim, bate às portas e tira o sossego do escritor que pretende dar corpo à pesquisa.

Tomando esta perspectiva, os passos que seguem podem ser tomados muito mais como certa cautela e cuidado ao abordar os conceitos que até aqui foram expostos e que funcionarão, no capítulo seguinte, como uma espécie de apoio para os enunciados que lá serão explicitados e muito menos como um método rigoroso e inerte que serviria a todos que se investissem em um percurso semelhante.

Primeiramente, então, buscamos em livros, revistas científicas, teses e dissertações o material teórico suficiente para embasar os argumentos que foram criados na construção deste trabalho. Foi assim que foram escritos o primeiro e o segundo capítulo desta pesquisa em que dialogamos abertamente com vários intercessores buscando nos aproximar de uma denominação da vida e posteriormente da descrição dos dispositivos de poder que capturam parcialmente seus deslocamentos.

Um segundo momento desta pesquisa passou por uma arqueologia<sup>230</sup> do discurso gerencialista tentando apurar suas regularidades, seus enunciados, sua formação discursiva e, principalmente,

---

<sup>230</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002f.

seu poder de disseminação. Mergulhamos na literatura gerencialista com o objetivo de perceber sua lógica interna de organização<sup>231</sup> e os operadores do seu efeito contaminador.

Dividimos, assim, o discurso gerencialista, para melhor o apreendermos, em duas categorias principais:

- A primeira, mais acadêmica, e que serve como base de formação para os profissionais da área de administração e que é composta pelas discussões da disciplina Estudos Organizacionais, foi tratada segundo três narrativas principais: a racionalidade; a integração e o mercado. Nesta primeira apreensão foram destacados os elementos que permitem que este discurso dilua seus enunciados nas demais áreas de saber sem, contudo, nesta formulação, alcançar grandes contingentes de indivíduos, dada a restrição de sua circulação ao meio acadêmico e a um pensamento centrado no controle dos recursos e das ações dos sujeitos submetidos a um emprego em uma organização de médio a grande porte que possua um modelo gerencial formal;
- A segunda, mais popular, sendo desprezada parcialmente nos debates dos profissionais da área de Administração, nos pareceu mais proveitosa em termos de sua diluição pelo corpo social, tanto pelo fato de serem sucessos em vendagem quanto por serem vistos sob leitura nos locais mais comuns da vida cotidiana: no ônibus, no metrô, no trem e demais locais que circulamos no dia a dia para verificarmos a procedência de nossos argumentos na análise de nosso objeto de estudo. Analisamos nesta segunda apreensão três livros de autoajuda gerencial: “Quem mexeu no meu queijo”<sup>232</sup>, “Pai rico e pai pobre”<sup>233</sup> e “O segredo de Luisa”<sup>234</sup>. No primeiro percebemos como principal enunciado a adaptação dos indivíduos aos trabalhos do mercado neoliberal globalizado, no segundo a transmissão da lógica da competição a qualquer custo como base do comportamento individual por meio de uma pedagogia do empresariamento e, no terceiro, o principal enunciado é a transmissão da possibilidade do controle do acaso por meio de ações direcionadas por um

---

<sup>231</sup> Essa lógica interna ou fundamento de verdade, que na perspectiva de Foucault (2002f) seria a organização dos enunciados que justificam ou denegam o que é dito nesta formação discursiva é o que ele denomina nível das coisas ditas ou do arquivo. E, no caso, seria este terreno que a arqueologia, como método de análise das formações discursivas, teria como objeto. Fazer uma arqueologia do discurso gerencialista nada mais é que buscar esse nível das coisas ditas ou do arquivo desse discurso.

<sup>232</sup> JOHNSON, Spenser. **Quem mexeu no meu queijo**. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>233</sup> KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 53. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2002.

<sup>234</sup> DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luisa**. 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

planejamento estratégico do cotidiano. Adaptação ao mercado neoliberal, competição a qualquer custo como imperativo de convívio e controle do acaso, nos pareceram os princípios da modulação do empresariamento da vida que circulam nestes livros que abrangem um público mais numeroso.

Finalmente, um terceiro momento, que na verdade ocorre no mesmo passo que o segundo, foi dedicado a uma cartografia tendente a analisar “o como” do discurso gerencialista. Em que sentido? No sentido de tentar capturar, de um lado, a maneira como o mesmo interpela os corpos, transformando-os em seus sujeitos de enunciado, e, por outro lado, as maneiras como alguns extratos da sociedade criaram linhas de fuga para tentar escapar dos efeitos de tal formação discursiva<sup>235</sup>.

Neste sentido, deve ficar claro que não se tratou aqui de circunscrever a pesquisa a sujeitos diretamente relacionados a instituições de caráter gerencialista – como executivos de alguma grande corporação – mas, partindo do princípio de que tal discurso se disseminou no período analisado para além dos espaços das fábricas, pensamos em encontrar os sujeitos de enunciado e os que escaparam do discurso gerencialista em áreas diversas das da fábrica e também, não necessariamente em um contato direto com os mesmos, já que, em uma cartografia vários elementos podem ser utilizados como pistas de uma formação subjetiva, entre eles podemos destacar: os vários materiais de expressão dos sujeitos como as artes, a música entre outros e os diálogos tecidos em ambientes não oficiais. O trabalho do cartógrafo enquanto pesquisador foi o de fornecer terreno aos afetos que pediam passagem em um determinado contexto.

Sendo assim, no caso de cartografar-se o discurso gerencialista, o que se procurou foi perceber onde tal discurso atuava no sentido de tentar capturar as variações do desejo enquanto pulsação vital e atraí-lo numa modulação controlada em exercícios como o de planejar, organizar, dirigir e controlar convertendo, nos sujeitos capturados, as singularidades, os impessoais e as virtualidades de uma vida, como a conceituamos no primeiro capítulo em capital humano como o conceituamos no segundo capítulo.

---

<sup>235</sup> Ressaltamos o fato de que nos dedicamos mais na explicitação dos dispositivos de poder do que no como as resistências acontecem no contemporâneo dada à complementaridade de nossa pesquisa com a de ALVIM, Davis. **Foucault e Deleuze: Deserções, micropolíticas, resistências.** 2011. 80 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, na qual ele se debruça sobre os diferentes modos como as resistências se configuram no hodierno.

Do ponto de vista metodológico, nossa orientação geral foi inspirada no primeiro platô de *Mil Platôs*, no qual Deleuze e Guattari<sup>236</sup> desenvolvem o método dito “rizomático”, cujo princípio decisivo é o de efetuar superposições de levantamentos cartográficos a fim de que se apreenda a dinâmica das linhas de efetuação do desejo. Mais especificamente, ao analisarmos a dinâmica dos processos de subjetivação envolvidos na problemática da nossa pesquisa tentamos cartografar as expressões do desejo no momento contemporâneo, expressões que caracterizam universos psicossociais, como nos diz Rolnik<sup>237</sup>.

Ainda em consonância metodológica com Rolnik, concordamos que esta composição dos universos psicossociais ocorre por meio de três linhas que são traçadas pelo desejo em sua movimentação pelo corpo social:

- Uma linha invisível e inconsciente caracterizada pelos afetos dos corpos ao se encontrarem e traçarem relações de atração e repulsão,

A primeira linha, linha dos afetos, é, como pudemos nos dar conta, invisível e inconsciente. Ela faz um traçado contínuo e ilimitado, que emerge da atração e repulsa dos corpos em seu poder de afetar e serem afetados<sup>238</sup>.

- Uma linha associativa, ou de simulação, que prescreve uma trajetória que relaciona as afetações inconscientes dos corpos com os territórios traçados pelos mesmos para darem passagem aos fluxos criados na linha inconsciente,

A segunda linha, a da simulação, faz um vaivém, um duplo traçado inconsciente e ilimitado. Um primeiro, que vai da invisível e inconsciente produção de afetos, para a visível e consciente composição de territórios. Percurso do movimento de territorialização. E um outro traçado, inverso: ele vem do visível, consciente, dos territórios, para o invisível, inconsciente, dos afetos escapando. Percurso do movimento de desterritorialização<sup>239</sup>.

- Uma linha visível, consciente e finita caracterizada pelos territórios formados por expressões, linguagem, formas de se relacionar consigo e com os outros, formas de perceber a realidade, enfim, esta linha caracteriza nossa memória, nossa consciência nosso reconhecimento como sujeitos, enfim, nossa presença macropolítica como sujeitos que participam do movimento impessoal da vida,

<sup>236</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Rizoma. In: \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

<sup>237</sup> ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006.

<sup>238</sup> ROLNIK, 2006, p. 49.

<sup>239</sup> Ibid., p. 50.

E, por fim [...] a terceira linha, linha finita, visível e consciente da organização dos territórios. Ela cria roteiros de circulação no mundo: diretrizes de operacionalização para a consciência pilotar os afetos. Ela é finita, porque finita é a duração dos territórios e a funcionalidade de suas cartografias<sup>240</sup>.

Esse entrelaçamento das linhas da vida proposto por Rolnik em sua cartografia sentimental corresponde ao emaranhado cartográfico proposto por Deleuze e Guattari no platô 8 do volume 3<sup>241</sup> da edição brasileira dos mil platôs no qual são descritas três novelas: uma de *Henry James*, uma de *Fitzgerald* e uma última de *Perrette Fleutiaux*. Analisando a composição da vida dos personagens são também destacadas três linhas em constante relação, “[...] de segmentaridade dura e bem talhada, de segmentação molecular e em seguida a linha abstrata, a linha de fuga, não menos mortal, não menos viva<sup>242</sup>.” Denominações que são idêntica às de Rolnik e que inspiraram sua própria pesquisa. Neste esforço de aproximação podemos então equivaler estes três conjuntos de linhas: a linha de segmentaridade dura em Deleuze e Guattari à linha de organização dos territórios psicossociais em Rolnik; a linha de segmentação molecular em Deleuze e Guattari à linha dos afetos em Rolnik e, por último, a linha abstrata ou de fuga em Deleuze e Guattari à linha de simulação em Rolnik.

Desta perspectiva metodológica, não importando muito as denominações das linhas, o terreno psicossocial seria produzido e reproduzido com a atuação conjunta dessas três linhas que traçariam as movimentações do desejo e da vida; desejo que em seu movimento inconsciente escaparia constantemente pelos movimentos da primeira linha (linha dos afetos ou linha de fuga) formando assim, por meio da conexão com a segunda linha (linha da simulação ou linha da segmentação molecular), o desmonte do território criado pela terceira linha (linha dos territórios ou linha da segmentaridade dura).

Dada esta característica movediça dos territórios psicossociais, nossa posição de pesquisador aproximou-se a de um cartógrafo, ou seja, como as formações subjetivas não se fecham em um mapa determinado, é necessário um constante cartografar para apreender o movimento do desejo e da vida em sua construção e desconstrução de territórios nesse movimento infinito de fugir de um território dado e criar outro no sentido de exprimir-se ou atualizar-se diferenciando-se,

<sup>240</sup> ROLNIK, 2006, p. 51.

<sup>241</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1874 – Três novelas ou o que se passou? In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007b.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 70.

Para os geógrafos, a cartografia [...] é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos. Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias<sup>243</sup>.

Tomando, deste modo, como base explicativa essas construções de território oriundas dos movimentos do desejo e da vida buscamos identificar como as marcas das relações de poder presentes nos agenciamentos políticos expressos pelo discurso gerencialista contribuíram para a formação de territórios subjetivos que representem as posições sociais ocupadas pelos sujeitos interpelados por esse discurso e, simultaneamente, como se criaram linhas que não foram apenas de resistência às influências desse campo discursivo, mas também linhas de fuga capazes de afirmar outras possibilidades de coexistência, inclusive àquelas que puderam levar a repor a perspectiva de que a vida aconteça como uma obra de arte, como nos propõe Foucault e que neste sentido, possa liberar-se desse processo de empresariamento intensificado a partir das últimas décadas do século XX.

Sabemos que tanto o percurso como o resultado desta pesquisa foi um monstro situado entre Deleuze e Foucault, não obstante, não vemos do ponto de vista metodológico ou da própria filosofia dos mesmos, problema algum com este uso, digamos, um pouco livre e experimental de seus conceitos, já que, tanto um quanto o outro deram primazia à experimentação em seus próprios escritos.

Foucault deixou bem claro no segundo prefácio da História da Loucura que se recusaria a instituir aí a monarquia do autor que escreve o livro, e são belas suas palavras a respeito de preferir que um livro funcionasse muito mais como uma arma em uma batalha aproximando-se de um discurso entre outros do que um texto a ser interpretado e reduzido pela crítica ou pela pedagogia,

Gostaria que um livro, pelo menos da parte de quem o escreveu, nada fosse além das frases de que é feito; que ele não se desdobrasse nesse primeiro simulacro de si mesmo que é um prefácio, e que pretende oferecer sua lei a todos que, no futuro, venham a formar-se a partir dele. Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez

---

<sup>243</sup> ROLNIK, 2006, p. 23.

reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. Em suma, gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo essa condição de texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro regular e cena repetível.<sup>244</sup>

Também Deleuze, em uma carta a Michel Cressole deixa claro que fazia história da filosofia como uma espécie de enrabada, de imaculada concepção, por meio da qual fazia filhos pelas costas dos filósofos com quem dialogava, desde que, contudo, os filhos fossem monstruosos e contando, é claro, que os filósofos dissessem tudo aquilo que ele os fazia dizer,

[...] minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enrabada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e no entanto seria monstruoso. Que fosse seu era muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer. Mas que fosse monstruoso também representava uma necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizes, quebras, emissões secretas que me deram muito prazer.<sup>245</sup>

Sendo assim, pensamos ser até mesmo incoerente tentar interpretar ou fazer um uso puramente acadêmico dos conceitos destas filosofias que nos nutrimos na construção e apresentação de nossa pesquisa.

---

<sup>244</sup> FOUCAULT, 2002d, p. VIII.

<sup>245</sup> DELEUZE, Gilles. Carta a um crítico severo. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a, p. 14.

## CAPÍTULO 4

### GENEALOGIA DE UMA JAULA

Nos dois capítulos anteriores fomos acompanhados por personagens de Kafka: Gregor, que nos conduziu pelo nosso passeio nas incursões sobre os conceitos de vida e nos emprestou a consistência necessária para não nos assustarmos com as diferentes modulações que a mesma tomava consoante às forças com as quais se conectava e, o narrador anônimo do conto da construção da muralha, que também nos deu a mão ao cartografarmos as tecnologias de poder que constituíam nosso comando contemporâneo, nos auxiliando, a cada passo, a percebermos as sutilezas pelas quais éramos capturados, sub-repticiamente, ao adentrarmos em um regime de competição artificialmente emoldurado pelas intervenções da governamentalidade neoliberal.

Neste capítulo, que encerrará nossa trajetória ao encararmos de frente o monstro que nos conecta às megamáquinas de poder de nossa época, pensamos necessitar de um personagem mais aguerrido que não só escape ou contemple as modulações das forças diabólicas que batem à nossa porta, mas que também as enfrente, cara-a-cara, que lhes diga palavras outras que as desconcerte e as faça recuar um pouco para que outras singularidades possam adentrar em nossa perspectiva, para que uma saraivada de ar fresco possa permitir que não nos asfixiemos com a baixaza que devemos enfrentar neste momento derradeiro.

Pensamos, assim, em deixarmo-nos conduzir-se pelas mãos de Raskólnikov<sup>246</sup>, ele que, em um dia quente e abafado, tomado por um tormento indizível e só parcialmente perceptível por seu estado consciente, decidiu enfrentar os valores do capitalismo que batiam à porta dos moradores de São Petersburgo em fins do século XIX,

Súbito ele estremeceu: uma ideia, também da véspera, novamente passou-lhe como um raio pela cabeça. Mas ele não estremeceu porque essa ideia lhe passou. Ora ele sabia, ele pressentia que ela lhe “passaria como um raio” e já a esperava; aliás essa ideia não era inteiramente da véspera. Mas a diferença estava em que um mês atrás e ainda ontem mesmo ela era apenas sonho, mas agora... agora aparecia de repente não como um sonho mas num aspecto novo, ameaçador e inteiramente desconhecido, e de repente ele mesmo tomou consciência disso... Teve um estalo, e um escurecimento de vista.<sup>247</sup>

---

<sup>246</sup> DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 61.

Esta ideia terrível que colocava todo o seu corpo e seu estado de espírito em convulsão era a de executar um assassinato, mas não um assassinato qualquer, cuja intenção fosse apenas retirar do mundo alguém que lhe desagradasse. A ideia de assassinato que o atormentava, já bem fazia um mês, era a de um princípio, o princípio da usura, que via começar a ser fomentado, tanto nas relações micropolíticas entre os sujeitos, quanto nas ações macropolíticas do estado com a criação do sistema bancário.

Viu em uma velha usurária que emprestava dinheiro a estudantes pobres, à qual devia, desde o mês anterior, certa quantia em troca do penhor de artigos pessoais, a expressão do sintoma deste espírito usurário que adentrava e começava a domar a vida na Rússia de fins do século XIX, quando, então, as forças que o tomavam começavam a convergir num vetor que o arrastou para a elaboração de plano de assassinato:

[...] essas questões todas não eram novas, nem repentinas, mas antigas, remotas, nevrálgicas. Fazia muito tempo que elas haviam começado a atormentá-lo e lhe tinham atormentado o coração. Há muito tempo essa melancolia de hoje surgira nele, crescera, acumulara-se e ultimamente amadurecera e se concentrara, assumindo a forma de uma pergunta terrível, absurda e fantástica, que lhe atormentara o coração e a mente, exigindo irresistivelmente uma solução.<sup>248</sup>

Esta velha forma subjetiva que despertou nele a vontade de enfrentar os valores dos novos ares que vinham do Ocidente europeu foi a de Aliena Ivánovna que era,

[...] uma velhota pequerucha, descarnada, de uns sessenta anos, olhos penetrantes e maus, nariz pontiagudo e cabeça descoberta. Os cabelos, de um louro desbotado e pouco grisalhos, estavam gordurentos de tão oleosos. O pescoço fino e longo como um pé de galinha trazia enrolado um trapo qualquer de flanela e, apesar do calor, uma *katsaveika* de pele toda surrada e amarelada caía folgada sobre os ombros. A velhota tossia e gemia a cada instante.<sup>249</sup>

Mesmo aparentando fragilidade, fraqueza e pobreza, embora também repugnante e torpe, esta velha usurária, que na verdade já acumulara um bom capital, era capaz de escravizar a irmã, colocar em apuros vários jovens que se dedicavam a pensar o contemporâneo em que viviam embora – e isso foi o que mais chamou a atenção de Raskólnikov – não passasse de um piolho insignificante para a sociedade em que habitava, ou seja, não possuía função útil alguma, apenas vivia parasitadamente do aperto e pobreza de pessoas desesperadas, às quais cobrava juros exorbitantes pelos seus empréstimos, além de vender seus bens pessoais no menor sinal de atraso nos pagamentos.

<sup>248</sup> DOSTOIÉVSKI, 2002, p. 61.

<sup>249</sup> Ibid., p. 23.

Antes de ser instigado e atormentado, no sentido de por fim à vida de Aliena Ivánovna, Raskólnikov havia escrito e publicado um artigo no qual classificava as pessoas em extraordinárias, umas poucas a seu ver, que tinham por característica a criação e afirmação de novos valores que organizavam o cotidiano e as ordinárias, a grande maioria dos homens, que seguiam e conservavam cegamente os valores instituídos comportando-se como uma verdadeira manada.

Raskólnikov pensara assim, após executar o plano que as forças que o domaram levaram a termo, que ele haveria assassinado um princípio que se insinuava no cotidiano dos peterburgenses de sua época. A velha não se tornou um alvo por algum motivo pessoal próprio a sua dificuldade financeira: os hábitos e movimentos de seu modo de vida expressavam em termos micropolíticos os afetos que regiam o próprio sistema bancário em termos macropolíticos! Assassinando a velha, Raskólnikov imaginava, como Napoleão o fez antes dele, iniciar um novo período em que os valores expressos por vidas empresariadas não mais existissem.

Algumas semanas depois de ocorrido o assassinato, em uma conversa com Sônia, filha de Marmieládov, tornada prostituta pelas difíceis condições de ter um pai alcoólatra e uma madrasta louca, ele apresentou de forma clara o problema que inconscientemente o moveu a traçar todo o plano da morte de Aliena Ivánovna,

Imagine, Sônia, que a senhora conhecesse de antemão todas as intenções de Lújin, soubesse (isto é, com certeza) que através delas estariam totalmente arruinadas Catierina Ivánovna e as crianças também; e até a senhora, como apêndice (uma vez que a senhora não se considera senão um apêndice). Pólietchka também... porque o caminho dela será o mesmo. Pois bem: se de repente deixassem para a senhora decidir tudo isso agora: a quem se deve permitir continuar vivendo neste mundo, isto é, Lújin deve continuar vivendo e praticando torpezas, ou Catierina Ivánovna deve morrer? Então, como a senhora decidiria: qual dos dois deveria morrer? Estou lhe perguntando.<sup>250</sup>

Raskólnikov fez esta comparação do merecimento da vida de Lújin com o de Catierina Ivánovna, madrasta de Sônia, e as crianças, filhas de Catierina e, portanto, suas meio irmãs, pelo fato de seu pai ter esposado Catierina, porque nas exéquias da morte de Marmieládov, seu pai, Lújin em uma ação torpe quis acusar Sônia de roubo para desmoralizar a figura de Raskólnikov perante sua irmã a qual Lújin perdera a oportunidade de esposar e, caso Sônia fosse presa pela falsa acusação de roubo apresentada por Lújin, certamente Catierina e as crianças seriam despejadas do quarto

---

<sup>250</sup> DOSTOIÉVSKI, 2002, p. 417.

em que moravam e morreriam de fome, já que, era Sônia quem lhes garantia o sustento por meio de sua prostituição.

Raskólnikov explicitou deste modo toda a torpeza, mesquinharia e baixeza de um modo de vida empresariado, deixou claro que seria muito mais digno de afeição um prostituir-se em função da necessidade, do que um acúmulo de dinheiro isento de qualquer condição, sustentando seu pensamento no fato de Lújin não haver medido, em um momento sequer o que aconteceria àquela família caso o seu plano de difamação da imagem de Sônia lograsse êxito.

Enfrentando e assassinando a velha pensava, no fundo, em enfrentar e assassinar as forças que se expressavam naquele modo de vida usurário e torpe e que se mostravam presentes também nas intenções de Lújin, que ele desmascarou em um único ato nas exéquias do funeral de Marmieládov, como também nas intenções de vários outros modos de vida que começavam a se organizar tendo como princípios o empresariamento.

É claro que não queremos fazer uso de um machado para resolvermos o problema do empresariamento da vida, o próprio Raskólnikov percebeu ser inútil o ato isolado de matar uma única forma de vida: a velha foi morta, não obstante, os valores continuaram a proliferar-se pela Rússia e pelo mundo.

Preferimos, deste modo, fazer uso de uma outra ferramenta ao explicitarmos o modo de funcionamento do discurso gerencialista: o martelo de Nietzsche!

Iniciemos então as marteladas na tentativa de derrubar os enunciados do discurso gerencialista como o vento derruba os frutos maduros de um abacateiro.

#### 4.1 O DISCURSO GERENCIALISTA EM SUA MODALIDADE ACADÊMICA

Para tomarmos sucintamente o discurso gerencialista em sua modalidade acadêmica, faremos uso do esquema que Michael Reed<sup>251</sup> apresentou no primeiro capítulo de uma coletânea de estudos que tinha por objetivo reorganizar tal discurso em meados da década de 1990, num momento que

---

<sup>251</sup> REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contextado. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. v1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 61-98.

se sentia que o mesmo perdia suas bases tidas anteriormente como científicas no interior da área de estudos organizacionais.

Como Reed realizou, neste primeiro capítulo da coletânea, uma síntese bem elaborada das diversas fases e narrativas por meio das quais o discurso gerencialista foi debatido pelos seus principais “pensadores” em nível mundial e também publicado pelos principais meios de divulgação que o mesmo dispôs no meio editorial no íterim do início do século XX às últimas décadas do mesmo, achamos muito proveitoso, segui-lo no sentido de levantarmos os enunciados mais relevantes que esta formatação acadêmica do discurso gerencialista disseminou no decorrer do século que circunscreveu seu aparecimento e posterior desenvolvimento.

Observemos, deste modo, de forma ilustrativa o quadro abaixo no qual Reed apresenta as narrativas por meio das quais ele organiza esta modalidade acadêmica do discurso gerencialista seguidas das palavras de ordem próprias a cada narrativa as quais, com efeito, ilustram as principais teorias e autores de cada período que, por fim, são relacionados a um determinado contexto histórico de efetuação deste discurso.

<b>Modelo de metanarrativa interpretativa</b>	<b>Problemática principal</b>	<b>Perspectivas ilustrativas/exemplos</b>	<b>Transições contextuais</b>
Racionalidade	Ordem	Teoria das Organizações Clássica, Administração Científica, Teoria da Decisão, Taylor, Fayol e Simon.	De Estado guardanoturno a Estado Industrial.
Integração	Consenso	Relações Humanas, neo-RH, Funcionalismo, Teoria da Contingência/Sistêmica, Cultura Corporativa, Durkheim, Barnard, Mayo, Parsons.	De capitalismo industrial a capitalismo do bem-estar.
Mercado	Liberdade	Teoria da Firma, Economia Institucional, Custos de Transação, Teoria da Atuação, Dependência de Recursos, Ecologia Populacional, Teoria Organizacional Liberal.	De capitalismo gerencial a capitalismo neoliberal.
Poder	Dominação	Weberianos neo-radicais, marxismo crítico estrutural, processo de trabalho, Teoria Institucional, Weber, Marx.	De coletivismo liberal a corporativismo negociado.
Conhecimento	Controle	Etnométrico, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista,	De industrialismo/modernidade a pós-

		pós-industrialista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, Teoria do ator-rede.	industrialismo/ pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de Negócios, Moralidade, Democracia Industrial, Teoria Participativa, Teoria Crítica, Habermas.	De democracia repressiva a democracia participativa.

**Quadro 2 – Narrativas analíticas em análise organizacional.**

Fonte: REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contextado. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. v1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 65.

Apesar do quadro proposto por Reed apresentar seis narrativas-chaves na organização desta face acadêmica do discurso gerencialista, nos aprofundaremos, em nossa análise, apenas nas três primeiras. O motivo da restrição de nossa análise às três primeiras não abordando, com efeito, as três últimas, se dá, primeiramente, pelo fato das narrativas do mercado, do poder, do conhecimento e da justiça serem contemporâneas umas das outras, indicando tão somente os posicionamentos de certos autores da área de estudos organizacionais em relação ao mesmo período; outro motivo para não abordarmos as outras três narrativas é nossa não simpatia pelas interpretações que estes autores realizam dos trabalhos de Marx, Foucault e Nietzsche, que compõem a maioria das análises destas últimas três narrativas, relacionando-os quase sempre a uma pós-modernidade compreendida como um momento de fragmentação, ausência de verdades, ausência de uma possibilidade de compreensão da realidade, entre outras leituras rasas tanto do período quanto da filosofia dos autores a que eles fazem uso.

Um terceiro motivo para não nos dedicarmos à análise das últimas três narrativas é que as mesmas tomam a crítica de uma perspectiva reformista. Criticam-se as formas atuais de organização dos sistemas administrativos, não obstante, deixa-se em suspenso os valores que afirmam e sustentam aqueles sistemas, ou seja, pretendem apenas denunciar a forma atual das organizações no intuito de melhorá-las por meio de suas críticas. Deste modo, a crítica torna-se precária por não atingir os modos de vida e os valores dos valores que comparecem como sintomas daqueles modelos administrativos. Estas críticas contidas nas narrativas do poder, do conhecimento e da justiça nos parecem tão somente o outro lado do funcionamento do mesmo discurso, como Foucault bem percebeu que a hipótese repressiva participava do mesmo movimento de governo das populações por meio da incitação da sexualidade.

Iniciemos, assim, nossa análise da face acadêmica do discurso gerencialista com a primeira narrativa apontada por Reed como sua organizadora em seu iniciar-se nas primeiras décadas do século XX em torno dos trabalhos de nomes como Taylor, Fayol, Ford e Simon: *trata-se da racionalidade*.

A importância desta narrativa no início do século quando este discurso pretendia ser reconhecido como uma ciência que organizaria, de maneira ótima, os recursos e aparelhos produtivos aos gestos e movimentos da força de trabalho por meio de uma programação detalhada dos ritmos que os movimentos ganhariam em cada fase do processo produtivo é, de capital importância, para compreendermos a que tipo de problema inicialmente tal discurso apresentar-se-ia como resposta.

Conforme Motta e Vasconcelos<sup>252</sup> a organização da fábrica, no período que precedeu os trabalhos de Taylor nos Estados Unidos e os de Fayol na França, ficava a cargo dos próprios trabalhadores, organizados por meio dos sindicatos<sup>253</sup> que, na primeira década do século XX, gozavam de certa autonomia no treinamento dos operários e na descrição e organização dos ritmos e dos modos pelos quais o trabalho era executado no interior das empresas. Os proprietários os contratavam por meio de um sistema de empreitada no qual os profissionais assumiam o risco e a responsabilidade pela produção sendo pagos com base nos resultados obtidos.

É a esta autonomia e organização realizada pelos próprios trabalhadores que Taylor responderá com seus estudos sobre a natureza do trabalho e seus ritmos e Fayol responderá com seu estudo das estruturas organizacionais ótimas. Ambos afirmam apresentarem estudos científicos que substituiriam os métodos empíricos utilizados pelos próprios trabalhadores, métodos esses

---

<sup>252</sup> MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabela Francisca Freitas Gouveia. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002, p. 30.

<sup>253</sup> Tal análise de que eram os sindicatos norte-americanos que detinham o monopólio da transmissão do “como” fazer o trabalho na época que Taylor iniciou os seus estudos sobre organização pode ser encontrada em DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1997, p. 16. Analisando este fato ele afirma: “Eles [ao se referir aos sindicatos] exigiam um aprendizado de cinco a sete anos, mas não tinham treinamento sistemático, nem estudo do trabalho. Não era permitido anotar nada [...]. A afirmação de Taylor, de que o trabalho podia ser estudado, analisado e dividido em uma série de movimentos repetitivos simples – cada um dos quais devia ser executado de uma maneira certa, no seu melhor tempo e com suas ferramentas corretas – era de fato um ataque frontal aos sindicatos”. Por mais perigoso que seja adotar uma análise de Drucker – dada sua ênfase durante todo o texto em glorificar Taylor, chegando até em passagens seguintes de transformá-lo em socialista – a questão dos sindicatos ocuparem um lócus central na transmissão do trabalho parece ser aceitável.

percebidos como representando desperdícios incomensuráveis da força de trabalho humana paga pelos empresários.

A perspectiva da racionalidade comparece como uma maneira “científica” de controlar o funcionamento das atividades laborativas em dois níveis: primeiro, no nível inferior das indústrias, que foram programadas pelos então engenheiros de produção por meio de uma prescrição, tanto dos movimentos elementares de cada operação, como do ritmo de sua cadência, cabendo aos trabalhadores a mera execução robotizada de poucas tarefas<sup>254</sup>, segundo, nos níveis médio e superior das empresas pela determinação de uma escala vertical de autoridade e responsabilidade dividida em áreas com funções homogêneas que enformou o desenho organizacional em função de departamentos específicos para cada grupo de atividades homogêneas.<sup>255</sup>

Doravante, o controle da produção e da organização das indústrias ficou a cargo de seus proprietários, ajudados por uma equipe técnica de profissionais que coordenariam o funcionamento de todas as atividades e áreas segundo modelos previamente determinados pelos planejadores organizacionais.

Ford, posteriormente e em termos técnicos de organizar a fábrica, só fez utilizar o modelo da Administração Científica implementado por Taylor no nível inferior de sua indústria automobilística e também organizar os níveis médios e superiores segundo os princípios da departamentalização criados por Fayol. Uma única invenção que coube ao seu nome foi a da linha de montagem, que deixava sem movimento os operários e fazia-se mover os carros em construção por meio de uma esteira rolante. Sua incursão no discurso gerencialista mais significativa, para inclusive dar seu nome a toda uma época do período de industrialização do ocidente, foi pensar em termos de uma produção de massa relacionada a um consumidor que também tivesse nos atos de compra um gosto pela identidade.<sup>256</sup>

Como podemos perceber, já em seu nascedouro, este discurso tem por característica a reação a uma organização preexistente da força de trabalho que ele procura separar e controlar conforme o

<sup>254</sup> TAYLOR, Frederic Winslow. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990, p. 34-35.

<sup>255</sup> FAYOL, Henry. **Administração geral e industrial**. São Paulo: Atlas, 1960.

<sup>256</sup> GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel: A política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 397.

ritmo por ele calculado, negando a esta a fonte da criação do valor e determinando a esta força de trabalho a execução de movimentos simples no sentido de separar dos mesmos o conhecimento integral que antes gozavam do processo produtivo.

O enunciado que surge desta primeira organização do discurso gerencialista é a *ordem* pura e simples que era emitida dos escalões médios e superiores das organizações ao conjunto de trabalhadores aos quais caberia a mera execução de atividades simples e repetitivas programadas segundo um sistema de remuneração por volume produzido.

Tal sistema de controle funcionou bem enquanto nos Estados Unidos ainda se dispunha de um grande afluxo de força de trabalho desqualificada provinda dos campos que aos poucos substituiria os trabalhadores que outrora conheciam por inteiro o sistema produtivo.

Contudo, entre os anos 1930 e 1940 uma série de conflitos no interior das organizações entre operários e administradores começou a por abaixo as certezas “científicas” dos modelos taylorista ou fayolista mostrando que os sujeitos que ali trabalhavam não eram somente peças manipuláveis por meio de aumentos salariais. A partir de então, os incentivos monetários passaram a ser percebidos como estimuladores pouco eficazes no controle dos trabalhadores no interior das fábricas.

Outros estudos passaram a especificar que haveria a necessidade de organizarem-se outros tipos de estímulos que garantissem o apego da força de trabalho ao regime produtivo. O enunciado passou a ser então o do *consenso* entre os empresários e administradores das organizações e os operários. Buscou-se, para garantir tal consenso, primeiramente uma tentativa de *integração* interna nos estudos de Elton Mayo<sup>257</sup> e Mary Parker Follet<sup>258</sup> nos quais se pensava criar estímulos sociais que teriam maior probabilidade de controlar a vida dos operários no interior das fábricas do que simplesmente aumentar seus salários por meio de premiações por excesso do volume de peças produzidas. O consenso do operário ao pequeno grupo ao qual pertencia passou a ser encarado como o valor fundamental que influiria na qualidade e quantidade de produção que o mesmo apresentaria no final do dia de trabalho e que proporcionaria um mando e controle mais

---

<sup>257</sup> MAYO, Elton. **The human problems of an industrial civilization**. Nova York: Viking Compass Edition, 1968.

<sup>258</sup> FOLLET, Mary Parker. The collected papers of Mary Parker Follet. In: **Dinamic administration**. Nova York: Harper and Brothers Publishers, 1940.

eficaz por parte da equipe de administradores e proprietários: operários mais felizes com seus respectivos ambientes de trabalho seriam operários mais dóceis na execução das ordens!

Formar novos supervisores e, gradualmente, trazer de volta a contribuição dos trabalhadores na definição de suas respectivas rotinas de trabalho passaram a ser as recomendações centrais desta reformulação do discurso gerencialista que tinha por finalidade elidir as diferenças de objetivos entre os operários e os proprietários e administradores das fábricas garantindo um consumo de outras forças que não somente as forças somáticas do corpo dos trabalhadores.

Outra reformulação do discurso gerencialista, embora mantendo a égide da integração e do funcionalismo, começou a difundir-se a partir dos anos 1950 e gerou trabalhos e estudos até o final dos anos 1960 tendo a adaptação da organização ao seu ambiente externo como mote principal das narrativas por ele organizadas.

A importação da teoria geral dos sistemas desenvolvida por *Ludwig Von Bertalanffy*<sup>259</sup> na Biologia trouxe para o interior do discurso gerencialista a compreensão da organização como um sistema aberto que responderia a estímulos externos e que buscaria internamente o equilíbrio homeostático distanciando-se de um estado de entropia e morte.

Trabalhos como os de *Burns e Stalker*<sup>260</sup> sobre a existência de sistemas organizacionais mecânicos e orgânicos<sup>261</sup>, de *Joan Woodward*<sup>262</sup> sobre os tipos de sistemas produtivos mais adequados aos segmentos de clientes e ao tipo de material manipulado no processo de transformação que lhes são próprios e, por fim, os trabalhos de *Lawrence e Lorsch*<sup>263</sup> sobre a contingência estrutural das organizações que tende a enfrentar, na manutenção do equilíbrio homeostático, tendências de diferenciação e de integração são exemplos claros deste enunciado do consenso entre o funcionamento interno das organizações a partir das demandas providas de seu ambiente externo.

---

<sup>259</sup> BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. 5.ed. Petrópolis: 2010.

<sup>260</sup> BURNS, T.; STALKER, G. M. **The management of inovation**. 3. ed. Tavistock, 1961.

<sup>261</sup> Mecânicos seriam aqueles sistemas que funcionariam em ambientes mais estáveis podendo adotar um desenho organizacional nos moldes clássicos como aqueles inventados por Taylor e Fayol. Orgânicos seriam sistemas organizacionais que funcionariam em ambientes mais instáveis que teriam de reinventar constantemente suas estruturas internas para acompanharem as constantes mudanças de um meio ambiente externo e turbulento.

<sup>262</sup> WOODWARD, Joan. **Industrial organizations: theory and practice**. Oxford: Oxford University Press, 1968.

<sup>263</sup> LAWRENCE, P.; LORSCH, J. **Organization and environment: managing differentiation and interaction**. Boston: Harvard University Press, 1967.

A conexão de fundo, deste momento em que o consenso comparece como enunciado principal do discurso gerencialista ao tentar integrar as empresas tanto internamente, criando uma coesão entre proprietários, administradores e operários, quanto externamente, ao adaptar suas estruturas internas às demandas provindas de seu meio ambiente externo, é a passagem do Estado liberal clássico ao Estado keynesiano que marca um melhoramento no nível de renda dos trabalhadores quando da garantia de direitos como os de saúde, habitação e educação por parte dos Estados ocidentais de economia central que neste período tentaram controlar as lutas trabalhistas por meio de funções de bem-estar.

Contudo, este enunciado do *consenso*, em sua última reformulação entre as décadas de 1950 e 1970 do discurso gerencialista, que já ganhou ares de adaptação das estruturas internas aos estímulos que lhe viriam do ambiente externo que as circunscreveria, também preparou o caminho para a conexão do mesmo às demandas da governamentalidade neoliberal que iniciava o seu adentrar na história entre finais da década de 1970. As teorias que então constituíram o que se passou a pesquisar no campo da gerência a partir do final desta década passou a ter como narrativa principal o *mercado* pensado como o ambiente externo por excelência que funcionaria como o selecionador das estruturas internas das organizações mais aptas a responderem à suas exigências.

Dados os aspectos similares das teorias que são agrupadas por meio da narrativa do mercado, analisaremos somente a que mais explicita esta questão chave do mercado servir como o ambiente por excelência que seleciona as organizações que mais se adequem às suas demandas: trata-se da teoria da *ecologia populacional*.

Esta teoria teve seu primeiro artigo publicado em 1977 no *American Journal of Sociology* por Hannan e Freeman<sup>264</sup> no qual ambos os autores apresentaram a tese de que as organizações não teriam muita flexibilidade ou possibilidade de adaptação ao ambiente quando o mesmo fosse percebido como sendo o mercado, ou seja, para os referidos autores quando da seleção do mercado não haveria tempo suficiente para escolhas estratégicas de mudança estrutural por parte das empresas para acompanharem o momento desta seleção, ao menos como se pensava até então

---

<sup>264</sup> HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, p. 929-964, 1977.

nas teorias contingencias. A análise de *Hannan e Freeman* é bem mais fria: os tipos de empresas que estivessem mais aptos às exigências do mercado cresceriam em tamanho ou aumentariam em número e os tipos que estivessem menos aptos a responderem a tais exigências, simplesmente desapareceriam.

Temos assim a *liberdade* como principal enunciado desta última narrativa da face acadêmica do discurso gerencialista, mas a liberdade pensada da mesma maneira que Foucault a percebeu no desenrolar das estratégias de governo organizadas por meio do Liberalismo Clássico e posteriormente dos neoliberalismos: uma liberdade condicionada à implementação dos dispositivos de segurança que se assentariam sobre movimentos livres no sentido de regulá-los no interior de certa curva de normalidade, de controlarem sua dinâmica desenhando zonas de probabilidades de eventos normais e de eventos necessários de intervenção por parte das ações de governo.

E, é desta mesma maneira que devemos entender surgir a liberdade como enunciado da teoria da ecologia populacional, liberdade na mesma pode ser lida como liberdade de intervenção por parte dos gestores das organizações sobre a vida dos funcionários no sentido de tornar estas organizações conforme às exigências apresentadas pelo selecionador maior que é o mercado, deste modo, em nome da liberdade instalam-se os mais temíveis dispositivos de controle sobre a vida dos que trabalham em tais organizações.

Mas, semelhantemente ao que percebemos na primeira formulação do discurso gerencialista nas figuras de Taylor e Fayol, esta última formulação também responde a uma organização da força de trabalho que lhe é primeira, no caso, uma força de trabalho que rejeitou por completo tanto a formatação disciplinar taylorista quanto os melhoramentos no nível de renda ou no ambiente de trabalho trazido pelas outras reformulações do discurso gerencialista entre as décadas de 1930 a 1970.

Após as movimentações sociais que acompanharam o ano de 1968 na maioria dos países ocidentais, tornou-se claro que não mais se aceitaria, por parte da geração que neste período iniciara seus anos de trabalho, que a imaginação e a criatividade não fizessem parte de seu trabalho cotidiano, daí a aparente severidade em criar-se uma entidade transcendente que selecionaria as organizações que fossem mais conformes às suas exigências no sentido de

introduzir as inovações e criações que seguiram os trabalhos desta geração no interior de uma curva de normalidade passível de ser governada pelos gerentes das empresas.<sup>265</sup>

A aparente severidade desta reformulação da face acadêmica do discurso gerencialista na fase da governamentalidade neoliberal, se bem observada, apresenta uma fraqueza de ter de regularizar uma força criativa que atualmente pode até mesmo prescindir de um vínculo formal em uma empresa qualquer que foi o local de nascimento deste discurso nas primeiras décadas do século XX.

Por esta necessidade de acompanhar o movimento primeiro de uma força de trabalho criativa que atualmente até mesmo prescinde de um vínculo formal de trabalho é que este discurso necessitou diluir-se em outras áreas de saber e também produzir uma formulação mais popular que pudesse alastrar-se em locais que não os circunscritos pelos muros das fábricas. Nas linhas que seguiremos trataremos assim desta modulação mais popular do discurso gerencialista por meio da análise de três *Best Sellers* lançados em fins da década de 1990.

#### 4.2 O DISCURSO GERENCIALISTA EM SUA MODALIDADE POPULAR

Iniciemos com o livro “Quem mexeu no meu queijo”<sup>266</sup> lançado nos Estados Unidos, por Spencer Johnson, em 1998 que trata da história de dois duendes, *Hem e Haw*, e dois ratos, *Sniff e Scurry*, habitando um labirinto onde procuram por queijo.

Após muitas caminhadas os quatro personagens encontram bastante queijo no posto C do labirinto, a partir daí, os dois duendes passam a acordar tarde e dirigem-se diretamente ao posto C para fartarem-se do queijo, sem muitos esforços de sua parte, enquanto os dois ratos, mesmo que, mantendo a visita ao posto C para se alimentarem, continuam sua rotina normal de acordarem cedo, rastream modificações no estoque de queijo do posto C e, posteriormente, transitarem por outros locais do labirinto a procura de novas fontes de queijo.

Depois de algum tempo, o queijo do posto C começa a escassear, mesmo assim, os duendes, identificados às faculdades racionais humanas, continuam a acreditar que mais queijo aparecerá

<sup>265</sup> LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 97-151.

<sup>266</sup> JOHNSON, Spenser. *Quem mexeu no meu queijo*. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

naquele local, não necessitando de movimentarem-se novamente pelo labirinto. Já, os ratos, identificados às faculdades mais instintivas dos humanos, continuam a procurar mais queijo em lugares outros do labirinto até encontrarem uma nova grande quantidade no posto N, um pouco distante do posto C onde continuam inertes os dois duendes.

Mesmo o queijo do posto C acabando de vez, os duendes ainda insistem em voltar lá por vários dias imaginando que o mesmo será repostado, até que um deles, *Haw*, decide aventurar-se, como os ratos, pelo labirinto e, após muitas reviravoltas e frases escritas nas paredes, acaba por encontrar o posto N onde os ratos já estavam há muito tempo. O outro duende *Hem* não se conforma em sair do posto C e continua, até o fim da história, retornando todos os dias ao posto C com a esperança de lá encontrar o queijo desaparecido. *Haw* até imagina voltar atrás e resgatar o amigo *Hem*, não obstante, lembra-se que deixou mensagens nas paredes e que o amigo, se o quisesse, poderia deslocar-se até o posto N seguindo suas pistas.

Como podemos perceber, a história é bem grosseira e elementar quanto aos elementos de sua composição, quanto à complexidade dos personagens e também às poucas inter-relações entre os mesmos. Pensamos que o motivo de tal simplificação é o de abranger o maior número possível de leitores para que seu enunciado circule num contingente amplo de pessoas que estejam também fora das empresas.

O enunciado deste texto específico é o da adaptação às novas condições de vida iniciadas com a governamentalidade neoliberal. A metáfora do queijo, que é encontrado e independe das atividades dos personagens, serve como imperativo para afirmar uma obediência cega a qualquer tipo de mudança que for apresentado pelas condições apontadas pelas intervenções deste tipo de governo.

O texto sugere claramente que é impossível modificar as condições do ambiente por alguma ação política dos personagens, o que se deve fazer é buscar mais queijo adentrando-se mais profundamente nas encruzilhadas incompreensíveis do labirinto as quais podemos comparar com as medidas incompreensíveis dos manejos contemporâneos das artes de governar. Ficar e lutar por melhores condições é sinônimo de não adaptação e de medo do novo, palavra identificada como o que é oferecido pelas manobras de governo.

Este labirinto onde correm os ratos e os duendes em busca do queijo perdido é um labirinto bem distinto daquele no qual Ariadne precipita-se ao encontro de Dionísio, ao encontro do desconhecido. O labirinto dos ratos e dos duendes é o labirinto bem definido pelas manobras da governamentalidade neoliberal que, no discurso gerencialista, toma ares de um transcendente que seleciona com rigor as espécies que mais docilmente obedecem aos seus comandos.

Destacado o enunciado do primeiro livro de nossa análise desta modalidade popular do discurso gerencialista, continuemos com o segundo livro, “Pai Rico e Pai Pobre”<sup>267</sup> lançado, também nos Estados Unidos, em 1997 por *Robert Kiyosaki* em parceria com *Sharon Lechter* e que conta as lições que *Robert* recebeu desde os nove anos de idade do pai de seu melhor amigo *Mike* a quem denomina *Pai rico* no livro.

As lições recebidas por Robert dos nove aos trinta e nove anos de idade, quando então se considerou formado, compõem o que poderíamos aqui classificar de uma pedagogia do empresariamento que aos poucos ele foi recebendo de seu alegado *Pai rico*. Ao total são seis lições: (1) os ricos não trabalham pelo dinheiro; (2) a finalidade de uma educação financeira; (3) o cuidado para com os negócios escolhidos; (4) como os ricos possuem maneiras de burlar o pagamento de impostos ao Estado; (5) os ricos inventam dinheiro e (6) trabalhe para aprender, não trabalhe pelo dinheiro.

Na primeira lição o *Pai rico* ensinou a Robert que tanto os pobres quanto a classe média trabalham pelo dinheiro, pois pensam sempre em termos de estudarem ou esforçarem-se para auferirem um bom salário que consiga saldar suas despesas que, com o passar do tempo, não se torna mais suficiente, exigindo deles mais trabalho e mais empenho. O *Pai rico* denomina este processo de corrida dos ratos que para ele indicaria que estas pessoas seriam movidas pelos sentimentos do medo e da ambição, medo por buscarem a segurança num emprego estável e, ambição, por almejarem sempre salários maiores. Tais pessoas passariam deste modo, a totalidade de suas vidas na série trabalhar-buscar aumento de seus salários-quitar suas despesas crescentes. Despesas que as levariam a ficarem sempre em apertos financeiros exigindo mais

---

<sup>267</sup> KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 53. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2002.

trabalho e mais aumento de salários perfazendo um movimento sem fim até a chegada de suas mortes.

As pessoas ricas, pelo contrário, colocariam o dinheiro para trabalhar para elas na medida em que não dependeriam, em última instância, do pagamento de salários de ninguém, pelo contrário, elas próprias é que gerariam os trabalhos e as atividades geradoras de suas próprias rendas por meio do pagamento de salários aos pobres e à classe média que para elas trabalhariam. Desta primeira lição apreende-se que as pessoas ricas seriam “mais espertas” ao lidarem com suas emoções.

A segunda lição, aprendida por Robert, relaciona-se com a primeira no modo pelo qual se diferenciam as percepções do que seja um ativo ou um passivo, consoante a percepção de uma pessoa rica, em detrimento das percepções de uma pessoa da classe média ou uma pessoa pobre.

Para o seu *Pai rico* as pessoas ricas acreditam que ativos são coisas que geram um fluxo de renda positivo para suas respectivas contas bancárias e, passivos, seriam aquelas coisas que gerariam despesas em vez de renda, por isso é que os ricos colocariam o dinheiro para trabalhar para eles ao filtrarem suas compras com o critério da aquisição de ativos.

As pessoas de classe média, segundo o *Pai rico* de Robert, passariam a vida adquirindo passivos imaginando o contrário, ou seja, que seus bens passivos seriam na verdade bens ativos. Ele cita o exemplo da compra de uma casa confortável ou um carro de luxo que, em vez de gerarem renda, acabam por aumentarem as despesas de manutenção, exigindo das pessoas de classe média mais trabalho e, por conseguinte, aumentos salariais.

As pessoas pobres, segundo o *Pai rico*, viveriam somente para trabalhar e pagar as despesas de sua subsistência, já que, com os baixos salários que aufeririam não conseguiriam adquirir bem algum.

Deste modo, nas duas primeiras lições o *Pai rico* tentou demonstrar que a diferença das pessoas ricas está mais próxima da maneira como elas enxergam e lidam com as coisas do que em sua condição material em si: em sua visão, uma pessoa rica pode até passar por apertos financeiros chegando a ter menos bens e menor tranquilidade que uma pessoa de classe média, não obstante, por saberem encarar com mais “esperteza” a natureza do funcionamento do dinheiro, logo

encontraria outra maneira de gerar dinheiro e tornar-se novamente rica enquanto os de classe média continuariam presos em sua corrida de ratos.

A partir da terceira lição o *Pai rico* começa a ilustrar o modo pelo qual as então pessoas ricas lidariam com os ativos que escolhessem explorar, as maneiras de obterem vantagens do estado e a peculiaridade de abandonar um ramo de negócio quando este não mais apresentasse o retorno esperado pelos seus níveis materiais de vida.

Como percebemos na descrição desta pedagogia do empresariamento, o enunciado principal de todo o percurso de trinta anos de aprendizado de *Robert* com seu denominado *Pai rico* se baseou na infiltração da concorrência em todos os âmbitos de relações aos quais ele pudesse tecer com as demais pessoas e com o mundo. Do início ao fim do livro, com o desenrolar das lições, o que se repete e é reforçado, servindo como elo entre as partes, é esta busca da vantagem sobre os mínimos movimentos que *Robert* poderia fazer de sua vida, todos os momentos da mesma passam a ser avaliados pelo crivo de obter sucesso e ficar rico com os empreendimentos que pudesse adquirir por meio das lições de seu *Pai rico*. Nada mais faria sentido a não ser a busca pela riqueza que só viria caso a concorrência instalasse-se em todos os pequenos momentos e relações que se estabelecesse com as demais pessoas e com o mundo.

Chegamos, portanto, no momento de analisarmos o terceiro e último livro que escolhemos como demonstração da modalidade popular do discurso gerencialista, trata-se do livro “O segredo de Luísa”<sup>268</sup> lançado, no Brasil, por Fernando Dolabela no ano de 1999 e que relata a trajetória de vida de Luísa, que se passa entre as cidades de Ponte Nova, interior de Minas Gerais, e Belo Horizonte, capital do Estado.

Luísa é apresentada como uma estudante do curso de odontologia em Belo Horizonte, mas que o fazia mais em função de satisfazer os anseios de seus pais do que por admirar ou sentir-se bem com esta profissão. Na verdade, Luísa sonhava tornar-se uma grande empresária, tendo como fonte de inspiração sua Tia Fernanda, que era proprietária do Sereia Azul, um armazém de projeção comercial em Ponte Nova.

---

<sup>268</sup> DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

Neste armazém sua tia produzia e comercializava uma goiabada cascão que gozava de boa aceitação entre os moradores da cidade de Ponte Negra o que fez com que Luísa, todas as vezes que retornava a sua cidade natal para passar o final de semana, trouxesse de lá uma pequena quantidade da goiabada para seus amigos da capital.

Após um grande número de elogios e pedidos de novas remessas da goiabada, Luísa percebeu a oportunidade de realizar seu sonho tornando-se uma empresária ao industrializar a produção de sua Tia, não obstante, ao colocar seu objetivo em prática, Luísa, percebeu que teria mais problemas e desafios do que imaginava, sendo que um dos primeiros seria convencer sua Tia a ajudá-la a prosseguir com os seus planos porque a mesma ficou temerosa com o aumento da demanda que os planos de Luísa poderiam trazer para sua produção de base artesanal.

Contudo, Luísa não desistiu e, apesar dos temores da tia, resolveu procurar Pedro que era um professor de empreendedorismo, para orientá-la em como colocar em prática o que vislumbrava como uma oportunidade de negócio. Com a orientação do professor de empreendedorismo Luísa realizou diversas pesquisas de campo e de mercado, visitas e contatos com clientes e fornecedores em potencial criando, assim, uma rede de contatos para auxiliá-la e, entre estes contatos estava Eduardo, um amigo, que dominava a área administrativa.

Durante este período de formulação das pesquisas e contatos que resultariam no plano de negócios de sua empresa, Luísa recebeu uma proposta para trabalhar e, futuramente, assumir o consultório de um renomado dentista de Ponte Nova, que imediatamente foi seguida de uma grande pressão de seus familiares pela aceitação da proposta, no entanto, o gosto pelo seu próprio empreendimento já estava instalado em Luísa, que não aceitou a proposta e, mais ainda, passou a quebrar, durante um longo período, a rotina de voltar a Ponte Nova nos finais de semana e utilizar este tempo para dedicar-se à montagem de seu plano de negócios.

Sua família começou então a perceber que alguma coisa estava realmente acontecendo, Luísa guardava algum segredo que não queria revelar e, ao ser pressionada, ela declarou o andamento de seus planos de montar seu próprio negócio abandonando a carreira de dentista, sendo imediatamente rechaçada por todos os seus familiares que se posicionaram contrariamente a esta loucura de sua parte.

Luísa, decidida, não deu ouvidos a seus familiares e, dando continuidade a seus planos, convidou o Sr. André, um empresário já de longa data, para ser seu padrinho, pedindo a ele que se convertesse em seu consultor. Com o aceite do Sr. André, Luísa decidiu dar termo ao seu noivado e fundar a Goiabadas Maria Amélia Ltda – GMA, podendo, agora, dedicar-se integralmente na condução de seus negócios. A então fundada empresa consolidou a venda de goiabada em tabletes tornando-se uma referência, tanto no mercado interno como no externo.

O livro encerra-se com a menção de que após, enfrentar vários desafios, Luísa conseguiu concretizar seus sonhos e tornar-se uma grande empresária, sendo homenageada com o prêmio de Empreendedor Global do Ano.

Na descrição deste livro, mistura de romance cor de rosa com estudos de mercado, percebemos como enunciado principal uma espécie de planejamento estratégico do cotidiano que busca conjurar o acaso nas incursões de Luísa pela vida. Ela, aos poucos, é cada vez mais envolvida no negócio que ela anteriormente almejava no sentido de tomar-se mais rica e cria sobre uma série de controles que a desviam de atividades outras que não sejam as necessárias ao funcionamento de seu negócio.

Sua vida é tomada por inteiro neste negócio que restringe tanto o seu tempo de convivência com os amigos e familiares como também com as pessoas que compõem sua vida amorosa. No fim das contas, a única coisa que firma sentido em sua vida é a efetivação dos negócios da GMA tornando impossíveis todas as demais possibilidades que sua vida poderia envolver-se.

Em uma tomada final podemos afirmar que, de certa forma, os três livros desta face popular do discurso gerencialista se comunicam em alguns sentidos apontados por seus enunciados. O primeiro livro que analisamos busca adequar as vidas a um gerenciamento que as apresenta sempre novas relações que as mesmas não possuem o direito de contestar. O segundo livro infiltra nas vidas o desejo de um regime de competição ininterrupta, caso as mesmas quisessem se destacar de uma corrida de ratos para a morte executada pelas demais pessoas constituintes da classe média ou da pobreza em geral e, o terceiro, promete que com um controle minucioso das ações cotidianas é possível o alcance do sucesso e da felicidade na vida.

Como já destacado na última reformulação da modalidade acadêmica do discurso gerencialista, quando o mercado passa a ser sua narrativa principal, e o mesmo conecta-se às intervenções de uma governamentalidade neoliberal por parte dos Estados ocidentais, faz-se necessário que este discurso dilua-se para áreas e espaços que não sejam mais propriamente organizações com fins empresariais, daí, aparecerem, justamente neste período, este tipo de literatura de autoajuda gerencial que tem como pretensão disseminar esses enunciados da gerência ao maior número possível de pessoas no sentido de as mesmas tomarem suas próprias vidas como um elemento de acumulação.

Com outras palavras, podemos afirmar que com o fim da fábrica taylorista-fordista que foi substituída por modelos gerenciais que utilizam um menor contingente de força de trabalho humano, faz-se necessário que o conjunto do corpo social institua em si a organização que antes era ditada no interior dos muros da fábrica, daí comparecerem enunciados como os de uma adaptação passiva às mudanças nos modos de trabalhar e nos tipos de atividades a se executar, a disseminação de um nível de concorrência ilimitada por meio de uma pedagogia do empresariamento que garantiria a formação de sujeitos “mais espertos” ao lidarem com a natureza do dinheiro e, por fim, um controle minucioso dos tempos e movimentos da vida por meio de um planejamento estratégico do cotidiano para garantir a obtenção de sucesso e felicidade.

Como denominamos o capítulo, estamos diante dos enunciados de uma *jaula subjetiva* que ao capturar certos corpos limita as variações que os mesmos poderiam experimentar nos descaminhos de uma vida nos passos certos e programados de um capital humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre um processo complicado interromper o fluxo de palavras e frases que compõem um texto de uma pesquisa, não obstante, chega o momento em que devemos por um ponto final e, pelos menos parcialmente, suspender as inquietações e dúvidas num esforço momentâneo de imprimirmos nas páginas algumas conclusões que não são finais ou totalizantes, mas que, somente indicam os vetores de precipitação que as forças alcançaram ao organizarem-se em capítulos e tópicos que pretenderam domá-las e trazê-las à consciência ao menos por alguns momentos em que se deu a composição do trabalho.

Neste sentido, pensamos que do primeiro capítulo pudemos apurar um olhar sobre a vida por meio do qual a sentimos como um jorrar virtual ininterrupto de singularidades e acontecimentos que se atualizam nos estados de coisas ou nos estados vividos sempre imprimindo neles novas composições que enfrentam e simultaneamente respondem aos problemas e obstáculos que são apresentados ora pela matéria, ora pelos dispositivos de poder que procuram alimentar-se desta dinâmica vital primeira.

No segundo capítulo pudemos ter em perspectiva os vários momentos de reformulação dos dispositivos de poder que acompanharam de forma reativa as variações e diferenciações que a vida seguiu em seu jorrar virtual. Da Pastoral Cristão à Governamentalidade Neoliberal, esta última fundamentada nos dispositivos de segurança que nos são contemporâneos, sempre se tratou de responder a uma linha de fuga que as resistências apresentavam e os dispositivos de poder teriam de responder no sentido de garantir um funcionamento mais controlável do conjunto geral da sociedade.

No quarto capítulo pudemos perceber como um discurso de saber organizado em duas linhas distintas embora, complementares, ajuntavam os corpos em um nível micropolítico direcionando as inúmeras variações que os mesmos poderiam experimentar, caso deixassem-se contaminar pelo jorrar virtual da vida, a uma jaula subjetiva na qual os diversos descaminhos de uma vida seriam convertidos nos passos certos de um capital humano. Neste capítulo pudemos perceber ainda como é necessária à arquitetura imperial do corpo político a gestão cotidiana das subjetividades.

Caso algumas multiplicidades que compõem o conjunto do *socius* não se adornassem em uma modulação que tem por princípios a aceitação submissa do mando imperial, a concorrência ilimitada e o controle do acaso por meio de um planejamento estratégico do cotidiano, toda aquela megamáquina caracterizada pelas intervenções dos Estados neoliberais alinhados aos fluxos das organizações transnacionais, viria a baixo com um simples negar-se, seguido de um afirmar-se pelo conjunto destas mesmas multiplicidades.

Podemos concluir, ao menos de forma provisória, que o discurso gerencialista como sintoma e o empresariamento da vida como processo de captura das variações de uma vida funcionam como os agenciadores micropolíticos dos corpos e mentes em um momento que uma estrutura imperial organiza os fluxos de dinheiro, mercadorias e populações por meio da moldura das intervenções dos Estados governados segundo uma governamentalidade de tipo neoliberal.

Os Estados ocidentais contemporâneos seriam, deste modo, como que filtros por meio dos quais tenta-se governar as multiplicidades convertendo-as em eventos programáveis e prováveis na forma de corpos em uma população moldando um espaço concorrencial agenciado pelo discurso gerencialista que trataria da intensificação dos afetos competitivos entre os corpos convertendo os descaminhos, erros e singularidades de uma vida em um capital humano que toma o si como o elemento central da acumulação.

É importante, no entanto, destacar que foi no sentido de responder a uma dinâmica primeira de liberdade e luta destes fluxos que se ergueram tanto os Estados em suas intervenções neoliberais organizados por meio de uma arquitetura imperial quanto se diluiu no corpo social uma lógica de competição acirrada orquestrada pelo discurso gerencialista num processo de empresariamento da vida que captura os fluxos no sentido de enjaulá-los na forma de acumulação do capital humano.

Portanto, podemos afirmar que uma vida é muito mais e também muito menos do que essas formas de vida que se deixam capturar por esta formatação gerencialista de si: uma vida sempre escorre, erra e desvia-se afirmando sua diferença nas multiplicidades resistentes que transbordam nos movimentos sociais contemporâneos!

O empresariamento da vida pode persegui-la, mas nunca alcançá-la, pode enjaulá-la, mas nunca completamente: um dia um devir escorre e aquela forma de vida que tinha por princípio acumular

competências para o alcance de uma remuneração no mercado de trabalho acorda metamorfoseada de inseto, de mulher, de bicha, de travesti, de criança e a jaula já não mais lhe serve, a acumulação já não mais lhe importa, a máscara que vestia já não mais lhe serve e as singularidades novamente impõem-se em seu jorrar virtual e excessivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Davis. **Foucault e Deleuze: Deserções, micropolíticas, resistências**. 2011. 160 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

AMBRÓZIO, Aldo. **Brasil: do modelo de desenvolvimento por substituição de importações à globalização financeira**. 2004. Monografia (Pós graduação em Finanças Corporativas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S.A. na década de 1990**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

AGANBEN, Giorgio. A imanência absoluta. In: ALLIEZ, Éric (Org). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ARTAUD, Antonin. **Van Gogh: o suicida da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

BARROS, Manuel de. Agroval. In: \_\_\_\_\_. Livro de pré-coisas: roteiro para uma excursão poética no Pantanal. In: \_\_\_\_\_. **Manuel de Barros: Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. 5.ed. Petrópolis: 2010.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. ed. original de 1974 – tr. br. de N. C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BURNS, T.; STALKER, G. M. **The management of inovation**. 3. ed. Tavistock, 1961.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaio FEE, v. 20, nº 1, pp. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

CHESNAIS, François. **A globalização do capital e as causas das ameaças da barbárie**. In: PERRAULT, Gilles (Org). O livro negro do capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe. **MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5v.

\_\_\_\_\_. Rizoma. In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. 28 de novembro de 1947 – como criar para si um corpo sem órgãos. In: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007a.

\_\_\_\_\_. 1874 – Três novelas ou o que se passou? In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002a.

\_\_\_\_\_. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a.

\_\_\_\_\_. Imanência: uma vida... . **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, ano 8, v. 1, n. 11, p. 160-164, 2004.

\_\_\_\_\_. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999a.

\_\_\_\_\_. A concepção da diferença em Bergson. In: \_\_\_\_\_. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche e a filosofia**. 2. Ed. Porto: Rés Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Controle e devir. In: \_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000b.

\_\_\_\_\_. Espinosa e nós. In: \_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DESCARTES, René. **Discurso do método e tratado das paixões da alma**. 5.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968.

- \_\_\_\_\_. **Meditações metafísicas**. 3. ed. Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **As paixões da alma**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FAYOL, Henry. **Administração geral e industrial**. São Paulo: Atlas, 1960.
- FOLLET, Mary Parker. The collected papers of Mary Parker Follet. In: **Dinamic administration**. Nova York: Harper and Brothers Publishers, 1940.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **As verdades e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002c.
- \_\_\_\_\_. **A história da loucura na idade clássica**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002d.
- \_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002e.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002f.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. A vida: a experiência e a ciência. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

\_\_\_\_\_. “*Omnes et Singulatim*”: uma crítica da razão política. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

\_\_\_\_\_. O pensamento do exterior. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos III**: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001c.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard Seuil, 2004.

GUATTARI, Félix, et al. **Ensaio sobre algumas metamorfoses do Capital**. trad. br. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GOLDINHO, Rafael. A escrita (do) impossível. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, p. 929-964, 1977.

HARASZTI, Miklós. **Salaire aux pièces**: ouvrier dans un pays du l’est. Paris: Seuil, 1976.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HELLER, Michel. **Lenine et la Votchêk ou le vrai Lenine**. In: *Libre*, nº 2, Paris: Payot, 1977, p.160.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

JOHNSON, Spenser. **Quem mexeu no meu queijo**. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

\_\_\_\_\_. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

\_\_\_\_\_. **O Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Durante a construção da muralha da china. In: \_\_\_\_\_. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 53. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2002.

KLARE, Michael T. A geopolítica das manifestações. *Le Monde Diplomatic Brasil*. São Paulo, p. 12-13, mai. 2009.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAWRENCE, P.; LORSCH, J. **Organization and environment**: managing differentiation and interaction. Boston: Harvard University Press, 1967.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-LÉBLOND, J. M.; JAUBERT, A. **(Auto)critique de la science**, Paris: Seuil, 1975.

MANDEL, Ernst. **Late capitalism**. London: Verso Books, 1978.

MAYO, Elton. **The human problems of an industrial civilization**. Nova York: Viking Compass Edition, 1968.

MARX, Karl. **O Capital**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MERCADANTE, Aloízio et al. **O Brasil pós-real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabela Francisca Freitas Gouveia. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ORLANDI, Luiz Benedicto Lacerda. **Estratégia de produção dominante**: esboço de uma questão. In: Classes sociais e trabalho produtivo. Rio de Janeiro: CEDEC e Paz e Terra, 1978, pp. 97-143.

\_\_\_\_\_. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Falares de malquerença a respeito de pesquisa, verticalidade e realidade profunda**. Campinas: “Cadernos IFCH-UNICAMP”, nº 8, 1983.

PRADO JÚNIOR, Bento. A idéia de “plano de imanência”. In: ALLIEZ, Éric. **Gille Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed 34, 2000.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado: imagens de tempo em Deleuze**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.

REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contextado. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. v1. São Paulo: Atlas, 1998.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROSA, Ronney Muniz. **Subjetividade produzida: poder e disciplina em uma problematização foucaultiana**. In: BATISTA, Dulce (org). **Cidadania e subjetividade**. Rio de Janeiro: Imaginário, 1999.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TAYLOR, Frederic Winslow. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

VASCONCELOS, Paulo Alexandre Cordeiro de. Frutos inchados. In: \_\_\_\_\_. **Palavra muda**. São Paulo: Madio Editorial, 2010, p. 45.

VILLETTI, Roberto (Org.). **Socialismo e divisione del labore**. *Cuaderni de Mondoperaio*, nº 8, Roma: Ed. Avanti, 1978.

WOODWARD, Joan. **Industrial organizations: theory and practice**. Oxford: Oxford University Press, 1968.